



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS – NAEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – PPGGP
MESTRADO EM GESTÃO PÚBLICA

AURIMAR FRANCISCO VIANA DA SILVA

A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS FEDERAIS: o caso do Projeto
de Assentamento Itabocal, município de Mãe do Rio, Pará.

Belém/PA
2016

AURIMAR FRANCISCO VIANA DA SILVA

A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS FEDERAIS: o caso do Projeto de Assentamento Itabocal, Município de Mãe do Rio, Pará.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública, Linha de pesquisa, Organizações Públicas, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Ponciana Freire de Aguiar

Belém/PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Silva, Aurimar Francisco Viana da

A consolidação de assentamentos rurais federais: o caso do Projeto de Assentamento Itabocal, município de Mãe do Rio, Pará / Aurimar Francisco Viana da Silva ; orientadora Ponciana Freire de Aguiar. – 2016.

131 f. : il. ; 29 cm

Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.

1. Consolidação. 2. Assentamento. 3. Reforma Agrária. 4. Bolsa família. I. Aguiar, Ponciana Freire , orientadora. II. Título.

CDD. 22. 363.7009815

AURIMAR FRANCISCO VIANA DA SILVA

A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS FEDERAIS: o caso do Projeto de Assentamento Itabocal, município de Mãe do Rio, Pará.

Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública, Linha de pesquisa, Organizações Públicas, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Ponciana Freire de Aguiar

Aprovado em: 16/09/2016

Banca Examinadora:

Ponciana Freire de Aguiar
Doutora em Geologia e Geoquímica
Universidade Federal do Pará (UFPA) - Orientadora

Alfredo Kingo Oyama Homma
Doutor em Economia Aplicada
EMBRAPA Amazônia Oriental - Membro externo

Carlos André Corrêa de Mattos
Doutor em Ciências Agrárias
Universidade Federal do Pará - Membro interno

Dedico esta investigação a Nonato Guimarães, um ícone da luta pela posse da terra e justiça social no Nordeste Paraense.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por haver-me concedido o privilégio de atingir esse patamar do conhecimento científico, num país de contrastes socioeconômicos acentuados.

Agradeço à Ana Cláudia, Davi, Rachel e Sílvio, minha família, pelo incentivo, compreensão e apoio fundamental.

À minha mãe, Maria Viana; ao meu pai, Altamiro (*In Memoriam*); e aos meus irmãos e irmãs, pelo incentivo incondicional de sempre.

A Aldir Viana, meu irmão e companheiro de UFPA, desde a década de 80, pela disponibilização de material bibliográfico, que muito contribuiu para a conclusão deste estudo.

À Prof. Dra. Ponciana Freire de Aguiar, minha orientadora, pela disposição em compartilhar seu conhecimento para viabilização desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Carlos André Correa de Mattos, que de uma forma altruísta, mais uma vez, e por força do destino, prontificou-se em colocar seu conhecimento em prol desta investigação, participando da minha banca de qualificação e defesa.

Ao Prof. Dr. José Heder Benatti, por aceitar compor minha banca de qualificação, contribuindo de forma significativa para a conclusão deste estudo.

Ao Prof. Dr. Alfredo Kingo Oyama Homma, que sempre respondeu aos meus questionamentos, auxiliando-me de maneira cabal para o desfecho positivo deste projeto.

A José Ivaldo Guimarães, o Badel, companheiro de longa data, Prefeito de Mãe do Rio, pelo apoio incondicional na viabilização dos meios materiais e humanos para que a pesquisa lograsse êxito.

Meu agradecimento especial aos moradores do Projeto de Assentamento Itabocal, pela forma generosa e singela com que me receberam e atenderam meu apelo para dividirem comigo seu conhecimento em favor desta investigação.

Aos Senhores José Maria, Iracildo Cordeiro, Adailton, Valdeir, Joel Gomes do Reis, Genildo Gomes, Pedro Gomes, e Simico Cordeiro, moradores das comunidades São Pedro, Santana do Piripindeua, Gaudêncio, São José do Arrependido, São Raimundo do Areia, Santo Antônio, Ponte Nova; que com disposição e generosidade, auxiliaram na viabilização das reuniões para aplicação dos questionários, objeto da pesquisa.

A Márcio Dias, Secretário de Meio Ambiente de Mãe do Rio, pela disponibilização do contato dos moradores e informações técnicas do PA Itabocal.

A Isaías Castro, Secretário de agricultura de Mãe do Rio, pelo apoio na fase de planejamento e execução das atividades de campo.

À Sra. Jarlene Lima, Secretária de Ação Social do Município de Mãe do Rio, pela cessão de pessoal e informações de comunidades do PA Itabocal, o que foi fundamental para a consecução da pesquisa.

Aos técnicos da Secretaria de Assistência Social do Município de Mãe do Rio, Miquéias Lima, Marciani Lima, Simão Oliveira e Edilaura Tavares, que foram incansáveis na aplicação dos questionários e na mobilização das comunidades do PA Itabocal.

Às técnicas da Secretaria de Agricultura e do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mãe do Rio, Izadilva Castro, Izailva Castro e Janaína Lima, que contribuíram de maneira essencial na aplicação dos questionários nas comunidades do PA Itabocal.

À Sra. Maria Iracinho Cordeiro, pela mobilização da reunião na comunidade Santana do Piripindeua e às alunas da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental- EMEIF - Praxedes Ribeiro, pela colaboração.

À Dona Maria do Céu dos Santos Lima, que disponibilizou informações importantíssimas para a compreensão da Reforma Agrária, na visão dos seus atores principais.

A Nazareno de Souza Santos, Superintendente Regional do INCRA no Estado do Pará, pelo apoio incondicional durante o período da investigação.

À Edila Monteiro, Superintendente Substituta do INCRA no Estado do Pará, que avalizou minha participação no mestrado.

A Breno Mazingny, pelo coleguismo e apoio fundamental na disponibilização de mapas e imagens de satélite, essenciais para o resultado desta investigação.

Aos colegas do INCRA de Belém e do Oeste do Pará, Daniel Jordy, Juarez Oliveira, Francly Mary Costa, José Olinto Valente, Odete Azevedo, Elielson Silva, Mario Palheta, Luiz Carlos Oliveira, José Cardoso, Jorge Luís Soares, Evandro Nascimento, Antônio Quemel, Eduardo Campos, Lúcia Mendonça e Gilberto Barros, pela disponibilização de informações, material bibliográfico, cartográfico, mas, principalmente pela socialização do conhecimento técnico, em meu favor, referente ao Programa de Reforma Agrária no Estado do Pará.

Aos colegas Merabe Carvalho e Juliano Conceição, pela disponibilização de material bibliográfico e socialização de conhecimento científico e amizade, indispensáveis para a construção desta pesquisa.

Aos acadêmicos do curso de estatística da UFPA, Dean Oliveira, Thiago Miranda e Luciano Siqueira, pela colaboração no tratamento dos dados.

Meus agradecimentos aos Professores do NAEA, pelo conhecimento repassado, e aos colegas do mestrado, pela troca de experiências e aprendizado mútuo, fundamentais para o aprimoramento do curso.

“De onde eu vim chovia na minha cabeça. Hoje vou reclamar do quê?”. J.M.T.L – Assentado no PA Itabocal, Mãe do Rio, Pará, Amazônia, Brasil.

RESUMO

Nos projetos de assentamento rurais a consolidação é a fase derradeira de atuação do INCRA em uma área reformada e ocorre após o cumprimento de todas as ações propostas e executadas pela Autarquia, no sentido de tornar viáveis e autônomos os assentamentos no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária. Nos anos de 2001 e 2002, esse processo envolveu dez projetos de assentamento rurais federais, oriundos de desapropriação por interesse social, localizados no Nordeste Paraense, fundamento deste estudo, no qual o objeto é o Projeto de Assentamento Itabocal, situado nos Municípios de Mãe do Rio, Irituia e Capitão-Poço, no Estado do Pará. Nesse sentido procedeu-se uma verificação e análise atualizada das condições socioeconômicas e ambientais, além dos serviços de demarcação topográfica, assistência técnica, créditos, e infraestrutura implantados naquele empreendimento. Valeu-se do uso de uma metodologia ancorada em um estudo de caso no projeto que se apresentou com maior extensão de área, famílias assentadas e recursos recebidos do Governo Federal, com base em uma amostra não probabilística por acessibilidade, envolvendo 100 atores, utilizando-se abordagem qualitativa e quantitativa, em uma pesquisa do tipo descritiva, com tratamento dos dados por sistemas quantitativos. Dos resultados obtidos foi possível analisar indicadores demográficos, sociais, econômicos, técnicos e capital social, e concluir que houve impedimento da inclusão socioprodutiva dos moradores da área, vez que o sistema de produção agropecuário não se viabilizou de forma isolada, e a renda dos moradores situou-se na sua maioria em até dois salários mínimos, e que para atingir esse patamar houve a necessidade de complementação monetária do Programa Bolsa Família e aposentadorias, não obstante as famílias do assentamento apresentarem-se possuidoras de bens de consumo duráveis, a exemplo de geladeira, televisor e celular. Constatou-se que a reduzida titulação dos lotes individuais não atingiu a metade dos beneficiários, e os títulos de domínio expedidos não foram quitados, impossibilitando averbação em cartório de registro de imóveis, o que viabilizou, à margem da lei, a reconcentração de lotes familiares por pessoas estranhas ao assentamento, levando à fazendeirização. Verificou-se, ainda, prejuízos ambientais de vulto pela inobservância da legislação ambiental, desde ausência de licenciamento do projeto até inexistência do Cadastro Ambiental Rural. Por fim, verificou-se que a política pública em evidência houve seu ciclo inconcluso, e como proposta, procedeu-se sugestão da reativação de ações específicas para consolidação, de fato, do projeto.

Palavras-Chave: Consolidação. Assentamento. Reforma Agrária. Bolsa família. Fazendeirização.

ABSTRACT

In rural settlement projects the consolidation is the final phase of INCRA's role in a reformed area and occurs after the completion of all actions proposed and implemented by the Municipality in order to become viable and autonomous settlements under the National Program for Agrarian Reform. In the years 2001 and 2002, this process involved ten federal rural settlement projects, coming from expropriation for social interest, located in the northeast of Pará, foundation of this study, in which the object is the Settlement Project Itabocal, located in municipalities of Mãe do Rio, Irituia and Capitão Poço, in the state of Pará. In this sense it proceeded to check an updated analysis of the socio-economic and environmental conditions, in addition to topographic demarcation services, technical assistance, credit, and infrastructure deployed at the enterprise. Thanks to the use of a methodology anchored in a case study on the project that presented with greater areal extent, settled families and funds received from the Federal Government, based on a non-probabilistic sample accessibility, involving 100 actors, using a qualitative and quantitative approach, in a descriptive research, with data processing for quantitative systems. From the results obtained it was possible to analyze demographic, social, economic and technical indicators and social capital, concluding that there was impediment of the socio-productive inclusion of the residents of the area, since the agricultural production system is not feasible in isolation, and the income of residents stood mostly in up to two minimum wages, and that to achieve this level there was the need for monetary complementation of the Bolsa Família Program and retirements, despite the propertied families present themselves settling consumer durables, like refrigerator, TV and mobile. It was found that the reduced titration of individual plots did not reach half of the beneficiaries, and shipped domain titles were not settled, preventing registration in real estate registry office, which allowed, outside the law, the reconcentration of family plots by persons outside the settlement, leading to “fazendeirização”. There was also substantial environmental damage for breach of environmental legislation, since the absence of licensing the design to lack Rural Environmental Registry. Finally, there was that public policy in evidence was his unfinished cycle, and as tender proceeded suggestion reactivation of specific actions for consolidation, in fact, the project.

Keywords: Consolidation. Settlement. Land reform. Family allowance. “Fazendeirização”.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Projeto de Assentamento Itabocal.....	23
Mapa 2 -	Jurisdição da SR-01, onde se localiza o PA Itabocal.....	25
Figura 1 -	Fases do PA Itabocal.....	39
Gráfico 1 -	Projetos de assentamento criados x consolidados.....	41
Mapa 3 -	Relação do PA Itabocal com os projetos consolidados.....	42
Mapa 4 -	PA Itabocal em relação à Mãe do Rio.....	47
Fotografia 1 -	Coleta de dados. Comunidade de São José do Arrepido.....	58
Fotografia 2 -	Posto de Saúde. Comunidade Santana do Piripindeua.....	64
Fotografia 3 -	Posto de Saúde da comunidade Nova Esperança do Piripindeua.....	65
Fotografia 4 -	EMEIF de Santana do Piripindeua.....	67
Fotografia 5 -	Casa atual de assentado no PA Itabocal; comunidade Nova Jerusalém.....	69
Gráfico 2 -	Habitação, saneamento básico e posse de bens de consumo duráveis.....	70
Fotografia 6 -	Fabricação de farinha de mandioca no PA Itabocal.....	75
Figura 2 -	Situação do Uso e Ocupação do Solo na desapropriação (1988).....	80
Figura 3 -	Situação do Uso e Ocupação do solo na criação do PA (1995).....	82
Figura 4 -	Situação do Uso e Ocupação do solo, na consolidação do PA (2002).....	84
Figura 5 -	Situação do Uso e Ocupação do solo, na época da pesquisa (2015).	86
Fotografia 7 -	Reunião da Associação Júlio Marinho. Comunidade Nova Jerusalém.....	92
Gráfico 3 -	Grau de importância de políticas públicas na visão dos moradores.....	93
Fotografia 8 -	Crime ambiental no PA Itabocal.....	101
Fotografia 9 -	Invasor de terra pública. Comunidade São Raimundo do Areia.....	103
Fotografia 10 -	Invasor de terra pública no PA Itabocal. Comunidade Nova Jerusalém.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupo I: modalidade de projetos criados pelo INCRA atualmente.....	35
Quadro 2 - Grupo II: modalidade de áreas reconhecidas pelo INCRA.....	36
Quadro 3 - Projetos de assentamento consolidados (2001-2002).....	43
Quadro 4 - Infraestrutura implantada no PA Itabocal até 2015.....	49
Quadro 5 - Categorias de agricultores familiares do PA Itabocal.....	51
Quadro 6 - Sistemas de produção do PA Itabocal.....	52
Quadro 7 - Índices técnicos para consolidação.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Modalidade de projeto - SR-01.....	40
Tabela 2 -	Crédito instalação aplicado no PA Itabocal.....	53
Tabela 3 -	Relação com o lote.....	59
Tabela 4 -	Habitantes por moradia.....	60
Tabela 5 -	Gêneros dos moradores chefes de família.....	60
Tabela 6 -	Faixa etária dos moradores.....	61
Tabela 7 -	Origem da população residente no PA Itabocal.....	61
Tabela 8 -	Estado civil dos moradores do PA Itabocal.....	62
Tabela 9 -	Religião professada dos moradores do PA Itabocal.....	62
Tabela 10 -	Tempo de moradia no PA Itabocal.....	63
Tabela 11 -	Grau de escolaridade dos moradores pesquisados.....	66
Tabela 12 -	Local de estudo dos moradores.....	66
Tabela 13 -	Oferta de educação no PA Itabocal.....	67
Tabela 14 -	Disponibilidade de transporte pela prefeitura de Mãe do Rio.....	68
Tabela 15 -	Condições de moradia dos habitantes do PA Itabocal.....	68
Tabela 16 -	Renda dos moradores do PA Itabocal.....	72
Tabela 17 -	Origem da renda agregada, renda total e renda média, no PA Itabocal.....	73
Tabela 18 -	Principal produto comercializado no PA Itabocal.....	75
Tabela 19 -	Produção pecuária no PA Itabocal, Mãe do Rio (PA).....	76
Tabela 20 -	Especialização da produção entre os moradores pesquisados no PA Itabocal.....	77
Tabela 21 -	Satisfação dos moradores com a produção do lote.....	77
Tabela 22 -	Acesso ao PRONAF no PA Itabocal.....	78
Tabela 23 -	Situação do financiamento do PRONAF no PA Itabocal.....	78
Tabela 24 -	Acesso ao crédito instalação no PA Itabocal.....	78
Tabela 25 -	Inscrição no CAR no PA Itabocal.....	87
Tabela 26 -	Concessão de título de domínio no universo pesquisado.....	88
Tabela 27 -	Acesso à assistência técnica.....	88
Tabela 28 -	Prestação de ATER no PA Itabocal.....	89
Tabela 29 -	Tamanho dos lotes na consolidação (2002).....	89
Tabela 30 -	Condição do uso da terra.....	90

Tabela 31 - Participação em mutirão.....	90
Tabela 32 - Frequência de participação em associação.....	91
Tabela 33 - Avaliação do INCRA pelos moradores do PA Itabocal.....	94
Tabela 34 - Avaliação da Prefeitura de Mãe do Rio.....	94
Tabela 35 - Avaliação do Governo do Pará pelos moradores do PA Itabocal.....	95
Tabela 36 - Avaliação do Governo Federal pelos moradores do PA Itabocal.....	95
Tabela 37 - Avaliação da EMATER pelos moradores do PA Itabocal.....	96
Tabela 38 - Avaliação da FETAGRI.....	96
Tabela 39 - Qualidade de vida dos moradores do PA Itabocal.....	97
Tabela 40 - Conhecimento dos moradores sobre a consolidação do PA Itabocal....	97
Tabela 41 - Futuro da família no PA Itabocal.....	98
Tabela 42 - Nível de satisfação em viver no PA Itabocal.....	98
Tabela 43 - Demanda dos moradores para melhoria do PA Itabocal.....	99
Tabela 44 - Relação entre FPM e Bolsa Família em Mãe do Rio.....	100

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CATP	Contratos de Alienação de Terras Públicas
CDR	Comitê de Decisão Regional
CFB	Código Florestal Brasileiro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DOU	Diário Oficial da União
EC	Emenda Constitucional
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LIO	Licença de Instalação e Operação
LSN	Lei de Segurança Nacional
LUMIAR	Projeto LUMIAR
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA's	Projetos de Assentamento
PFB	Programa Bolsa Família
PMM	Programas Mais Médicos
PNAE	Programa Nacional de Merenda Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRA	Plano de Recuperação Ambiental
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSF	Programa Saúde da Família

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIPRA	Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária
SM	Salários Mínimos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCU	Tribunal de Contas da União
TD	Título Definitivo
UDR	União Democrática Ruralista
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIAGRO	Cooperativa de Trabalhos dos Engenheiros Agrônomos do Pará

SUMÁRIO

1	CONTEXTUALIZAÇÃO	18
1.1	A reforma agrária no estado do Pará nos últimos 11 anos	24
1.2	Justificativa, problema e aspectos referenciais	27
1.2.1	Justificativa	27
1.2.2	Problema	28
1.2.3	Aspectos referenciais	28
1.3	Objetivos	29
1.3.1	Objetivo Geral	29
1.3.2	Objetivos Específicos	29
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
2.1	Antecedentes históricos	30
2.2	Antecedentes	44
3	METODOLOGIA	56
3.1	Classificação da pesquisa	56
3.2	Procedimentos	56
3.3	Universo e amostra	58
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	59
4.1	Apresentação descritiva	59
4.1.1	Indicadores demográficos	59
4.1.2	Indicadores sociais	63
4.1.3	Indicadores econômicos	69
4.1.4	Indicadores ambientais	79
4.1.5	Indicadores técnicos	88
4.1.6	Capital Social	90
4.2	Discussão dos resultados	99
5	CONCLUSÕES E SUGESTÃO PARA POLÍTICAS	108
5.1	Conclusões	108
5.2	Sugestões para políticas	109
	REFERÊNCIAS	110
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	117
	APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS COMPLEMENTARES	125
	ANEXO A – TÍTULO DE DOMÍNIO	127
	ANEXO B – PLANO PRELIMINAR DO PA ITABOCAL	128

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A compreensão da Reforma Agrária possui como elemento necessário, primeiramente, sua definição legal, na forma expressa pelo Estatuto da Terra: “Conjunto de medidas que visem a melhor distribuição da terra, mediante modificações no seu regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento da produtividade”. (BRASIL, 1964, não paginado).

O conceito visa contrapor e encaminhar solução para a histórica desvantagem sofrida pela grande massa de trabalhadores rurais brasileiros, perante um sistema implantado para favorecer uma classe, a aristocracia; fundamentada nas instituições que forjaram a formação socioeconômica do Brasil, marcada pelo patriarcalismo, personalismo, foro, grande propriedade rural, monocultura, mão-de-obra escrava (FAORO, 2001; FREYRE, 2003; HOLANDA, 1995; PRADO JÚNIOR, 1961).

Segundo Coutinho (1984) o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste Brasileiro foi um marco na luta pela Reforma Agrária no Brasil. Elas surgiram especificamente no Município de Sapé, Estado da Paraíba, em 1958, tendo como figura jurídica a Associação de Lavradores e Trabalhadores, na época com 7.000 sócios, registrada como Sociedade Civil de Direito Privado, numa época em que a sindicalização inexistia, e cuja bandeira de luta era: contra o aumento do foro¹, contra o trabalho obrigatório e sem pagamento, contra o despejo obrigatório e sem pagamento, e contra o despejo sem motivação e sem pagamento das benfeitorias e lavouras e contra o uso da violência pelos grandes proprietários de terra.

Nesse ambiente surgiu a figura de João Pedro Teixeira (1918-1962), líder camponês assassinado por dois policiais militares, braço armado do latifúndio, e um vaqueiro do 5º suplente de deputado, mandante do crime, Agnaldo Veloso Borges, o qual para adquirir foro privilegiado, quatro suplentes e um deputado renunciaram, além dos assassinos serem inocentados por falta de provas. Outro líder emblemático foi o advogado Francisco Julião (1915-1999), que comandou a luta pela desapropriação do Engenho Galileia, no Estado de Pernambuco, em 1959, tornando-se o evento, um símbolo de vitória dos trabalhadores rurais.

De acordo com Natividade (2013) a instabilidade política do Governo João Goulart (1961-1964), época em que tramitavam no Congresso Nacional, vários projetos relativos à Reforma Agrária, apontava para um cenário de interesses socioeconômicos e ideológicos

¹ Espécie de aluguel pago aos proprietários de terras.

conflitantes, onde de lado estavam os proprietários de terras, e de outro, os trabalhadores rurais, fazendo com que os ânimos se tornassem exaltados de forma acelerada.

Com o objetivo de equacionar a forte pressão pela Reforma Agrária, foi instituído em 4 de novembro de 1966, por intermédio do Decreto número 59.456 (BRASIL, 1966b), o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que não logrou efeito prático. Entretanto, não houve desistência do governo pelo tema, sendo criado em 09 de julho de 1970, com base no Decreto 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Do período estabelecido pelo Regime Militar entre 1964, passando pela década de 1970, até a democratização do Brasil, no início da década de 1980, o tema reforma agrária foi tangenciado e em seu lugar foi implantado a Colonização Oficial; uma forma de distribuir a terra sem desconcentrar a propriedade, ou seja, não alterava a estrutura fundiária, e cujo objetivo era levar migrantes para ocupar os “espaços vazios” da Amazônia, via assentamento de famílias às margens da BR-230, Transamazônica, e a facilitação da implantação de grandes projetos minerais e agropecuários, utilizando como instrumento os incentivos fiscais, processo que perdurou até o final do Governo Militar no Brasil (INCRA, 2016).

De acordo com Bodanzky e Salem (1986) a redemocratização do país conseguiu reacender, no Estado do Pará, inclusive, o tema da Reforma Agrária, que por mais de duas décadas foi reprimido pelo regime de exceção implantado no Brasil. Nesse ambiente, movimentos sociais ligados à igreja progressista, com inspiração na Teologia da Libertação², formaram resistência contra o “latifúndio”, apoiado pelo Governo, que se utilizava da pistolagem para intimidar e assassinar posseiros, onde se destacou Sebastião Pereira Dias, o “Sebastião da Terezona”. Um dos casos mais marcantes na luta pela posse da terra foi a retomada do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no Estado do Pará, em 1985, com vitória da Chapa 2, quando cinco anos antes, foi assassinado Raimundo Ferreira Lima, o “Gringo”. Fato esse que recrudesceu o estado violência no campo, com ameaças e prisões de lideranças eclesiais, tais como os Padres Ricardo Resende, Aristides Camio e François Gouriou, ficando os Franceses presos, com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), durante três anos (BRASIL, 1983).

² Movimento libertário engajado na luta dos oprimidos, pobres e injustiçados, surgido na igreja católica, com atuação no Brasil a partir do início da década de 1970 (BOFF, 2013, não paginado).

No Nordeste Paraense, especificamente no município de Viseu, na época da ditadura militar, com início na década de 1970 e seu desfecho em meados dos anos 80, ocorreu um conflito agrário de grandes proporções tendo como atores, garimpeiros, Estado, colonos e grandes empresas, no local denominado Gleba Cidapar. Com relação aos garimpeiros, afirma Loureiro (1997, p. 50):

De fato, na trajetória de vida desses garimpeiros que migram há, na maior parte dos casos, uma história anterior de fracasso na agricultura. Seja porque não conseguem manter-se nas atividades agrícolas, seja porque além disso, são expulsos da terra onde viviam. E o garimpo se apresenta como uma possibilidade de trabalho imediata [...].

O cerne da questão ocorreu em razão do domínio da área, de acordo o mesmo autor:

A única carta de sesmaria confirmada, a da Fazenda Macaco (e que, portanto, era a única que ainda poderia reclamar o direito de propriedade) somava uma área de 8.712 hectares; o restante era pretensão das empresas e dificilmente poderia alcançar uma extensão de 387 mil hectares (LOUREIRO, 1997, p. 53).

Segundo Loureiro (1997), a recusa do Governo do Estado em efetivar o registro das terras em nome das empresas, aliado ao fato de que os interessados buscavam impedir o levantamento do número exato de colonos, com o intuito de mascarar a presença do grande contingente populacional nos imóveis, e dessa maneira fizeram a opção pela contratação de pistoleiros para expulsar os posseiros, o que só aumentava a tensão. Foi dessa maneira que começaram os embates entre pistoleiros e colonos e também entre colonos e garimpeiros que trabalhavam para as mineradoras. De um lado, os colonos tinham apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Viseu, do Conselho de Trabalhadores Rurais da Gleba Cidapar – CTRGC e do advogado João Carlos Batista, assassinado em 1983; no outro extremo estava a empresa PROPARÁ, sob proteção do Estado. Nesse cenário desigual surgiu a figura de Armando Oliveira da Silva, o Quintino, a respeito de quem enfatiza a autora:

Face a completa desproteção em que se encontram e após meses de negociação, espera, e diante das novas mortes ocorridas naquele natal sangrento, os colonos decidem chamar Armando Oliveira da Silva, o Quintino (livro II), para defender suas vidas e promover a justiça no lugar (LOUREIRO, 1997, p. 222).

De acordo com Loureiro (1997), Quintino, nasceu em Augusto Correa em 1947 e morreu em 1985, no povoado de Vila Nova em 04 de janeiro aos 38 anos, em Viseu, numa emboscada da polícia militar do Pará, era a esperança última da luta dos colonos da Gleba Cidapar contra os posseiros, que contavam com os serviços do “Capitão” James Vita Lopes,

chefe de milícia contratado para massacrar colonos, acusado da morte do Deputado Estadual Paulo Fonteles em 1987.

Somente no ano de 1988, por intermédio do Decreto 96060, de 23 de maio, foi desapropriado o imóvel que originou 03 projetos de assentamento com uma área total de 275.181, 5356 hectares, sendo PA Cidapar I (199.621, 9100 hectares; 4.560 famílias), em 07/01/1994, atualmente Cachoeira do Piriá; PA Cidapar II (35.081, 5867 hectares; 513 famílias), em 12/01/1995, atualmente Nova Esperança do Piriá; e PA Cidapar III (40.478,0384 hectares, 795 famílias), em 10/01/1994, situado em Viseu (INCRA, 2016).

Com a mesma atuação dos movimentos sindicais organizados no Sul do Pará e na Gleba Cidapar, na década de 1980, também de forma simultânea, os sindicatos do Nordeste Paraense tiveram semelhante engajamento, com a história sendo contada pelos atores principais, de acordo com o conhecimento histórico repassado por Dona Maria do Céu dos Santos Lima, esposa do sindicalista João Ismael Moreira Lima, ensejando o conceito de Reforma Agrária na perspectiva dos sujeitos que estiveram à frente na luta contra o “latifúndio”:

A classe roceira e a classe operária, ansiosas esperam a Reforma Agrária, sabendo que ela trará a solução para a situação que está precária, saindo o projeto do chão brasileiro de cada roceiro plantar sua área, sei que na miséria ninguém viverá e a produção já aumentaria quinhentos por cento até na pecuária. Essa grande crise que há anos surgiu. Maltrata o trabalho ferindo o seu brio, dentro de um país rico e altaneiro morrem brasileiros de fome e de frio. Em nossas manchetes de ricos e imóveis, milhões de automóveis já se produziu, enquanto o coitado do pobre operário que vive apertado ganhando um salário que sobe depois que tudo subiu. Nosso lavrador que vive do chão só tem a metade de sua produção porque a semente que ele semeia tem que ser a meia com o seu patrão. O nosso roceiro vive num dilema e o seu problema não tem solução porque o ricaço que vive folgado acha que o projeto se for assinado estará ferindo a constituição. A grande esperança que o pobre conduz é pedir a Jesus pela oração para guiar o pobre onde ele trilha e a cada família não faltar o pão. Que ele não deixe o capitalismo levar ao abismo a nossa nação, a desigualdade que existe é tamanha enquanto o ricaço não sabe o que ganha o ‘o pobre dos pobres vive sem tostão’³

Da mesma forma como ocorreu em Conceição do Araguaia, e na mesma década, a retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Irituia, hoje grande parte de Mãe do Rio, criado pela Lei Estadual nº 5.456, de 11 de maio de 1988, segundo o IBGE ([2016]), teve o mesmo efeito, conforme expressão do movimento sindical relatada por Maria do Céu dos Santos Lima:

³ Informação oral obtida por meio de entrevista realizada na etapa da pesquisa de campo, em outubro de 2015.

Quem quiser meter a cara pode meter pra apanhar. O sindicato será nosso e juntos vamos atuar. Se você está duvidando não se arrependa depois. Os sócios comprometidos vão votar na Chapa 2. Tem gente por ai de olho gordo, desconversando querendo continuar. Mas não se iludam companheiros da mão grossa essa conversa é pra nós desconfiar. Vamos juntos, braços com braços, num só esforço para nos valorizar. No sindicato Chapa 2 é nossa META. E a nossa luta sempre vai continuar.

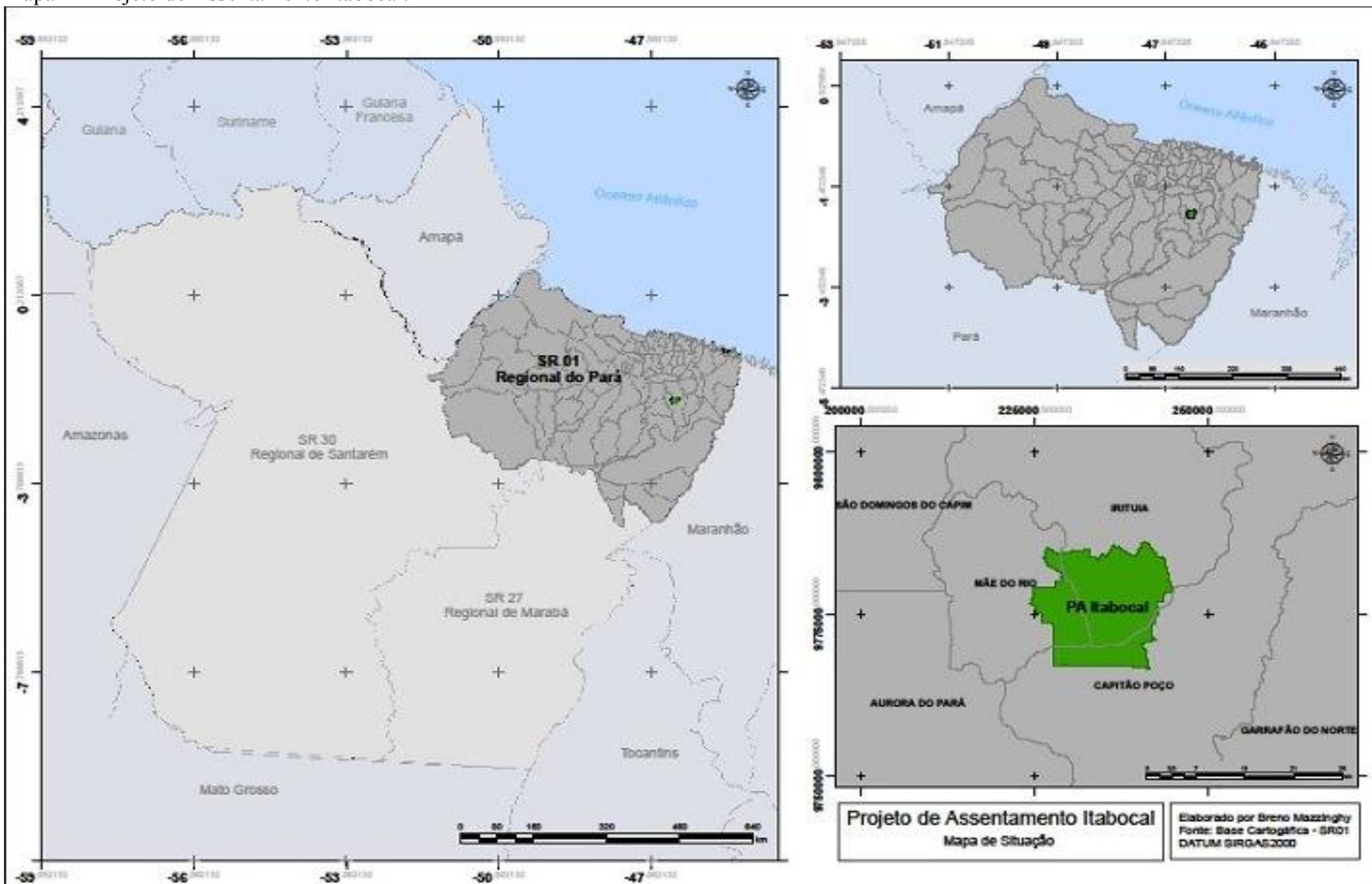
Seguindo a mesma lógica, a luta chegou à Gleba Itabocal:

No campo viver sem terra é padecer. Ela é sangue que nos dá força para vencer. Suor e sangue, viver a aliança, da construção, da esperança. Do bem de todos contra o mal. Da estrada de Irituia ao Iacaiacá, todos vão entrar. Trabalhadores unidos da corrente sindical, 'lavradores unidos'!. Etribilho. Companheiros e companheiras que trabalham de enxada na mão. Vamos juntos cerremos fileiras. Nossa força é a nossa união (bis). Do nove ao Ariramba. Piripindeua, 43, do Patauateua ao Nazaré. Do patrimônio ao Hebron. Da Brasileira a Tessalônica. Do Itabocal até o Candeuá. Da estrada de Irituia ao Iacaiacá todos vão lutar! Trabalhadores destemidos da Corrente Sindical. 'Lavradores Unidos'!⁴

Após a conquista da terra que iniciou no final da década de 1980, foi criado em 1995 o Projeto de Assentamento Itabocal, situado em três municípios do Nordeste Paraense, o qual dentre dez projetos de assentamento consolidados em 2001 e 2002, é o maior em termos de território e famílias assentadas; é servido por estradas vicinais, tanto de acesso, quanto internas; é provido de eletrificação rural e sistema de abastecimento d'água; as famílias beneficiárias receberam recurso para construção de moradia; as famílias tiveram disponibilizado serviços de assistência técnica e extensão rural e crédito produtivo na modalidade PRONAF A; as famílias receberam titulação definitiva; a Prefeitura de Mãe do Rio continuou a receber recursos do Governo Federal para conservação de vicinais até o ano de 2015; existe a oferta de educação e saúde, transporte escolar, e apoio à comercialização. Todos esses fatos contribuíram para a escolha do Projeto Itabocal como objeto de estudo, vez que a mesma dinâmica não ocorreu com relação aos demais (Mapa 1).

⁴ Informação oral.

Mapa 1 - Projeto de Assentamento Itabocal.



Fonte: Base Cartográfica – SR01, 2015.

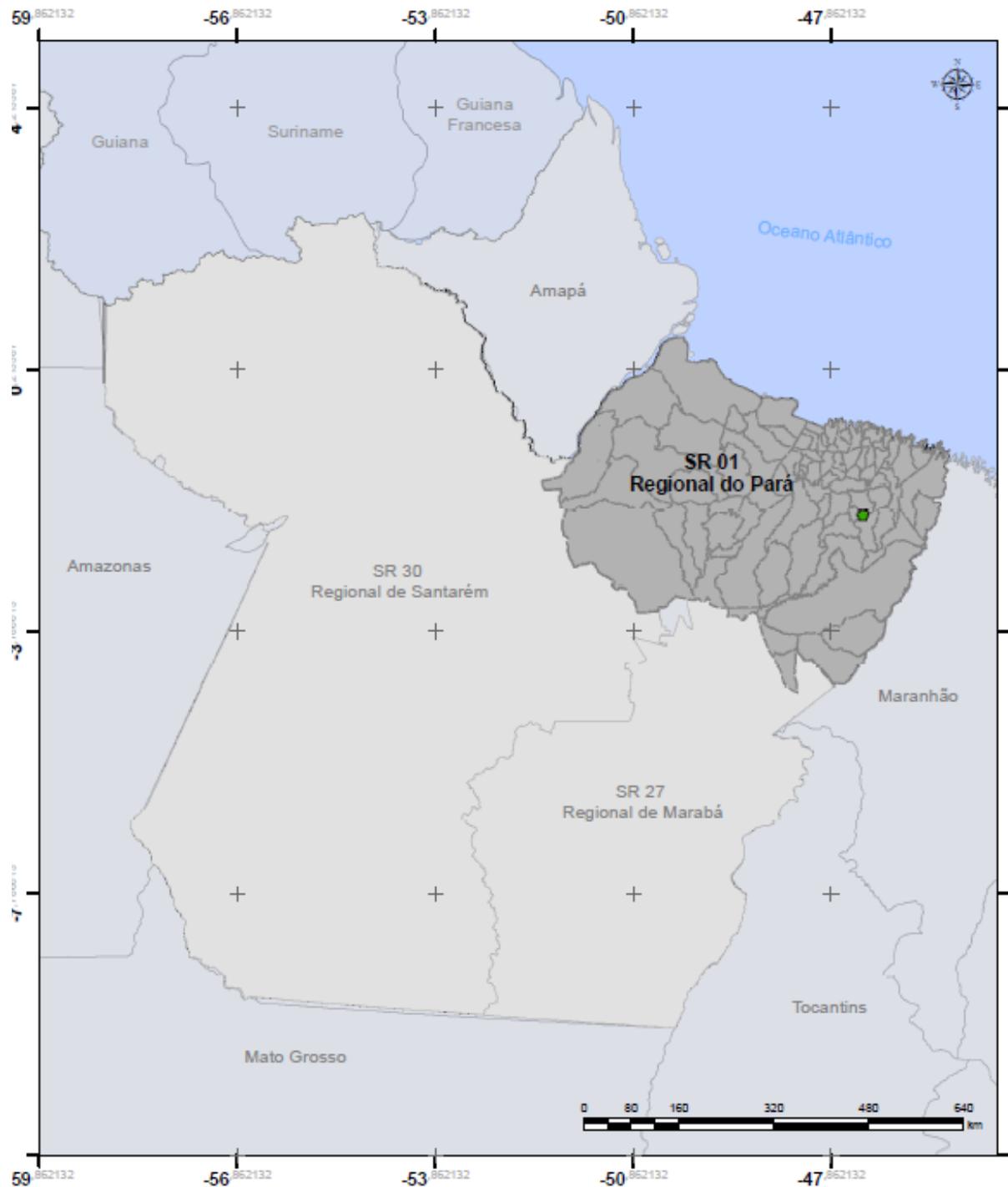
1.1 A reforma agrária no Estado do Pará nos últimos 11 anos

A Reforma Agrária no Estado Pará, materializada nos projetos de assentamento, quase sempre foi notícia nos meios de comunicação, regional, nacional e internacional, por ocupações de terras, grilagem e violência de uma maneira geral, a exemplo do episódio conhecido como “Massacre de Eldorado dos Carajás”, onde foram assassinados 19 trabalhadores sem-terra, de um grupo de 1.500, pela polícia do Governo do Estado do Pará em 17 de abril de 1996, cuja ação ocorreu quando nos encontrávamos a serviço do INCRA nos municípios de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado, região onde os demandantes possuíam como bandeira de luta a desapropriação das fazendas Rio Branco e do “Complexo Macaxeira”, composto por 13 imóveis, ocasião em que uma equipe de trabalho do INCRA, composta por 5 servidores, sendo 2 engenheiros agrônomos, 1 orientador de projetos de assentamento, 1 topógrafo e 1 motorista, foi mantida “presa” dentro do carro, por cerca de 45 minutos, um dia antes do confronto com a polícia, pelo mesmo grupo na curva do “s”; outro evento de destaque aconteceu em 12 de fevereiro de 2005, quando foi assassinada a Missionária Americana Dorothy May Stang (1931-2005), em uma disputa de terras conhecida como lote 55 da Gleba Bacajá, área de 3.000 hectares oriunda de Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP), proveniente de licitação, procedida pelo Governo Federal, onde após a adjudicação o imóvel era levado a registro cartorial. Entretanto, teriam de ser cumpridas cláusulas resolutivas estabelecidas pelo Governo, tais como demarcação topográfica e construção de estradas de acesso, o que não ocorreu, levando os trabalhadores do Município de Anapu a requerer o imóvel, sob cobiça de grileiros, madeireiros e fazendeiros, o que ocasionou o trágico desfecho (JUNGE, 2008).

Nos últimos onze anos a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Pará, SR-01, tem jurisdicionado uma área de 4.101.702,3160 hectares, em 394 projetos de assentamento, com 98.789 famílias assentadas pelo Programa de Reforma Agrária, de acordo com o Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária (SIPRA), até 2016.

No Estado do Pará, pelas suas dimensões territoriais e diversidade de conflitos pela posse da terra, principalmente, existe atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em três superintendências, quais sejam: Superintendência Regional do Pará (SR-01), com sede em Belém, onde está situada a área objeto de estudo; Superintendência Regional do Sul do Pará (SR-27), localizada em Marabá, e Superintendência Regional de Santarém (SR-30), situada no Município de Santarém. (Mapa 2).

Mapa 2 - Jurisdição da SR-01, onde se localiza o PA Itabocal.



Fonte: Base Cartográfica SR-01, 2015.

A formação de um assentamento é um processo complexo, o qual para ter sucesso depende de uma conjunção de fatores, tais como: viabilidade agroeconômica das terras, público beneficiário formado por agricultores, concessões de empréstimos governamentais para atendimento de necessidades básicas de alimentação e moradia, infraestrutura de estradas vicinais, abastecimento d'água, eletrificação rural, assistência técnica e oferta de crédito para

produção, com o objetivo de incrementar níveis de produção e produtividade que contribuam para a fixação do assentado à terra, culminando com a transferência do recurso fundiário da União para o particular, encerrando o ciclo dessa política pública, por isso esta pesquisa.

Esta investigação foi uma análise acerca do processo que culminou com a consolidação de assentamentos rurais federais no Nordeste Paraense, tomando-se por base um estudo de caso ocorrido no âmbito do Projeto de Assentamento Itabocal, situado no Município de Mãe do Rio, Estado do Pará, inserto na Amazônia Brasileira, no intuito de demonstrar qual foi o resultado prático dessa tomada de decisão proferida pelo Governo Federal desde 2002.

No capítulo 1 foi apresentada contextualização, a qual tratou de um breve histórico sobre o tema Reforma Agrária no Brasil e no Estado do Pará, com um breve histórico sobre a execução da Reforma Agrária nos últimos 11 anos no Pará, além de situar quais os números desta política pública, atuando sobre o problema, justificativas, aspectos referenciais e objetivos.

O capítulo 2 destinou-se à fundamentação teórica, a qual teve início pela questão agrária no Brasil, com base na visão de autores clássicos, a exemplo de Holanda (1995), Prado Júnior (1961) e Faoro (2001), dentre outros, bem como Stédile (2012). A pesquisa utilizou-se, também, da legislação e dos procedimentos que ensejaram na consolidação do projeto em estudo; fez ancoragem em temas relevantes para a investigação como: gestão pública, política pública, *accountability*, indicadores sociais, e capital social.

O capítulo 3 discorreu quanto à metodologia utilizada na pesquisa, que foi baseada em um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa, lastreada em uma pesquisa do tipo descritiva. Os dados da investigação foram do tipo documental e os levantamentos de dados primários foram obtidos em pesquisa de campo, e os dados tiveram tratamento estatístico descritivo.

O capítulo 4 apresentou uma descrição e discussão dos resultados concernentes aos dados coletados e tabulados para interpretação acerca do processo de consolidação do PA Itabocal.

O capítulo 5 apresentou as conclusões sobre a investigação e sugeriu proposta de política pública para o equacionamento das pendências observadas.

1.2 Justificativa, problema e aspectos referenciais

1.2.1 Justificativa

Esta pesquisa assume relevância para a sociedade no sentido de amostrar qual o destino e a efetividade dos recursos públicos investidos em projetos de assentamentos rurais, envolvendo desde a desapropriação do imóvel rural, aos recursos de custeio para implantação do projeto, no que concerne ao assentamento das famílias, demarcação topográfica, com a divisão dos lotes, abertura de estradas de acesso e interna às parcelas, eletrificação rural, instalação de sistemas de abastecimento d'água nas comunidades, concessão de empréstimo às famílias, objetivando aquisição de implementos agropecuários para o início das atividades produtivas e construção de moradias, viabilização de assistência técnica e crédito produtivo, na modalidade do PRONAF “A”⁵.

Justifica-se, ainda esta investigação, pela busca da atualização de informações posteriores à consolidação do assentamento e assim contribuir para a proposição de mudanças nas práticas organizacionais.

A importância deste estudo no que concerne ao Programa de Reforma Agrária é no sentido de verificar a atuação do INCRA nas várias fases que permeiam a vida do empreendimento, quando ao considerar consolidado o Projeto de Assentamento Itabocal, em 2002, se foi cumprido o papel declarado na sua Missão e Visão de Futuro, ou seja, se contribuiu para transformar a vida dos agricultores sem-terra do assentamento em pequenos e médios produtores rurais inseridos no mercado e demandadores de bens e serviços no comércio local e regional.

O tema da pesquisa é oportuno em razão do Projeto de Assentamento Itabocal estar localizado na Amazônia Brasileira, onde é possível vislumbrar as contradições da Região, a partir de um modelo de desenvolvimento exógeno⁶, em que instituições, como o êxodo rural, políticas compensatórias, caso do Programa Bolsa Família e degradação ambiental, principalmente, no que Hardin (1968) denominou de “a tragédia dos bens comuns”, são a face da realidade de um território rico habitado por um povo pobre.

⁵ PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, não paginado).

⁶ Estratégia de desenvolvimento que atrai investimentos externos para regiões periféricas com objetivos redistributivistas (BRAGA, 2001, p. 35).

1.2.2 Problema

A motivação para estudar o tema consolidação, de característica singular, prende-se ao fato de que, apesar de ter ocorrido os atos que consideraram 10 projetos de assentamentos federais, situados no Nordeste Paraense, entre 2001 e 2002, como autogestionáveis, os mesmos continuaram a demandar recurso do Programa de Reforma Agrária para infraestrutura, principalmente, a partir da ideia do “enclave federal” dentro dos municípios, criada pela maioria dos gestores, aliado à ausência de regularização da terra, tanto dos beneficiários, como da transferência das áreas de uso comum para o acervo fundiário municipal; carência de regularização ambiental por intermédio do Cadastro Ambiental Rural⁷, somando-se a questões fundiárias graves, como concentração de lotes por ocupantes estranhos ao programa, não resolvidas dentro desses projetos, onde o PA Itabocal é um exemplo dessa conjuntura.

Mesmo o Projeto de Assentamento Itabocal não apresentando todos os requisitos para consolidação, consegue o empreendimento estatal cumprir a função de política pública para a inclusão socioproductiva e ambiental?

1.2.3 Aspectos referenciais

- a) A consolidação parcial do Projeto de Assentamento Itabocal enquanto instrumento de política pública prejudica o cumprimento da sua função socioeconômica;
- b) Problemas de ordem socioeconômica e jurídica contribuem para impactos de ordem ambiental;
- c) A interrupção da política pública de Reforma Agrária leva ao processo de fazendeirização.

⁷ “registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo a base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e controle do desmatamento”. Art. 29 do Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012a, não paginado).

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as condições socioeconômicas e ambientais, atuais, do Projeto de Assentamento Itabocal.

1.3.2 Objetivos Específicos

Verificar o atendimento das ações fundamentais (demarcação dos lotes, estradas de acesso e internas, energia elétrica, abastecimento d'água, moradia, e titulação definitiva a pelo menos 50% dos beneficiários) do Projeto de Assentamento Itabocal.

Identificar na consolidação do projeto de Assentamento Itabocal o aspecto ambiental, utilizando geotecnologias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Antecedentes históricos

No século XVI foi instituído pelo rei de Portugal, D. João III, entre os anos de 1521 a 1557, um sistema de exploração mercantil em oposição à concorrência das nações européias e contra a vulnerabilidade e dispersão do litoral brasileiro. Ressalte-se que, tal qual nas Índias, havia no Brasil uma interação da realeza na atividade comercial, estabelecendo-se uma estrutura patrimonialista, o que na visão de Raymundo Faoro (2001, p. 129) “infundiria à conquista um rumo característico, alheio à mão diretora do comércio, longe da estreita vigilância pública”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a ocupação do território não poderia ocorrer nos moldes de simples feitorias, ainda mais com um quadro de pessoal diminuto, encarregado das intermediações comerciais, gestão da administração e defesa armada. Era necessária a ampliação das bases por intermédio da implantação de um sistema de povoamento que fosse capaz de prover o abastecimento e a manutenção dos entrepostos que viessem a ser fundados, organizando a produção da diversidade de gêneros de interesse comercial, ou seja, exploração dos recursos naturais de uma área a ser desbravada.

Com o intuito de viabilizar esse intento, o Governo Português, por intermédio da expedição de Martim Afonso de Sousa (1534-1549), serviu àquela pretensão, antes referenciada, no que tangia ao objetivo de fixar populações ociosas, formada por uma horda de miseráveis, infelizes, expulsos dos campos, revoltados com a abundância alheia que afrontava sua condição (FAORO, 2001).

De acordo com Freyre (2003), em 1523, foram estabelecidas as bases para a formação socioeconômica do Brasil, sob características marcantes: o patriarcalismo, a escravidão, principalmente da mão-obra do negro africano, e o hibridismo, marcado pela união do colonizador com a mulher nativa, incorporando-a à cultura econômica e social do invasor. O autor descreve ainda:

Formou-se na América Tropical uma sociedade agrária, escravocrata na técnica da exploração econômica, híbrida de índio, e mais tarde negro na composição. (...) colônia de plantação, caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez de seu fortuito contato com o meio e com a gente nativa. (...) no Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social, inteiramente novas, apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e esforço particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação de família (FREYRE, 2003, p. 65).

A compreensão da questão agrária no Brasil possui uma relação necessária com a obra seminal de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), *Raízes do Brasil* (1995, p. 9-27), em cujo prefácio da autoria de Antônio Cândido de Mello e Souza (1918-), onde são definidos alguns conceitos fundamentais para a compreensão do tema em estudo, tais como: interpretação do passado com fundamento nas realidades básicas da produção, distribuição e consumo; denúncia do preconceito de raça pela valorização do elemento cor; críticas de instituições fundamentais como o patriarcalismo e agrarismo; distinção das condições socioeconômicas e a desqualificação da retórica do liberalismo; incompatibilidade entre o modo de vida copiado da Europa e o patriarcalismo e personalismo fixado no Brasil a partir de uma tradição de origem secular; prevalência da fazenda sobre as cidades, em um ruralismo extremo, onde a idéia de nobreza e dinamismo primavam, mais por interesse do colonizador do que por uma imposição do meio, corroborando a afirmativa de Holanda (1995, p. 73) concernente à herança rural, quando afirma que “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos”.

De acordo com Caio Prado Júnior (1961, p. 7), “o passado, aquele passado colonial que referi acima, ai ainda está, e bem saliente, em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir”. Sob uma visão econômica, a organização do trabalho livre no Brasil, não ocorreu por inteiro, mas por partes, vez que carrega, ainda, traços evidentes do regime escravista. De um ponto de vista social ocorria a mesma coisa, vez que a cisão na população rural, entre ricos e pobres, era fruto da herança colonialista, ainda segundo o mesmo autor.

A questão agrária no final da década de 1950 e no decorrer de 1960 apresentava uma conjuntura grave no que concernia ao trabalhador rural, referente à necessidade de reformas nas legislações trabalhistas e agrárias, partilha desordenada e desigual do meio de produção terra, aliado à destruição da natureza, no que pode ser materializado na afirmação a seguir:

[...] a Reforma Agrária, a meu ver, deve representar nas condições específicas do Brasil de hoje, e efetivamente representa no desdobramento histórico, um grande e natural passo no processo em que se encontra engajada a evolução do país. [...] É nessa perspectiva que se há de considerar a Reforma Agrária, como, aliás, todo o fundamento essencial da nossa problemática na marcha do país para o seu futuro, isto é, no sentido de valorização do ser humano (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 12).

Ainda, segundo o mesmo autor, a miséria da população rural brasileira estava ligada à estrutura agrária do país, acentuada na alta concentração da propriedade fundiária.

A questão agrária possui conceitualmente, segundo Stédile (2012, p. 17), várias formas de se trabalhar e interpretar, ou seja, depende do diferente estudo da realidade agrária que se pretende fazer: na literatura política questão agrária está relacionada com problemas que a concentração da propriedade trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político; na sociologia, como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola; na geografia, a maneira como as pessoas vão se apropriando do meio de produção terra e a ocupação de território; na história, “para explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra”.

O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) foi a primeira legislação a estabelecer um processo de intervenção na propriedade rural no Brasil, havendo como meio principal a desapropriação por interesse social, e a prever a indicação de “áreas prioritárias” para a Reforma Agrária. Contudo, esse propósito não se tornou realidade durante os governos militares. Uma perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a democratização do país em 1985. A proposta para formatação de um Plano Nacional de Reforma Agrária, PNRA, com lastro no Estatuto da Terra, tinha o objetivo de estabelecer zonas prioritárias para a Reforma Agrária. No entanto, a reação de forças antirreformistas, a exemplo da União Democrática Ruralista (UDR), levou ao abandono da ideia. Daí por diante realizam-se desapropriações não planejadas que ocorriam “a reboque” dos conflitos e mobilizações sociais capitaneadas, principalmente, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (HEREDIA et al, 2002).

A concentração de terras no Brasil, medida pelo índice de Gini⁸, revela-se, de acordo com Sparovek (2003), uma das piores do mundo. Nesse sentido, torna-se óbvio que a questão fundiária, a qual assume papel de importância social, é definida da seguinte maneira: “a propriedade de acesso à terra, ou seja, a distribuição da propriedade, a malha de todas as

⁸ Instrumento para medir o grau de concentração da renda em determinado grupo (WOLFFENBÜTTEL, 2004, p. 80); por analogia utilizado para medir a concentração da terra.

propriedades e posses do país ou região, por tamanho, modo de produção e relacionamento com os trabalhadores” (BENATTI, 2008 apud SILVA, 2015).

A estrutura agrária pode ser definida da seguinte forma:

Relações de apropriação, uso e alienação de um conjunto de ativos suportados pela terra, os quais apresentam quatro características relevantes: alto grau de simetria distributiva, formação estratégica de estoques de ativos de existência finita, admite tratamento indistinto de ativos distintos, e suporta o uso de recursos públicos por critérios privados: admite a posse ilegítima de terras públicas (COSTA, 2011, p. 287).

O ano de 1985 foi marcado pela democratização do País, e onde foram criados milhares de assentamentos, onde vivem mais de meio milhão de famílias, no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária. Muito se discute acerca dos números e sobre as condições dessas áreas “reformadas”. Entretanto, as informações referentes ao tema, especificamente, no que concerne à qualidade são insipientes, o que não se permite inferir com segurança sobre a população assentada, abandono de lotes, quais as condições de vida e moradia, quantos estão recebendo financiamento de que necessitam e quais tem direito, quais os avanços do ponto de vista da renda, organização social e cidadania, etc (SPAROVEK, 2003).

A Reforma Agrária é uma política pública que na sua essência possui três fases: obtenção do recurso fundiário, quando a conquista da terra ocorre por intermédio dos institutos da desapropriação por interesse social, doação, compra e venda, arrecadação dos bens vagos, reversão à posse, herança ou legado; desenvolvimento, quando é estabelecida uma relação entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, que seja capaz de viabilizar a justiça social, o progresso e o bem-estar desse trabalhador rural, o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio; e consolidação, no momento em que o assentamento adquire maturidade e passa a exercitar a autogestão (BRASIL, 1964).

Dois itens fundamentais se apresentam, na atualidade, para a compreensão do presente estudo: questão agrária e seu conexo Reforma Agrária, os quais necessitam de conceitos apropriados, a fim de se permitir inferência e a aferição do objeto da problematização referente a esta pesquisa. O conceito chave que une as duas vertentes é, na realidade, a estrutura agrária, a qual no âmbito jurídico e socioeconômico, envolvendo os direitos de propriedade, posse e uso da terra, configurando o regime fundiário em vigor (DELGADO, 2014).

De acordo com Delgado (2014), do regime fundiário colonial, partindo-se das sesmarias, até a Lei de Terras (BRASIL, 1850), a histórica socioeconômica do país apresentou uma face reveladora de conflito, principalmente contra as populações originárias. Situação essa que passou a se organizar na segunda metade do século XX, por intermédio da reforma na estrutura agrária. Ainda segundo o mesmo autor, a Questão Agrária Brasileira, há mais de meio século, forjou-se ideologicamente à esquerda, a partir de uma visão onde se vislumbrava uma inadequação na estrutura fundiária vigente, lastreada na Lei de Terras, Código Civil (BRASIL, 1916), gerando uma dicotomia entre a forma de trabalho das populações rurais, de um lado, e a presumida incapacidade da estrutura agrária em prover excedentes produtivos às necessidades da industrialização e urbanização, em plena evidência até então. O segundo ponto dessa contradição encontra como contestação do sistema político e social constituído a “modernização conservadora” da agricultura como estratégia de Estado, em oposição à busca de alteração da estrutura fundiária (PIRES; RAMOS, 2009).

Com o fim do regime militar, o debate da questão agrária retorna, levando a Constituição Brasileira de 1988 a incorporar princípios de função social e ambiental de propriedades de terras, insertas no Estatuto da Terra, mas ignorados no Regime de Exceção. Após 25 anos da promulgação da Carta Magna, 1988, “a pergunta a se fazer é se, na atualidade, a estrutura da propriedade, posse e uso da terra contém ou provoca problemas sociais, econômicos e ambientais susceptíveis de configurar uma nova questão agrária” (DELGADO, 2014, p. 30).

O mote principal do Programa Nacional de Reforma Agrária é o assentamento de famílias sem terra, cujos beneficiários estão inseridos nos Projetos de Assentamento⁹ (PA's).

Os projetos de assentamento estão divididos em modalidades, em razão de suas especificidades e divididos em dois grupos, ou seja, os criados, implantados e consolidados pelo Governo Federal e os reconhecidos por outros entes governamentais, conforme demonstração (Quadros 1 e 2).

⁹ Consiste num conjunto de ações, em área destinada à Reforma Agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multisetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do(a) trabalhador(a) rural e de seus familiares (INCRA, 2004, não paginado).

Quadro 1 – Grupo I: modalidade de projetos criados pelo INCRA atualmente.

Modalidade	SIGLA	Característica
Projeto de Assentamento Federal	PA	Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito apoio à instalação e de crédito de produção (PRONAF) é de responsabilidade da União; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União
Projeto de Assentamento Agroextrativista	PAE	Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito apoio à instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas.
Projeto de Desenvolvimento Sustentável	PDS	Projetos de Assentamento estabelecidos para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc.) Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; Aporte de recursos de crédito apoio à instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União;
Projeto de Assentamento Florestal	PAF	É uma modalidade de assentamento, voltada para o manejo de recursos florestais em áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, especialmente aplicável à Região Norte A produção florestal madeireira e não madeireira no PAF deverá seguir as regulamentações do IBAMA para Manejo Florestal Sustentável, considerando as condições de incremento de cada sítio florestal Tais áreas serão administradas pelos produtores florestais assentados, por meio de sua forma organizativa, associação ou cooperativas, que receberá o Termo de Concessão de Uso. O INCRA, em conjunto com IBAMA, órgãos estaduais e a sociedade civil organizada, indicarão áreas próprias para implantação dos PAF's.

Projeto de Assentamento Casulo	PCA	<p>Projeto de Assentamento criado pelo município ou pela União; A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra pode ser do município ou da União; Aporte de recursos de crédito apoio à instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal; Diferencia-se pela proximidade de centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas; Titulação de responsabilidade do município.</p>
--------------------------------	-----	---

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Quadro 2 – Grupo II: modalidade de áreas reconhecidas pelo INCRA.

Modalidade	SIGLA	Característica
Projeto de Assentamento Estadual	PE	<p>Obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas; Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, crédito apoio à instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</p>
Projeto de Assentamento Municipal	PAM	<p>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade dos municípios; Aporte de recursos de crédito e infraestrutura de responsabilidade dos municípios; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e C) mediante convênio; Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos a infraestrutura básica; O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária; Titulação de responsabilidade dos municípios.</p>
Programa Nacional de Crédito Fundiário (Antigo Programa Cédula da Terra)	PCT	<p>Projeto de Assentamento criado pela União com a participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS , onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação; Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal; Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.</p>

Reservas Extrativistas	RESEX	Reconhecimento pelo INCRA de áreas de Reservas Extrativistas - RESEX como Projetos de Assentamento viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária ; A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambiental federal ou estadual quando da criação das RESEX
Território Remanescentes Quilombola	TRQ	Decretação da área pela União visando à regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos; Aporte de recursos para obtenção de terras, créditos e infra-estrutura feitos pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições;
Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto	PFP	Projetos criados pelo Estado ou Municípios Esses projetos são reconhecidos o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A
Reassentamento de Atingidos por Barragem	PRB	A implantação é de competência dos empreendedores e o INCRA reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao PRONAF A, Assistência Técnica Social e Extensão Rural (ATER) e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)
Floresta Nacional	FLONA	A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, quando da criação das Florestas Nacionais FLONAS ¹⁰
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	RDS	De competência do ICMBIO São unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A) O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

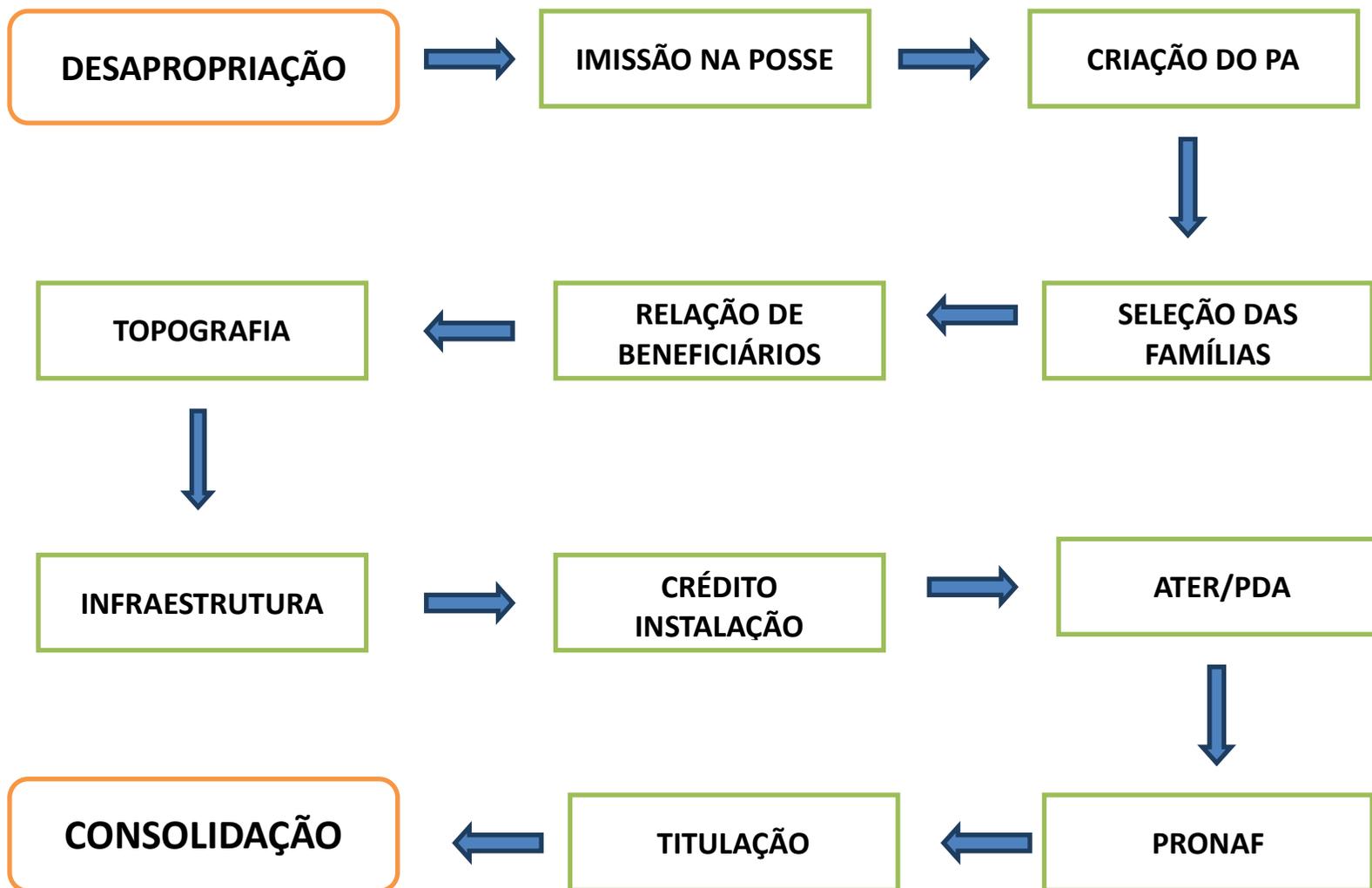
O projeto de assentamento possui uma natureza processual (Figura 1), tendo início, meio e fim, conforme materialização de suas fases distintas, insertas na obra de Santos (2003, p. 73-74):

- a) Obtenção dos recursos fundiários, a qual inclui escolha das áreas, seleção dos beneficiários e disponibilidade dos recursos materiais, financeiros e humanos;
- b) Constituição do projeto e conhecimento dos recursos: o ponto de partida oficial do processo de ocupação da área é definido pelo momento em que o INCRA imite-se na posse do imóvel, embora seja comum a invasão ou a posse prévia do imóvel, antecipando-se à atuação do Incra, pressionado-o a agir. Simultaneamente, ocorrem os trabalhos para identificação da potencialidade econômica da terra;
- c) Habilitação dos recursos: envolve uma conjugação de esforços realizados pelos agricultores e as instituições interessadas visando dotar a área de equipamentos de infraestrutura básica, serviços de atendimento a necessidades prementes

¹⁰ Unidades de Conservação de Uso Sustentável, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC/) (BRASIL, 2000).

- (educação e saúde) e o preparo e correção da terra para entrar no processo produtivo;
- d) Consolidação do assentamento: com base nos conhecimentos acumulados nas fases anteriores e na definição do projeto, são efetuados os trabalhos que conduzirão o assentamento à sua suficiência, visando atingir as condições de emancipação.

Figura 1 - Fases do Itabocal



Fonte: O autor da pesquisa, 2016.

Na Superintendência Regional do Pará, SR (01), área de circunscrição do objeto deste estudo, contém a seguintes modalidades de projetos de assentamento (Tabela 1).

Tabela 1 – Modalidade de projeto - SR-01.

Modalidade Projeto	Quantidade	
	Absoluto	%
Assentamento Agroextrativista Federal	268	68,02
Assentamento Federal	101	25,64
Assentamento Estadual	05	1,27
Assentamento Quilombola	01	0,25
Casulo	04	1,02
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	01	0,25
Reserva Extrativista	14	3,55
Total	394	100

Fonte: INCRA, 2016.

O Programa Nacional de Reforma Agrária possui atualmente, em termos de Brasil, 7.056 projetos de assentamentos federais, ocupando uma área de 29.410.916,9667 hectares, em que estão assentadas 681.751 famílias, de acordo com dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA (INCRA, 2016).

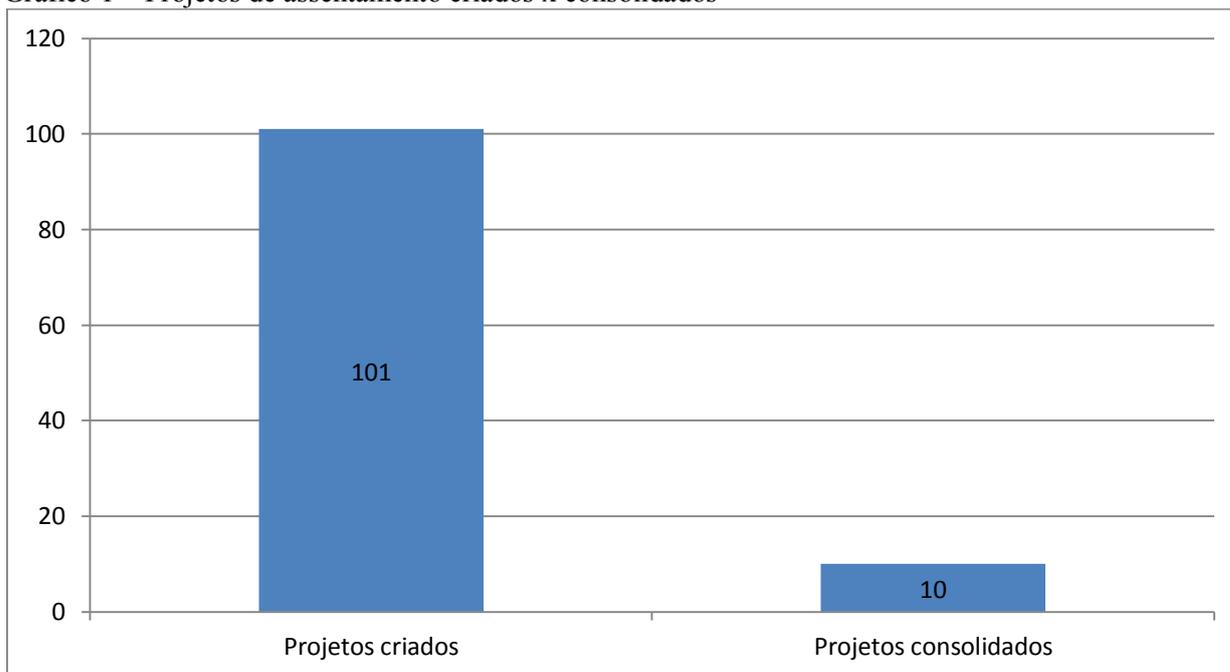
Para efeito desta pesquisa foram considerados somente os projetos de assentamento na modalidade federal, sob jurisdição da Superintendência Regional do Pará, haja vista os mesmos agregarem um viés de onerosidade, ou seja, inversão de recursos públicos na aquisição dos imóveis rurais, seja por meio de desapropriação por interesse social, compra e venda e arrecadação dos bens vagos, conforme definido na Lei 4.504/64 (BRASIL, 1964).

No período de 1985 a 2015, foram criados na jurisdição da Superintendência Regional do Pará, 101 projetos de assentamento federais, 26% dos projetos criados pela SR-01, em uma área de 944.651,7656 hectares, o que representa 0,11% do território paraense, com benefício em favor de 21.343 agricultores familiares, 22% dos assentados da SR-01, consoante dados do SIPRA (2016).

Considerando que o Projeto de Assentamento atende a um comando processual, vale observar que nos últimos 30 anos, na área circunscrita pela SR-01, a autarquia federal multiplicou o número de PA's, em oposição aos empreendimentos consolidados, num quantitativo de 10, ou seja, a execução da fase derradeira de uma área reformada em que foram implementadas todas as ações necessárias à viabilidade socioeconômica das famílias assentadas rumo à autogestão (BRASIL, 2001). Um décimo, considerando que a demanda pelas ações do Programa de Reforma Agrária só aumentou nesse período, indicando uma incerteza dessa estratégia governamental, com o que corrobora a própria direção do INCRA (2000, p. 6), ao buscar, por analogia, conceito do Programa de Colonização Oficial da

década de 1970, quando afirma: “como imaginar, nos dias atuais, o INCRA ser responsável por todas as atribuições que eram impostas nas antigas regras da emancipação¹¹”. A Lei 4.504/64 (BRASIL, 1964) estava impossibilitada de ser cumprida integralmente e as regras impostas pelo Decreto 59.428/66 (BRASIL, 1966a), definiam encargos assaz pesados à Organização (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Projetos de assentamento criados x consolidados



Fonte: INCRA, 2016.

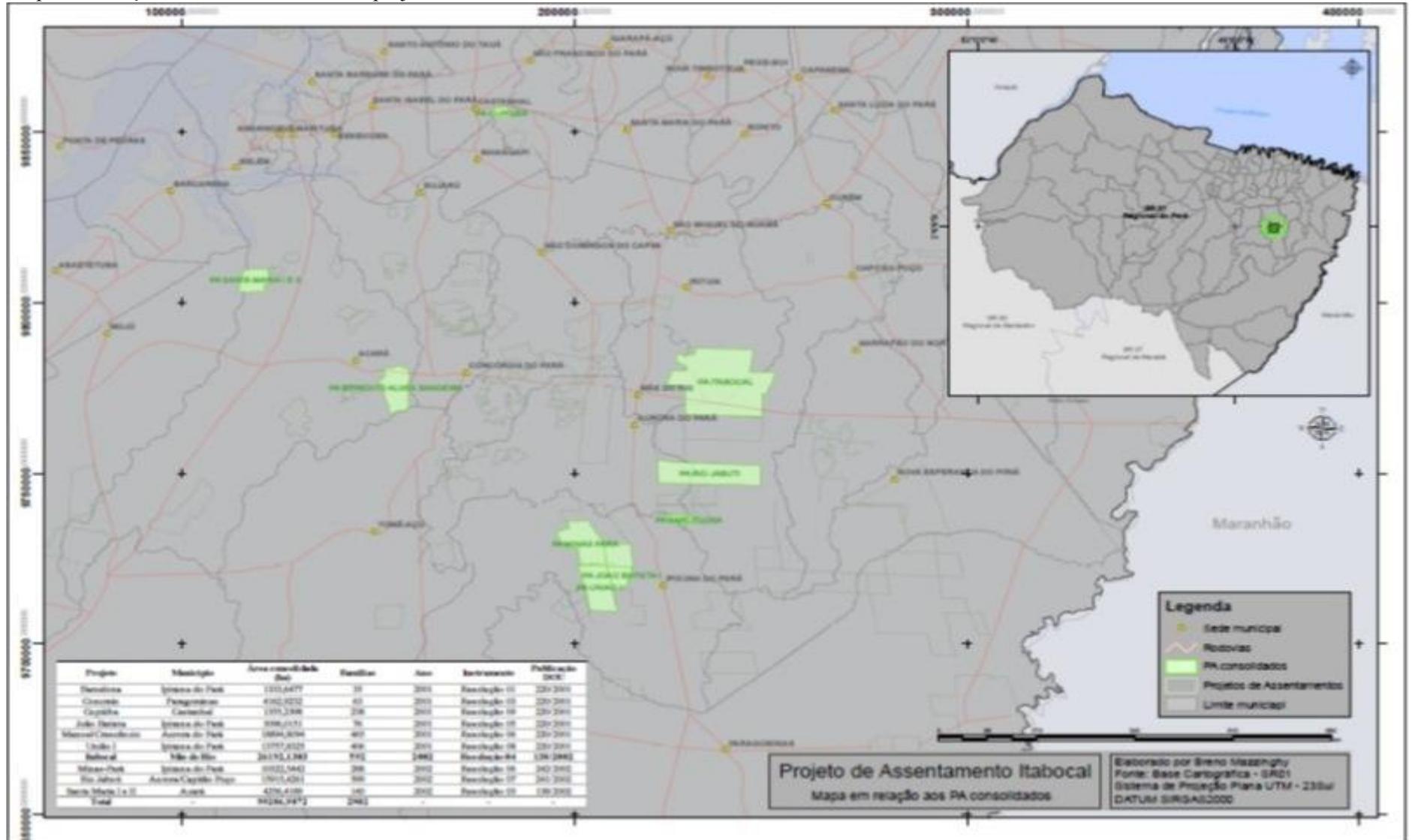
Complementando a linha de pensamento do Governo Social Democrata de Fernando Henrique Cardoso, ano de 2000, o qual refletia a necessidade de consolidar os projetos de assentamento, nas palavras de Orlando Muniz, Presidente da Autarquia Federal à época:

Qual seria o resultado? O INCRA não conseguiu emancipar praticamente nenhum *projeto de assentamento*. Não há como imaginar uma política pública com recursos finitos, onde os resultados finais sejam infinitos ou por tempo indeterminado. Esse é o caso em que nos encontrávamos: todos entravam pela porta da Reforma Agrária, porém ninguém saía (BRASIL, 2000, p. 6).

A assertiva anterior foi o caminho do planejamento estatal que ensejou na consolidação de 10 projetos de assentamentos federais no Nordeste Paraense (Mapa 2).

¹¹ Emancipação: quando além de satisfazer as condições das alíneas anteriores, tenha dois terços das parcelas com mais de cinco anos de assinatura do respectivo instrumento de promessa de compra e venda, e a comunidade esteja social e economicamente apta a se desenvolver, dispondo de uma organização interna que lhe assegure uma vida administrativa própria (BRASIL, 1966a, não paginado).

Mapa 3 - Relação do PA Itabocal com os projetos consolidados



Fonte: Base Cartográfica – SR01, 2015.

Dentre os quais se encontra o Projeto de Assentamento Itabocal, objeto do presente estudo de caso (Quadro 3).

Quadro 3 – Projetos de assentamento consolidados (2001-2002).

Projeto	Município	Área consolidada (ha)	Famílias	Ano	Instrumento	Publicação
Barcelona	Ipixuna do Pará	1.333,6477	35	2001	Resolução 01	DOU 220/2001
Concrein	Paragominas	4.162,9232	63	2001	Resolução 03	DOU 220/2001
Cupiúba	Castanhal	1.355,2398	238	2001	Resolução 09	DOU 220/2001
João Batista	Ipixuna do Pará	3.096,0151	76	2001	Resolução 05	DOU 220/2001
Manoel Crescêncio	Aurora do Pará	18.894,8094	465	2001	Resolução 06	DOU 220/2001
União I	Ipixuna do Pará	13.757,8325	406	2001	Resolução 08	DOU 220/2001
Itabocal	Mãe do Rio	26.192,1303	592	2002	Resolução 04	DOU 138/2002
Minas-Pará	Ipixuna do Pará	10.322,5442	288	2002	Resolução 06	DOU 242/2002
Rio Jabuti	Aurora/Capitão Poço	15.915,4261	599	2002	Resolução 07	DOU 241/2002
Santa Maria I e II	Acará	4.256,4189	140	2002	Resolução 03	DOU 138/2002
Total	-	99.286,9872	2.902	-	-	-

Fonte: Superintendência Regional do Pará – SR-01, 2006.

A consolidação do Projeto de Assentamento Itabocal, ocorreu por intermédio da Resolução número 04, do Comitê de Decisão Regional (CDR), da Superintendência do INCRA no Estado do Pará, SR-01, publicada no Diário Oficial da União número 138, de 19 de julho de 2002, Seção 1, Folhas 73/74, nos seguintes termos:

Considerando que o Projeto de Assentamento ITABOCAL, criado pela PORTARIA/INCRA/SR.01/Nº04, de 10 de janeiro de 1995, com uma área total de 39.680,2528 ha. , previsto inicialmente o assentamento de 1.000 parcelheiros, localizados nos municípios de Capitão Poço, Irituia e Mãe do Rio, no Estado do Pará; Considerando a aprociação e aprovação final do Relatório Técnico, constante do Processo INCRA/SR/01/PA/Nº. 54100.000994/2002-35, de consolição do Projeto de Assentamento ITABOCAL, no âmbito deste Comitê de Decisão Regional, resolve: Nº 4 – Art. 1º Declarar consolidado parcialmente o Projeto de Assentamento ITABOCAL, com uma área de 39.680,2528 ha, e capacidade de assentamento de 1.000 unidades agrícolas familiares , localizados nos municípios de Capitão Poço, Irituia e Mãe do Rio/Pará, que após medida e demarcada alterou-se para 26.192,1303 ha, com 592 unidades agrícolas familiares, cuja alteração se dará através de Portaria de Retificação. Art. 2º As Divisões e a Procuradoria Regional desta Superintendência, deverão adotar providências, objetivando a conclusão do processo titulatório, ações complementares e a destinação dos bens móveis e imóveis remanescentes, no prazo de um ano, contados a partir da publicação da presente Resolução, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa acatada pelo Comitê de Decisão Regional. Art. 3º Determinar que os setores técnicos desta Regional adotem as seguintes medidas subsequentes: I – Providenciar relação das famílias do Projeto consolidado e demais atos a serem encaminhados formalmente pela Superintendência Regional ao Conselho Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, visando a inserção das referidas famílias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e integração com os programas de desenvolvimento local, regional e estadual; II – atualização dos dados no Sistema de Informação sde Projeto de Reforma Agrária – SIPRA. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação (INCRA, 2002, não paginado).

O documento em evidência é o norteador técnico e legal que embasou os fundamentos desta pesquisa, no que concerne ao cumprimento das fases de execução de um projeto de assentamento, caso do PA Itabocal, ou seja, atendimento das ações fundamentais à consolidação do Projeto de Assentamento Itabocal, tais como: execução dos serviços de medição topográfica, parcelas e perímetro; disponibilização de recursos para aquisição de alimentação e implementos básicos; disponibilização de habitação para beneficiários; disponibilização de infraestrutura básica do interesse coletivo, tais como: estradas de acesso e internas aos lotes, abastecimento d'água e rede tronco de energia elétrica; outorga de título de domínio a pelo menos 50% dos beneficiários (BRASIL, 2001).

2.2 Antecedentes

A Região do Guamá houve sua ocupação no início do século XX, com a chegada de migrantes de origem portuguesa, os quais se instalaram por razões comerciais, principalmente a intermediação de produtos extrativistas, tanto de origem animal como vegetal, com os nativos, até a metade da década de 1950, pois, com o começo das obras da Rodovia Bernardo Sayão, BR-010, conhecida popularmente como Belém-Brasília, veio em seu bojo uma segunda leva de migrantes, formada dessa vez por Nordestinos e Mineiros, que vinham em

busca de trabalho na construção da rodovia e de terras para ocupar (SANTOS, 2003).

Ainda de acordo com o mesmo autor:

Os posseiros formaram pequenos núcleos comunitários a partir dos locais de reuniões de cultos religiosos da Igreja Católica surgindo assim as comunidades de Santa Ana, São Francisco, Santo Antônio, Santa Rita, Santa Ana do Jaraquara, Rainha da Paz e São José, tendo como principais vias de acesso e escoamento de produtos as trilhas e o rio Pirimpindeua, cuja importância foi diminuída com a abertura da Rodovia Belém-Brasília e vicinais, incentivando novas ocupações nas áreas que permaneciam inexploradas. Em 1981, surgiram os primeiros conflitos pela posse da terra, face à aquisição das fazendas Iracema e Marimonte pelo Grupo Jonasa que, visando expansão de sua atividade pecuária, procurou retirar os posseiros mediante pagamento de indenização. A proposta foi rechaçada, o que ensejou despejo violento, inaugurando uma das mais acirradas disputas agrárias que se verificou no Estado do Pará (SANTOS, 2003, p. 85).

Da luta pelo reconhecimento dos direitos dos posseiros sobre a Gleba Itabocal, um latifúndio por exploração, segundo o INCRA, tombou o Dirigente Sindical, Júlio Marinho Lopes, popularmente conhecido como “Julinho”, por um pistoleiro da fazenda de José Matos de Mesquita, vulgo “Zé Marreta”, grafado no memorial descritivo do Decreto 97.609 (BRASIL, 1989), de 4 de abril de 1989:

[...] seguindo-se por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 86°45'SE, com uma distância de 5.085m, divisando atualmente com terras de José Matos de Mesquita, até o ponto 13, seguindo-se por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 10°15'NE, com uma distância de 6.600m, divisando atualmente com terras de **José Matos de Mesquita** (grifos nossos), até o ponto 14, seguindo-se por uma linha seca, no rumo verdadeiro de 86°45'SE, com uma distância de 14.715m, divisando atualmente com terras da Gleba Rio Guamá, até o ponto 1, ponto inicial da descrição do perímetro deste memorial descritivo.

A gleba Itabocal foi desapropriada por interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto 97.609, de 04 de abril de 1989, publicado no Diário Oficial da União, de 05/04/1989, Seção 1, Página 5.105, o qual definia no preâmbulo:

Declara de interesse social, para fins de Reforma Agrária, o imóvel rural denominado Gleba Itabocal, constituído pelos Lotes "O", "P", "Q", "S", "T", "U", "X", "Y" e parte dos Lotes "R" e "V", do Loteamento Mineiro, classificado como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Irituia e Capitão Poço, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, fixada pelo Decreto nº 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências (BRASIL, 1989, não paginado).

A soma da área dos lotes formou um imóvel com 39.680, 2528 hectares, situado nos Municípios de Irituia e Capitão-Poço, cujo processo judicial tramitou cerca de cinco anos até

ocorrer a imissão na posse por parte do INCRA, fato esse ocorrido aos vinte e quatro dias do mês de março de 1994.

O Projeto de Assentamento Itabocal, situado nos Municípios de Mãe do Rio (35%) , desmembrado do Município de Irituia, pela Lei Estadual nº 5.456, de 11 de maio de 1988, segundo o IBGE ([2016]), Irituia (50%), e Capitão-Poço (15%), abrange 26 comunidades, quais sejam: São Francisco, São José, Santana do Jaraquara, Santo Antônio, Santa Rita do Piripindeua, Santana do Piripindeua, São Paulo, Gaudêncio, Ponte Nova, São José do Galho Grande, São João do Marimonte, Nossa Senhora de Lourdes, São José do Arrependido, São Raimundo do Areia, Marajoara, Bacaba, Cantão Pororoca, Travessa do 49, São João Batista, São Pedro, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Nossa Senhora Aparecida, Saubá, Rainha da Paz, Nova Esperança e Santa Maria do Igarapezinho, foi criado no dia 10 de janeiro de 1995, por intermédio da Portaria INCRA/SR-01/Nº 04 (INCRA, 1995) com a previsão de gerar 1.000 unidades agrícolas familiares (Mapa 4).

A portaria que viabilizou o projeto de assentamento foi retificada por outra, Resolução INCRA/SR-01/G/Nº 04, de 10 de junho de 2002, nos seguintes termos:

Na Portaria INCRA/SR-01/PA/Nº 04, de 10 de Janeiro de 1995, publicado no D.O.U , nº 09 de 12 de Janeiro de 1995, Seção I, que criou o Projeto de Assentamento Itabocal, municípios de Mãe do Rio, Irituia e Capitão Poço/PA, onde se lê: “ ... 39.680,2528 ha (Trinta e Nove Mil, seiscentos e oitenta hectares, vinte e cinco ares e vinte e oito centiares) ” ... leia-se: “ ... 26.192,1303 ha (vinte e seis mil, cento e noventa e dois hectares, treze ares e três centiares)” e onde se lê: “ ... 1.000 (um mil) unidades agrícolas familiares” ... leia-se: “ ... 592 (quinhentos e noventa e dois) unidades agrícolas familiares” (INCRA, 2002, p. 89).

A motivação foi apresentada às folhas 03 dos autos do Processo 2140.0001071/95-49, de interesse da SR-01, cujas justificativas estavam assim elencadas:

Tendo em vista que a desapropriação foi feita sem qualquer levantamento ou estudo da potencialidade da área, por se tratar de processo irreversível de posses incidentes no imóvel, procuramos meios de torná-lo viável, baseado em sua vocação agropecuária.

A modificação gerou uma condição fundamental, a qual impeliu o INCRA a realizar estudos mais específicos, constatando-se a presença das fazendas Ouro Verde, Itabocal, Alterosa e Café Dunosso, além de pequenas propriedades já demarcadas e tituladas no perímetro do projeto pelo próprio órgão responsável pela Reforma Agrária, ou seja, o INCRA, só que atuando na vertente da regularização fundiária, em anos anteriores.

O primeiro instrumento de planejamento utilizado para implantar o recém-criado PA Itabocal foi o Plano Preliminar, inserto no processo INCRA/SR-01/Nº 21410.000902/94-11, o qual definia as seguintes linhas básicas que iriam nortear o processo de execução do empreendimento, tais como: proposta de criação do projeto, identificação do imóvel e do projeto, localização, características, aspectos agroeconômicos, infraestrutura e instalações, serviços de apoio à produção, aspectos sociais da população beneficiária, ações iniciais, e programação física e orçamentária (Anexo A).

De acordo com dados do INCRA (2015), o Projeto de Assentamento Itabocal foi objeto da inversão orçamentário-financeira na ordem de R\$ 4.402.064,02 (quatro milhões quatrocentos e dois mil sessenta e quatro reais e dois centavos) do Programa Nacional de Reforma Agrária, no que concerne à infraestrutura básica, o que representa em 09 anos, cerca de 5% ao ano, do Fundo de Participação do Município de Mãe do Rio, em valores de dezembro de 2015 (Quadro 4).

Quadro 4 – Infraestrutura implantada no PA Itabocal até 2015.

Exercício	Construção de vicinais (km)	Recuperação de vicinais (km)	Eletrificação rural (km)	Abastecimento d'água (u)
1997		15,00		
1998		21,00	11,20	
2000	15,00		10,00	3,00
2001	12,00		15,00	
2002	15,00		20,00	
2003			12,00	1,00
2004	5,40		7,20	1,00
2009				1,00
2013		33,10		
Total	47,40	69,10	85,40	6,00

Fonte: INCRA, 2016.

O quantitativo de estradas construídas representa 52% e recuperação de vicinais 97% da demanda inserida no Plano Preliminar. Das 26 comunidades que fazem parte do projeto, 90% são atendidas com energia elétrica, ficando poucos locais esparsos que não acessam essa infraestrutura. As vilas são atendidas com sistema de abastecimento compostos por poços artesianos que alimentam caixas d'água por intermédio de motor bombas e posterior distribuição às residências (INCRA, 2002).

Os serviços de medição e demarcação topográfica foram realizados por administração indireta utilizando-se como instrumento processos licitatórios, havendo como contratadas as empresas Tramontella Ltda., em 1995, e Engepagri Ltda., no ano de 2000, o que culminou, nas duas etapas, com a medição de um perímetro de 162.280,92 metros, e o parcelamento de 565 (quinhentos e sessenta e cinco) lotes individuais, perfazendo uma área de 26.192,1303 (vinte e seis mil cento e noventa e dois hectares treze ares e três centiares); restaram a demarcar, ainda 27 lotes (INCRA, 2002).

No ano de 2001 foram emitidos na jurisdição da SR-01, especificamente no PA Itabocal, 104 (cento e quatro) Títulos de Domínio, distribuídos da seguinte maneira: 60 em Irituia, 33 no Município de Mãe do Rio, e 33 na área de Capitão Poço, o que de acordo com o INCRA ([2016], não paginado) é assim declarado:

O título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da Reforma Agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de concessão de uso e o assentado têm condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em 20 (vinte) parcelas anuais.

A totalidade os títulos de domínio expedidos aos beneficiários do PA Itabocal somaram 163 (cento e sessenta e três), havendo sido cancelos 25 (vinte e cinco), de acordo com determinação do Tribunal de Contas da União, datada de 2008:

Determinação: às Superintendências Regionais do Inca: 2.8. que, com o objetivo de conferir publicidade ao processo de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária pelos assentados, em obediência ao disposto no caput do artigo 37 da CF/88, doravante publique no sítio da Autarquia na internet a relação de beneficiários contemplados, com a respectiva ordem de classificação, conforme a preferência definida pelo artigo 19 da Lei 8.629/1993 (BRASIL, 2008a, não paginado).

O Plano de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Itabocal foi elaborado pela Cooperativa de Trabalhos dos Engenheiros Agrônomos do Pará – UNIAGRO, em outubro de 1997, no âmbito do Projeto LUMIAR, cujo objeto era a prestação de assistência técnica aos assentados da Reforma Agrária, em cuja estrutura, existia a equipe técnica local. Era supervisionada por professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) e um técnico do INCRA. A metodologia utilizada foi a Análise Diagnóstica de Sistemas Agrários, inserta em um guia metodológico elaborado pelo convênio INCRA/FAO (GARCIA FILHO, 1995), a qual possibilitou identificar categorias de agricultores e tipos de sistemas de produção do PA Itabocal (Quadro 5).

Quadro 5 – Categorias de agricultores familiares do PA Itabocal.

Categoria de agricultores familiares	Características
Descapitalizado	Possui um nível de renda que não permite ultrapassar os limites da força de trabalho familiar, seja através de mecanização ou contratando mão-de-obra de terceiros. Adota o sistema de produção roça, no qual a renda situa-se abaixo do nível de produção simples (NRS) ¹² , ou seja, a produção do lote não consegue alcançar o salário mínimo.
Em vias de capitalização	Planta roça, mas a produção de farinha é suficiente apenas para suprir as necessidades básicas da família. Entretanto seus ganhos já permitem a formação de um pequeno rebanho bovino, implantação de culturas perenes e semi-perenes e acesso empréstimos bancários, na linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).
Capitalizado	Além de utilizar mão-de-obra familiar, contrata serviços de terceiros a ser utilizada no preparo de área, tratamentos culturais, colheita e fabricação da farinha. A acumulação de capital permitiu a agregação de outros lotes e o aumento do plantel de gado bovino, o qual é criado de forma extensiva. O sistema de produção também é formado por culturas perenes, como pimenta-do-reino, laranja e coco. Acessa linhas de crédito para financiamento no sentido de aumentar a produção pelo incremento de área e aumento do rebanho bovino.
Sem terra	Não possui lote, vende mão-de-obra, mora em terrenos de terceiros ou no patrimônio e a renda provém de diárias. Participa de movimentos sociais como sindicatos e outras organizações que lutam pela posse da terra.

Fonte: PDA Itabocal, 1995.

A reprodução simples do capital é uma repetição do processo igual ao anterior, quando os novos produtos fabricados são suficientes apenas para repor os meios de produção e os insumos que foram gastos (OSTROVITIANOV et al, 1961).

Os sistemas de produção identificados no PA Itabocal à época da elaboração do Plano de Desenvolvimento foram em número, de cinco com predominância da roça (Quadro 6).

¹² A reprodução simples do capital é uma repetição do processo igual ao anterior, quando os novos produtos fabricados são suficientes apenas para repor os meios de produção e os insumos que foram gastos (OSTROVITIANOV et al, 1961).

Quadro 6 – Sistemas de produção do PA Itabocal.

Sistemas de Produção	Características
Roça (I)	Praticada em áreas de capoeira de 4 a 6 anos, passando pelas fases de broca, derrubada, queima, coivara, requeima e plantio. Os agricultores nesse sistema conseguem renda pela produção da farinha, e em alguns meses do ano pelo extrativismo da malva. Arroz, feijão caupi e milho são plantios realizados de forma consorciada para o autoconsumo e a renda é oriunda do excedente. A superfície média explorada é de 2,4 hectares para mão-de-obra média de 2,8 unidades homem. A produção média de farinha é de 6.712 kg para uma produtividade média de 3.652 kg/ha e uma área cultivada de 1,9 ha, aproximadamente.
Roça+pasto (II)	Além do sistema I, implantam pasto em área média de 3,4 ha, com recursos obtidos da produção de farinha. O pasto é alugado a outros criadores, podendo haver criação de meia.
Roça+gado (III)	Agregam o sistema I, e mantém a produção com recursos próprios ou com financiamento para a compra de gado bovino, na própria região, geralmente 1 touro, reprodutor, e 8 vacas, matrizes.
Roça+cultura perenes (IV)	Agregam o sistema I e implantam culturas como pimenta-do-reino, coqueiro e laranjeira, com recursos próprios e financiamentos do FNO.
Roça+gado+cultura perene	Agregam os sistemas I+III+IV

Fonte: PDA Itabocal, 1995.

O crédito instalação aos assentados do Programa de Reforma é de fato uma concessão de empréstimo concedida pelo Governo Federal, cuja categoria econômica é investimento, com o objetivo de viabilizar uma pequena produção de subsistência até a fase produtiva¹³. No PA Itabocal, 55% dos beneficiários acessaram o recurso para aquisição de implemento agropecuário e 64% viabilizaram capital para construção de moradia (Tabela 2).

¹³ De maneira geral, quando são assentados, os beneficiários são desprovidos de bens materiais, daí o nome crédito instalação. O qual é voltado para a aquisição de sementes, pequenos animais, implementos agropecuários, e em casos extremos, alimentação e remédio.

Tabela 2 – Crédito instalação aplicado no PA Itabocal.

Modalidade	Família	Valor (R\$)	
		Unitário	Total
Apoio	26	2.400,00	62.400,00
Fomento	300	740	222.000,00
Aquisição de material de construção (habitação)	313	2.500,00	782.500,00
Recuperação de habitação	65	8.000,00	520.000,00
Total	-	-	1.586.900,00

Fonte: INCRA, 2016.

A terra destinada em área de fronteira agrícola é marcada pela falta de políticas públicas na zona rural, o que tem conexão com o declínio da produção agrícola, causada pela facilidade de se trabalhar na floresta primária e o tamanho dos núcleos familiares, que migram para áreas não ocupadas e não cultivadas. Os projetos de assentamento representam, de certa maneira, esse perfil, de áreas não demarcadas, objeto de especulação e cobiça, gerando conflito entre pequenos proprietários, fazendeiros, migrantes e índios (HENKEL; HENKEL, 2001).

Henkel e Henkel (2001, p. 14) fazem uma distinção do objetivo fim da Reforma Agrária no momento em que estabelecem uma diferença entre vertentes no programa, ou seja:

Se o caráter for social, havendo como exemplo o combate à miséria, é a sociedade que arca o ônus do setor reformado. Em tendo um caráter político é errôneo o raciocínio que procura viabilidade socioeconômica nos assentamentos, vez que a factibilidade só pode ser dada politicamente quando existe uma opção da sociedade e do Estado.

De acordo com Silva (1981, p. 41) “a Reforma Agrária é uma questão eminentemente política, por expressar a reivindicação dos trabalhadores rurais pela apropriação do fruto do seu trabalho; não apenas o direito de cada um às suas propriedades, mas ao resultado da sua produção”.

Um dos pilares do Estatuto da Terra, Lei 5.404/64, a política agrícola, é definido em seu Artigo 1º como:

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (BRASIL, 1964, não paginado).

No paradigma antes referenciado, enquadra-se a seguinte assertiva:

A política agrícola é mais importante para resolver questões ambientais da Amazônia do que a própria política ambiental. A redução da destruição dos recursos naturais dependerá do desenvolvimento de atividades agrícolas mais sustentáveis em áreas desmatadas do que a coleta de produtos florestais e a venda de serviços ambientais. O mercado ditará as regras no médio e longo prazos (HOMMA, 2011, p. 67).

Tanto a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 186, como o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), no Art. 2º, § 1º, alínea c, tratam da questão da conservação dos recursos naturais, o que remete a uma questão de estudo bastante controversa concernente ao licenciamento ambiental do Projeto Itabocal, tanto do projeto, quanto das atividades objeto da Lei Estadual número 5.887/95 (PARÁ, 1995), que trata os assentamentos rurais como empreendimento, e como tal recebem tratamento da iniciativa privada, em que pese a Resolução número 458/2013 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, 2013), expressar o contrário.

O Geoprocessamento é uma tecnologia que vem auxiliar muito nas tomadas de decisões por permitir realizar as análises e cálculos das áreas além de demarcações dos assentamentos e estudos evolutivos de uso da cobertura da terra, situação das áreas de preservação permanente e condição da rede viária (WEBER; HASENACK, 1999).

De acordo com Pont Vidal (2011, p. 14) “a gestão pública é entendida em seu sentido amplo, como administração pública dos recursos financeiros disponíveis em um país, para oferecer serviços e benefícios que a população e a lei estabelecem, e com a qualidade necessária”. Essa afirmação vem ao encontro de se pensar a Reforma Agrária, uma política pública, com um viés analítico do processo de consolidação, materializado nos projetos de assentamento rurais, os quais são criados numa proposta de atendimento a uma população desprovida de meios de produção, no caso específico, terra e capital, mas que não atingem sua fase derradeira, onde o empreendimento se encaminha rumo à autogestão, caracterizando-se como uma “porta de saída”, a fim de que o Governo possa atender a novas demandas e tenha efetividade na sua intervenção.

De acordo com Souza (2006) a definição de política pública não assume uma forma única, pois Mead (1995) a conceitua como uma análise governamental no contexto das grandes questões públicas. Lynn (1986) a define com sendo as várias ações do governo, de forma integrada, que irão produzir resultados específicos. Peters (1986) a conceitua como sendo o conjunto atividades do governo, que agem de forma direta ou indireta, influenciando

a vida das pessoas. Dye (1984) conceitua política pública como a escolha do governo de fazer ou não. Ainda, segundo Souza (2006, p. 6) “a definição mais conhecido continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.”

A política pública, quanto ao seu impacto, é definida da seguinte forma:

Os impactos da política redistributiva atingem categorias do tipo de classes sociais ou alguma coisa próxima a isso: ricos e pobres, grandes e pequenos, burguesia e proletariado. O objetivo envolvido não é, o uso da propriedade, por exemplo, mas a propriedade em si; não está em questão a igualdade de tratamento, mas a igualdade ou desigualdade em relação à posse; não se questiona o comportamento, mas a existência (LOWI, 1966, p. 4).

Nessa vertente, pode-se alinhar a política de Reforma Agrária, no caso específico da consolidação, pois a mesma se apresenta como uma ação inacabada, que carece fechar o ciclo, atingindo atores distintos.

Política pública, de acordo com Rua (2009, p. 19) “geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas.

As modificações pelas quais tem passado a administração pública no Brasil, principalmente pela adoção da sistemática do planejamento plurianual, a partir da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 165, inciso I, aliado ao aprimoramento dos órgãos de controle e clamor da sociedade pela transparência na aplicação dos gastos públicos, tem surtido seus efeitos por meio da *accountability* (JANNUZZI, 2005).

Segundo Jannuzzi (2005, p. 138) “indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático”. Depreende-se daí a ideia de se analisar a administração pública em todas as suas fases e buscar compreender se os princípios constitucionais da moralidade, publicidade e eficiência, insertos na Emenda Constitucional número 19 de 1998 (BRASIL, 1998), estão sendo cumpridos.

De acordo com Putnam (1996) virtude cívica é um conceito eivado de devoção às causas públicas, caracterizando-se pela participação nas atividades comunitárias, onde a sociabilidade é o reflexo da vida associativa.

Busca-se compreender na afirmação antes referenciada se no PA Itabocal existe capital social suficiente forte para conduzir o projeto à autogestão.

3 METODOLOGIA

A investigação sobre o processo de consolidação do Projeto de Assentamento Itabocal foi lastreada em um estudo de caso, o qual de acordo com Severino (2007, p. 121) é onde a “Pesquisa se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”, onde foi selecionado o PA Itabocal, o qual representa um quarto da área e quinto das famílias assentadas, num universo de 10 projetos de assentamento, localizados no Nordeste Paraense.

3.1 Classificação da pesquisa

A abordagem utilizada, de acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 31-33) foi a qualitativa, utilizando-se também, análise quantitativa no que se refere à coleta de dados no Projeto de Reforma Agrária Itabocal, com a investigação sendo ancorada em uma pesquisa do tipo descritiva concernente aos seus objetivos, conforme a definição de Andrade (2002):

Nesse tipo de pesquisa, os dados são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles. Portanto, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador (ANDRADE, 2002, p. 19-20).

3.2 Procedimentos

Com relação à coleta de dados a pesquisa foi dividida em dois grupos, de acordo com Alves (2007, p. 63): “Documentação indireta, que compreende a pesquisa feita em livros, revistas, jornais etc. e a feita quando se consulta documentos, como certidões pareceres etc. e a documentação direta, que se vale das observações e das entrevistas”.

Na fase exploratória a investigação houve como ponto de partida uma verificação documental, principalmente os autos do processo de número 5.100.000994/2002-35, o qual apresenta como interessado a SR-01, tendo o mesmo estabelecido os procedimentos técnicos, legais e administrativos para consolidação do PA Itabocal, cujas peças são o decreto de desapropriação, auto de imissão de posse, certidão de registro de imóveis, 1º Ofício da Comarca de Capitão-Poço, portaria de criação do PA Itabocal, relação de beneficiários, planilhas com as ações executadas, referente à concessão de empréstimo da Reforma Agrária para aquisição de implementos agrícolas e construção de moradia, planta e memorial

descritivo, relação de titulação, Resolução de consolidação do PA Itabocal, relatórios de infraestrutura, englobando construção de estradas vicinais, sistema de abastecimento d'água e eletrificação rural (INCRA, 2002), além do Plano de Desenvolvimento do PA Itabocal, elaborado pela equipe de Assistência Técnica, vinculada ao Projeto LUMIAR¹⁴. Ainda com relação à documentação indireta, a pesquisa trouxe como referência dados bibliográficos, incluindo estrutura regimental do INCRA, instruções normativas e normas de execução, obras de autores clássicos e atuais, no que se referiu aos temas Questão e Reforma Agrária, além de outras vertentes relevantes e fundamentais para a compreensão deste estudo de caso, tais como: geoprocessamento e gestão pública. Aliado a este acervo, foram utilizados filmes, na modalidade documentário, os quais se revelaram bastante esclarecedores para o desenvolvimento do objeto da pesquisa.

No que se referiu à documentação direta, foi realizada a coleta de dados primários no PA Itabocal, com base na aplicação de um questionário versando sobre o perfil sociodemográfico dos moradores, renda, tamanho das propriedades, composição do uso da terra, regularização ambiental, comercialização, investimentos recebidos do governo, financiamentos, avaliação de políticas e organizações públicas e capital social. De autoria própria, o documento apresentou 42 perguntas diretas mais desdobramentos, no período de 15 a 24 de outubro de 2015. A atividade de campo iniciou com reunião prévia, visando ao planejamento da ação, a qual contou com a participação do Gestor Municipal de Mãe do Rio, Estado do Pará, Secretários Municipais de Meio Ambiente, Agricultura e Ação Social de Mãe do Rio, representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Mãe do Rio, e lideranças das comunidades de Santana do Piripindeua, Santa Rita do Piripindeua, Gaudêncio, Santo Antônio, São José do Arrepêdido, São Raimundo do Areia e Ponte Nova, onde foi estabelecido o cronograma das reuniões em cada comunidade (Fotografia 1).

¹⁴ Projeto de assistência técnica e extensão rural

Fotografia 1 – Coleta de dados. Comunidade São José do Arrependido.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

3.3 Universo e amostra

O universo da pesquisa envolveu 592 assentados do Projeto Itabocal, e o tipo de amostra utilizada foi a não probabilística por acessibilidade, que contou com 95 moradores atuais do projeto, os quais foram convidados e aceitaram livremente participar do estudo, dentre assentados, cônjuge, filhos e filhas de assentados, agregados e ocupantes, ou seja, o processo de escolha recaiu sobre os elementos possíveis de serem acessados, de forma deliberada (OLIVEIRA; ALMEIDA; BARBOSA, 2012).

Foram aplicados 100 questionários em campo, entretanto, alguns apresentaram erros e foram excluídos. Os questionários válidos foram inseridos em um banco de dados, cuja ferramenta utilizada foi o software Microsoft Office Excel 2007, com entradas de 95 linhas e 465 colunas, o que motivou uma análise exploratória dos dados sendo possível extrair 44 tabelas e 03 gráficos, a fim de serem interpretados.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Apresentação descritiva

4.1.1 Indicadores demográficos

Observa-se que do universo pesquisado os assentados e seus descendentes, que mantém relação direta com o lote é maioria, o que denota fixação ao local.

Os ocupantes são moradores que não possuem situação regularizada no assentamento, seja por não possuírem terra e se encontrarem morando no patrimônio, ocupando lotes em fazenda objeto de litígio, caso da Fazenda Alterosa, e os que compraram imóveis dos agricultores que se encontravam em relação de beneficiário (Tabela 3).

Tabela 3 – Relação com o lote.

Relação	Quantidade	%
Assentado (a)	56	58,90
Filho (a)	18	18,90
Ocupante	17	17,90
Cônjuge	2	2,10
Agregado	2	2,10
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

De uma maneira geral o quantitativo de pessoas por residência é baixo no PA Itabocal, variando de uma até cinco. Os casos em que ultrapassam esse número possuem relação com aquelas famílias em que existem não somente filhos e filhas, mas netos e netas, morando sob o mesmo teto (Tabela 4).

Tabela 4 – Habitantes por moradia.

Quantidade de Pessoas	Quantidade	%
1	4	4,21
2	14	14,74
3	25	26,32
4	9	9,47
5	13	13,68
6	14	14,74
7	12	12,63
8	2	2,11
9	1	1,05
12	1	1,05
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Esse viés de baixa é corroborado pelo IBGE (PORTAL BRASIL, 2010), quando infere que o número médio de pessoas, no período de 2000 a 2010, caiu, passando de 3,79 pessoas para 3,34, havendo como explicação a queda na fecundidade e o envelhecimento da população.

Em termos dos assentamentos no Brasil, em 80% dos lotes viviam os titulares do assentamento com sua família, com média de 3 filhos por família e 62% contavam com parentes em outros lotes (HEREDIA et al, 2002). Um exemplo dessa assertiva, relativo ao PA Itabocal, é a família Cordeiro, que aparece em 21% da amostra, com parentes diretos e incluídos na relação de beneficiários do INCRA.

Na presente investigação o fato das mulheres representarem um terço dos homens como chefe de família está relacionado com a legislação na época da consolidação, situação que mudou em 2007, com a publicação da Instrução Normativa 38 (INCRA, 2007) com data de 13 de março, em que no artigo 3º é declarado: “nos instrumentos de titulação emitidos pelo INCRA constará (ao) o nome da Mulher Outorgada e/ou do Homem Outorgado independentemente do Estado Civil” (Tabela 5).

Tabela 5 – Gêneros dos moradores chefes de família.

Gênero	Quantidade	%
Masculino	79	83,20
Feminino	16	16,80
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A faixa etária predominante no universo da pesquisa situa-se entre 35 e 60 anos, demonstrando a presença de uma população madura, sendo, também, significativo o quantitativo de pessoas acima de 70 anos, indicando uma população de idosos de vulto habitando o assentamento na condição de chefe de família (Tabela 6).

Tabela 6 – Faixa etária dos moradores.

Faixa Etária	Quantidade	%
24 I-- 30	7	7,45
30 I-- 35	9	9,57
35 I-- 40	12	12,77
40 I-- 45	12	12,77
45 I-- 50	10	10,64
50 I-- 55	7	7,45
55 I-- 60	11	11,70
60 I-- 65	7	7,45
65 I-- 70	7	7,45
Acima de 70	13	12,77
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A população residente do PA Itabocal é local, originária mais de 90% dos municípios de Irituia e Mãe do Rio. O quantitativo de migrantes, em número diminuto é oriundo de municípios paraenses e do Estado do Ceará (Tabela 7).

Tabela 7 – Origem da população residente no PA Itabocal.

Local de Nascimento	Quantidade	%
Irituia (Pa)	61	64,21
Mãe do Rio (Pa)	27	28,42
São Domingos do Capim (Pa)	2	2,11
Igarapé-Açu (Pa)	1	1,05
Maracanã (Pa)	1	1,05
Paracuru (CE)	1	1,05
São Bento de Amontada (CE)	1	1,05
Uruoca (CE)	1	1,05
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A informação segue a mesma tendência do que ocorre em outras regiões do Brasil, vez que 80% já viviam na zona rural, no próprio município ou municípios vizinhos, e 94% já possuíam experiência com a agricultura (HEREDIA et al, 2002).

No universo da amostra, cerca de 80% das pessoas declararam o estado civil casado, incluídas as que se dizem solteiras, em razão de não terem assumido compromisso civil, havendo celebrado matrimônio somente no “padre” (Tabela 8).

Tabela 8 – Estado civil dos moradores do PA Itabocal.

Estado Civil	Quantidade	%
Casado	67	70,50
Solteiro	17	17,90
Viúvo	4	4,20
Outro	7	7,40
Total	95	100

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A religião predominante é a católica, bastando observar o nome das comunidades do assentamento, em que pese o início da ocupação da Gleba Itabocal tenha surgido de um povoamento protestante da Assembleia de Deus, cujos membros foram expulsos do local por capangas de um ex-prefeito do município de Irituia à época, segundo relato de alguns moradores (Tabela 9).

Tabela 9 – Religião professada dos moradores do PA Itabocal.

Religião	Quantidade	%
Católico	92	96,84
Protestante	3	3,16
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

O tempo de moradia predominante remonta à época da desapropriação da Gleba Itabocal, ou seja, aproximadamente 30 anos, pois desde a criação do projeto de assentamento em 1995, há 20 anos, as famílias já se encontravam na área. O que tem relacionamento com a origem dos moradores (Tabela 10).

Tabela 10 – Tempo de moradia no PA Itabocal.

Tempo de Moradia (em anos)	Quantidade	%
03 I-- 08	3	3,16
08 I-- 13	3	3,16
13 I-- 21	27	28,42
21 I-- 28	9	9,47
28 I-- 33	11	11,58
33 I-- 38	9	9,47
38 I-- 43	8	8,42
43 I-- 48	8	8,42
48 I-- 53	6	6,32
53 I-- 58	4	4,21
Acima de 58	6	6,32
Subtotal	94	98,95
Sem Informação	1	1,05
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

4.1.2 Indicadores sociais

O projeto de assentamento é servido com três postos de saúde, sendo dois grandes, localizados nas comunidades de Santana do Piripindeua e Ponte Nova, e outro menor situado na comunidade de Nova Esperança.

O posto de saúde de Santana do Piripindeua é atendido por equipe do Programa Saúde da Família, formada de 02 médicos, enfermeira, cirurgião dentista e auxiliar de odontologia, que atendem a comunidade todos os dias em jornada de 40 horas semanais (Fotografia 2).

Fotografia 2 – Posto de saúde. Comunidade Santana do Piripindeua.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A disponibilidade de saúde no PA Itabocal reflete o percentual de 50% dos buscam atendimento no assentamento e os que procuram atendimento na sede do município em Mãe do Rio, seja pela distância, ou complexidade.

O posto de saúde da comunidade Ponte Nova, formado por um médico, enfermeira, odontólogo e auxiliar, dividem a atenção entre a comunidade onde se localiza e o posto de saúde de Nova Esperança, atendendo um dia por semana, além de visita domiciliar nos casos da impossibilidade de locomoção do paciente (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Posto de saúde da comunidade Nova Esperança do Piripindeua.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

No PA Itabocal, o índice de analfabetos de 8,42% está um pouco abaixo do Brasil, 9%, e da Região Norte, 10,6%, de acordo com o censo de 2010 medido pelo IBGE ([2010]). Entretanto, o percentual dos que assinam o nome, de 26%, pode ser considerado alto, em razão da imprecisão de quem pode ser considerado alfabetizado nesse particular, o que ocorre com a população mais velha. Segundo Ribeiro (1997, p. 147), a partir de consideração da Unesco pode ser definido assim:

A definição de alfabetização que a Unesco propunha em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois, a mesma Unesco proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional quando suficiente para os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade.

O número dos que abandonaram os estudos é expressivo, 42,11%, observando a ocorrência na população acima de 35 anos. O nível de escolaridade mais elevado pode ser

verificado na população mais jovem, pela facilidade de se estudar no assentamento ou mesmo em Mãe do Rio, registrando-se nível superior (Tabela 11).

Tabela 11 – Grau de escolaridade dos moradores pesquisados.

Grau de Escolaridade	Quantidade	%
Não estudou	8	8,42
Assina o Nome	25	26,32
Fundamental Incompleto	40	42,11
Fundamental Completo	6	6,32
Médio Incompleto	5	5,26
Médio Completo	8	8,42
Superior Incompleto	2	2,11
Superior Completo	1	1,05
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Em se comparando o PA Itabocal com os projetos de assentamentos já estudados no Brasil, os mesmos apresentaram indicadores distintos em referência à evolução da educação:

Com relação ao nível de escolaridade dos responsáveis pelo lote, constata-se que, no total das manchas, 87% deles têm no máximo até a 4ª série do ensino fundamental, sendo que 32% nunca foram à escola. Apenas 2% a frequentaram além da 8ª série. Esses dados são semelhantes no caso dos cônjuges e da população assentada com 30 anos ou mais (HEREDIA et al, 2002, p. 83).

A maioria dos membros das famílias objeto da pesquisa afirmou estudar no PA Itabocal. A outra parte, cerca de 1/3, declarou estudar na cidade de Mãe do Rio, principalmente, no que concerne aos estudantes do ensino médio. Enfatize-se que no assentamento existe uma escola de ensino médio, situada na comunidade Ponte Nova. No entanto, alguns estudantes por questão de logística preferiam estudar na sede do município antes referenciado (Tabela 10).

Tabela 12 – Local de estudo dos moradores.

Local	Quantidade	%
No Assentamento	41	67,21
Cidade	20	32,79
Total	61	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Os pesquisados, morando no mesmo projeto, apresentaram uma visão diferente acerca do percentual da oferta de educação (Tabela 13).

Tabela 13 – Oferta de educação no PA Itabocal.

Ensino do Assentamento	Quantidade	%
Ensino Fundamental	52	55,91
Ensino Médio	41	44,09
Total	93	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Constatou-se que a resposta concernente ao ensino médio tenha relação com a existência de escolas nas cercanias das comunidades onde moravam, em razão da existência de uma escola de nível médio na comunidade Ponte Nova. Portanto, vale afirmar que o PA é servido com escolas de nível médio e fundamental, com esta funcionando na comunidade Santana do Piripindeua (Fotografia 4).

Fotografia 4 – EMEIF de Santana do Piripindeua.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A prefeitura de Mão do Rio fornece transporte escolar aos estudantes do PA Itabocal, tanto para as escolas dentro do projeto, como no deslocamento à Sede Municipal aos estudantes que cursam o ensino médio, afirmação feita por 97% dos moradores pesquisados (Tabela 14).

Tabela 14 – Disponibilidade de transporte pela prefeitura de Mãe do Rio.

Transporte Regular	Quantidade	%
Sim	87	96,67
Não	3	3,33
Total	90	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Com relação às condições de moradia no âmbito da pesquisa de campo, 80% das famílias declarou possuir casa de alvenaria com energia elétrica (Tabela 15).

Tabela 15 – Condições de moradia dos habitantes do PA Itabocal.

Casa de Alvenaria	Quantidade	%
Sim	77	81,05
Não	18	18,95
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Entretanto, a metade afirmou não dispor de sanitário com sistema de água e fossa séptica, em que pese 65% serem servidos com água encanada (Fotografia 5).

Fotografia 5 – Casa atual de assentado no PA Itabocal. Comunidade Nova Jerusalém.



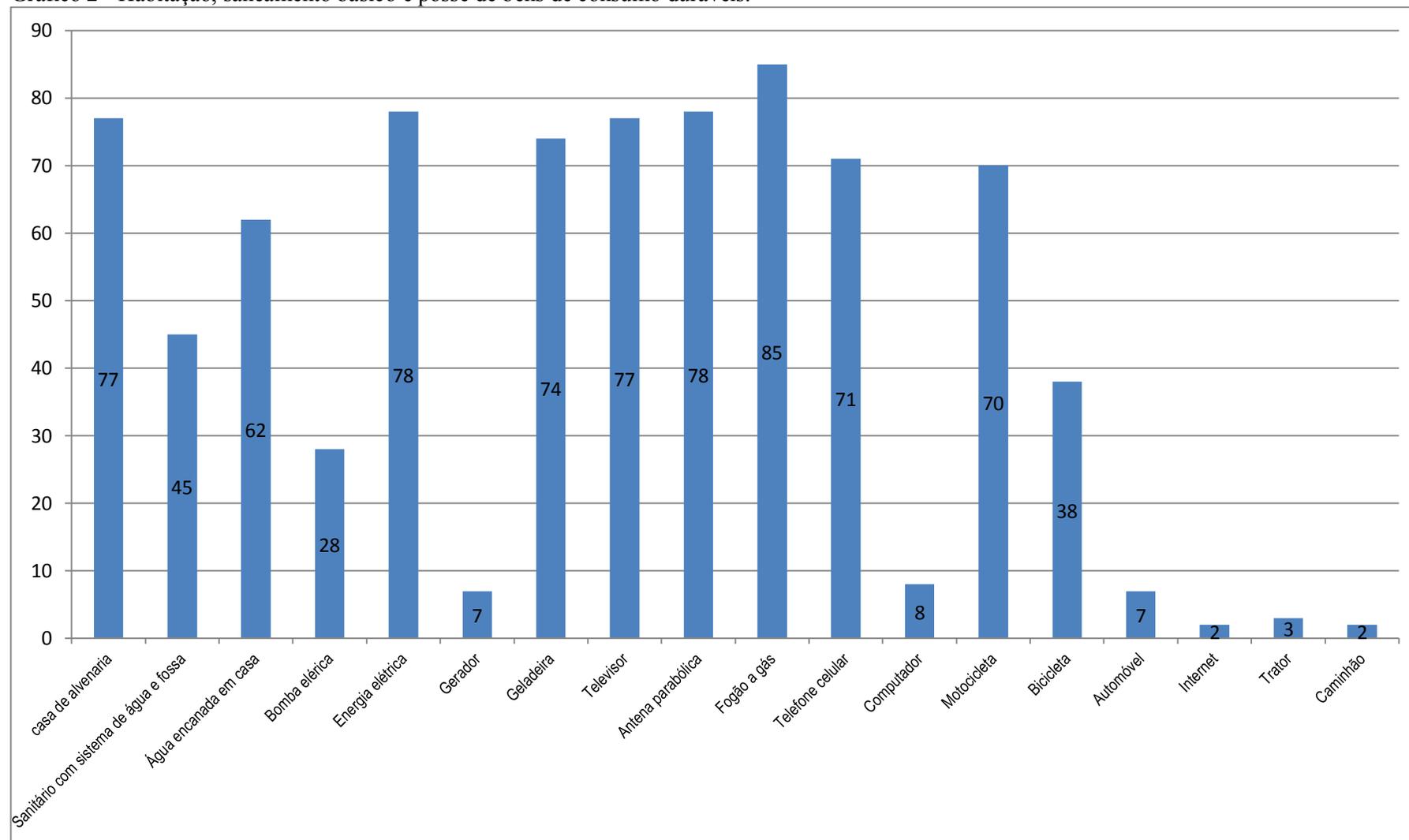
Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

4.1.3 Indicadores econômicos

No que concerne à posse de bens duráveis, dos moradores pesquisados no PA Itabocal, 83% declararam ser possuidores de geladeira, televisor e fogão a gás; média abaixo da apresentada pelo Brasil, 97%, e Estado do Pará, 90% (IBGE, 2011).

Vale destacar a coerência existente entre a quantidade de antena parabólica informada, 78%, com o número de televisores e a disponibilidade de energia elétrica (Gráfico

Gráfico 2 - Habitação, saneamento básico e posse de bens de consumo duráveis.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A informação referente à bomba d'água e gerador ficaram prejudicadas em razão da disponibilidade de energia elétrica e abastecimento d'água nas comunidades.

Outros bens de consumo duráveis apresentaram relevância, tais como: telefone celular e motocicleta, encontrados em 70% da amostra.

À exceção da posse de bicicletas, 40%, outros bens, como trator e caminhão estão em poder de pouquíssimos agricultores do PA Itabocal, incluindo um que apresenta a maior renda do projeto por adotar um sistema de produção agrícola mecanizado.

Para corroborar a informação acerca da qualidade das moradias construídas nos assentamentos no Brasil, em comparação com o PA Itabocal, Heredia et al. (2002, p. 73) afirmam: “74% das casas dos assentamentos nas manchas pesquisadas são feitas de tijolo ou bloco, sendo que antes de serem assentadas, esse índice não passava de 39%”.

A renda dos moradores objeto da pesquisa revelou a seguinte configuração em termos de Salários Mínimos (SM): 34 moradores declararam auferir renda de até um salário mínimo, 36%, o que representou a metade da renda média do Estado do Pará, em termos percentuais, que foi de 14,82%, segundo o IBGE (2008); 37 pessoas do assentamento, incluídos na pesquisa, apresentaram rendimentos acima de 1 até 2 salários mínimos, 39% percentualmente, 11% maior da renda média do Estado do Pará, de acordo o mesmo Instituto e ano. Vale registrar o nível de renda apresentado por 5 pesquisados, cujo quantitativo da renda monetária ultrapassou o patamar de 3 SM. Explica-se: 2 moradores, sendo um agricultor, que pratica agricultura mecanizada, está fora da relação de beneficiário da Reforma Agrária, pois comprou o lote de terceiros, e é oriundo do Estado do Ceará, com renda média de R\$ 12.000,00, e um vereador, assentado da Reforma Agrária, que recebe proventos de R\$ 5.000,00 da Câmara de Vereadores de Mãe do Rio; são uma exceção no assentamento. Outros 3 auferem renda superior a 3 SM em razão da renda agregada, ou seja, agricultura+pecuária+bolsa família+aposentadorias (Tabela 16).

Tabela 16 – Renda dos moradores do PA Itabocal.

Origem de renda mensal	Quantidade	%	Média (R\$)
Agricultura	66	35,68	744,64
Bolsa Família	49	26,49	223,44
Aposentadoria	37	20,00	1.264,05
Salários e Diárias	19	10,27	789,63
Pecuária	6	3,24	458,33
Benefício	4	2,16	788,00
PNAE/PAA	2	1,08	384,00
Ajuda de Parentes	2	1,08	430,00
Total	185	100,00	-

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Outro enfoque utilizado nesta pesquisa foi o estudo da renda analisada por outra vertente. De forma isolada por sistema de produção, tais como agricultura e pecuária, e por sua agregação com a apropriação de recurso gerado com a obtenção de diárias/salários, ajuda de parentes, aluguel e transferências e benefícios governamentais, a exemplo do Bolsa Família, aposentadoria e benefício previdenciário. A agricultura é a atividade econômica que abriga a maioria dos moradores do PA Itabocal, no universo da investigação, seguido do programa governamental de transferência de renda bolsa família e aposentadorias. A renda das famílias pesquisadas teve sua análise organizada em cinco itens: agricultura, pecuária, Bolsa Família, aposentadoria, e salários e diárias. Partiu-se, então, para dezenove agregações dos itens antes referenciados, formando vinte e cinco observações (Tabela 17).

Tabela 17 - Origem da renda agregada, renda total e renda média, no PA Itabocal.

Origem da renda agregada	Renda total (R\$)	Moradores	Renda Média (R\$)
agricultura+Bolsa Família	39.340,00	22	1.788,18
agricultura+aposentadoria	16.726,00	14	1.194,71
aposentadoria	10.216,33	10	1.021,63
agricultura+Bolsa Família+aposentadoria	20.319,00	9	2.257,67
agricultura	8.143,00	8	1.017,88
salários e diárias+Bolsa Família	2.544,00	4	636
agricultura+salários e diárias+Bolsa Família	4.241,00	4	1.060,25
salários e diárias	4.176,00	3	1.392,00
agricultura+salários e diárias	5.666,00	3	1.888,67
Bolsa Família	507	2	253,5
agricultura+Bolsa Família+benefício	1.120,00	2	560
aposentadoria+benefício	2.770,00	2	1.385,00
salários e diárias	600	1	600
Bolsa Família+ajuda de parentes	682	1	682
pecuária+diárias e salários+Bolsa Família	712	1	712
pecuária+aposentadoria	787	1	787
Bolsa Família+benefício	788	1	788
pecuária	1.013,00	1	1.013,00
pecuária+diárias e salários+Bolsa Família+aposentadoria	1.023,00	1	1.023,00
agricultura+salários e diárias+Bolsa Família+aposentadoria	1.200,00	1	1.200,00
salários e diárias+aposentadoria	1.268,00	1	1.268,00
agricultura+salários e diárias+aposentadoria	1.412,00	1	1.412,00
agricultura+pecuária+Bolsa Família	1.576,00	1	1.576,00
agricultura+pecuária	1.800,00	1	1.800,00
Total	128.629,33	95	27.316

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

De forma isolada, as atividades produtivas referentes à agricultura e pecuária apresentaram renda média de 1,2 salário mínimo. O programa governamental de complementação de renda, Bolsa Família, revelou o rendimento mais baixo, sem agregação, na ordem de 1/3 do salário mínimo da época, recurso bem próximo do valor estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, em referência à extrema pobreza de R\$ 154,00 por família (MDS, [2016]).

É importante destacar a participação do Programa Bolsa Família na composição da renda dos agricultores, com ênfase na Amazônia Legal, pois de acordo com Homma (2011, p. 66) “[...] quase 2,4 milhões de famílias recebem Bolsa Família – representando 18,8% do total nacional, para uma região com 12,8% da população brasileira”. Podendo-se inferir que políticas compensatórias minimizam pobreza, mas não socializam riqueza.

O principal produto agrícola comercializado no PA Itabocal é a farinha, cuja matéria-prima é a mandioca, a qual responde por 73% da produção do universo pesquisado (Fotografia 6).

Fotografia 6 – Fabricação de farinha de mandioca no PA Itabocal.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Outros produtos possuem uma significação menor, a exemplo do açaí, mas que complementam a renda de forma pouco significativa, sendo dispersos entre alguns produtores (Tabela 18).

Tabela 18 – Principal produto comercializado no PA Itabocal.

Produto	Quantidade	%
Mandioca	73	54,48
Açaí	9	6,72
Outros	52	38,81
Total	134	100

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

De acordo com Homma (2011, p. 54) “A produtividade de mandioca no Pará (maior produtor) é de 16 t/ha, enquanto no Paraná (segundo produtor) os agricultores conseguem obter 24 t/ha”. Remete-se essa constatação à demanda dos agricultores do PA Itabocal pela mecanização agrícola.

Com relação à pecuária foi possível observar a importância da criação de gado bovino no universo pesquisado dentro do PA Itabocal, vez que a quantidade de cabeças, incluindo vaca, bezerro, touro, garrote, novilha e boi, representou aproximadamente um terço do total das criações, e a intermediação comercial com esses animais representou 74% nas compras de vacas e 68% na venda de bezerros, apresentando uma característica de produção voltada para a cria e engorda de forma extensiva (Tabela 19).

Tabela 19 – Produção pecuária no PA Itabocal, Mãe do Rio (PA).

Principal Animal de Criação	Quantas pessoas possuem	% Pessoas que Possuem	Quantidade de cabeças atuais	Quantidade de cabeça compradas no ano passado	Quantidade de cabeças vendida no ano
Galinha / Frango	66	19,35	1899	20	101
Vaca	52	15,25	475	47	22
Cavalo	45	13,20	62	-	-
Bezerro	43	12,61	191	3	76
Touro	39	11,44	38	5	1
Garrote / Novilha	36	10,56	138	7	8
Porco	23	6,74	85	-	-
Burro / Mula	19	5,57	21	-	-
Boi	18	5,28	21	1	4
Total	341	100	2930	83	212

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Registrou-se como relevante a criação de galináceos, galinha e frango, o que representou uma média de 29 bicos entre os pesquisados que declararam criar, gerando investimento de R\$ 700,00 na compra e uma receita financeira na ordem de R\$ 3.535,00 na venda, o que equivaleu a somente 5% da criação, podendo-se inferir que 95% da criação é voltada para o autoconsumo, e que se fosse comercializada, ao preço de R\$ 35,00 a unidade, valor pago na feira de Mãe do Rio, geraria uma despesa na compra ou uma receita na venda, na ordem de R\$ 956,73 por família/ano, valor superior a um salário mínimo em 2015.

No que tange aos assentamentos do Brasil, verifica-se uma coincidência no PA Itabocal concernente à mandioca e às criações, no contexto apresentado a seguir:

Analisando a participação dos diferentes produtos agropecuários no VBP (incluindo, da criação animal, apenas leite e ovos), constata-se que as dez primeiras posições (que representam 78% do VBP) correspondem a leite, mandioca, milho, feijão, ovos, arroz, abacaxi, soja, inhame, farinha de mandioca. Destes, os três primeiros representam 48% do VBP e os cinco primeiros, 61%. (HEREDIA et al, 2002, p. 96).

Em referência às dificuldades de comercialização da produção, no que diz respeito à identificação de oportunidades de mercado, dentro do universo pesquisado, a maioria declarou não possuir dificuldade, ou seja, 75%, podendo-se inferir que a assertiva esteja relacionada com a fabricação de farinha de mandioca, atividade altamente especializada no conjunto do Municípios de Irituia e Mãe do Rio (Tabela 20)

Tabela 20 – Especialização da produção entre os moradores pesquisados no PA Itabocal.

Avaliação: Saber o que produzir (identificar oportunidades de mercado)	Quantidade	%
Nenhuma dificuldade	40	43,48
Baixa dificuldade	13	14,13
Dificuldade regular	14	15,22
Média dificuldade	9	9,78
Alta dificuldade	10	10,87
Difícilimo	6	6,52
Total	92	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Com relação à satisfação dos moradores pesquisados, no que concerne à produção do lote, no PA Itabocal, a maioria declarou-se satisfeita, entretanto, 12% responderam negativamente, ou seja, um número não desprezível para um projeto de assentamento considerado legalmente como consolidado. A resposta apresentada foi direcionada sobre a ausência de mecanização agrícola no lote, no conjunto do principal produto comercial que é a farinha de mandioca (Tabela 21).

Tabela 21 – Satisfação dos moradores com a produção do lote.

Satisfeito com sua produção	Quantidade	%
Sim	83	87,37
Não	12	12,63
Total	95	100

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

No universo da pesquisa, 47% dos assentados responderam ter contraído financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Tabela 22).

Tabela 22 – Acesso ao PRONAF no PA Itabocal.

Financiamento PRONAF	Quantidade	%
Sim	44	46,81
Não	50	53,19
Total	94	100

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Dentre esses, 48% afirmaram haver quitado o empréstimo; 27% declararam pagar em dia, 9% com atraso e 16% responderam estar inadimplentes (Tabela 23).

Tabela 23 – Situação do financiamento do PRONAF no PA Itabocal.

Situação do Financiamento	Quantidade	%
Quitado	21	47,73
Pagando em dia	12	27,27
Pagando com atraso	4	9,09
Inadimplente	7	15,91
Total	44	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A causa pode estar relacionada com a qualidade, descontinuidade e ausência da ATER no assentamento.

Dos créditos recebidos no âmbito do Programa de Reforma Agrária, especificamente na modalidade apoio, utilizado para aquisição de implemento agrícola para viabilizar o início da produção, 1/3 dos agricultores que participaram da pesquisa responderam que ajudou muito e 2/3 declararam que ajudou pouco, regularmente ou não souberam responder, podendo-se afirmar neste caso que foi em razão do tempo decorrido (Tabela 24).

Tabela 24 – Acesso ao crédito instalação no PA Itabocal.

Aquisição de implemento agropecuário	Quantidade	%
Ajudou muito	32	34,68
Ajudou regularmente	15	15,79
Ajudou pouco	14	14,74
Não Ajudou	7	7,47
Não sabe dizer	27	28,42
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

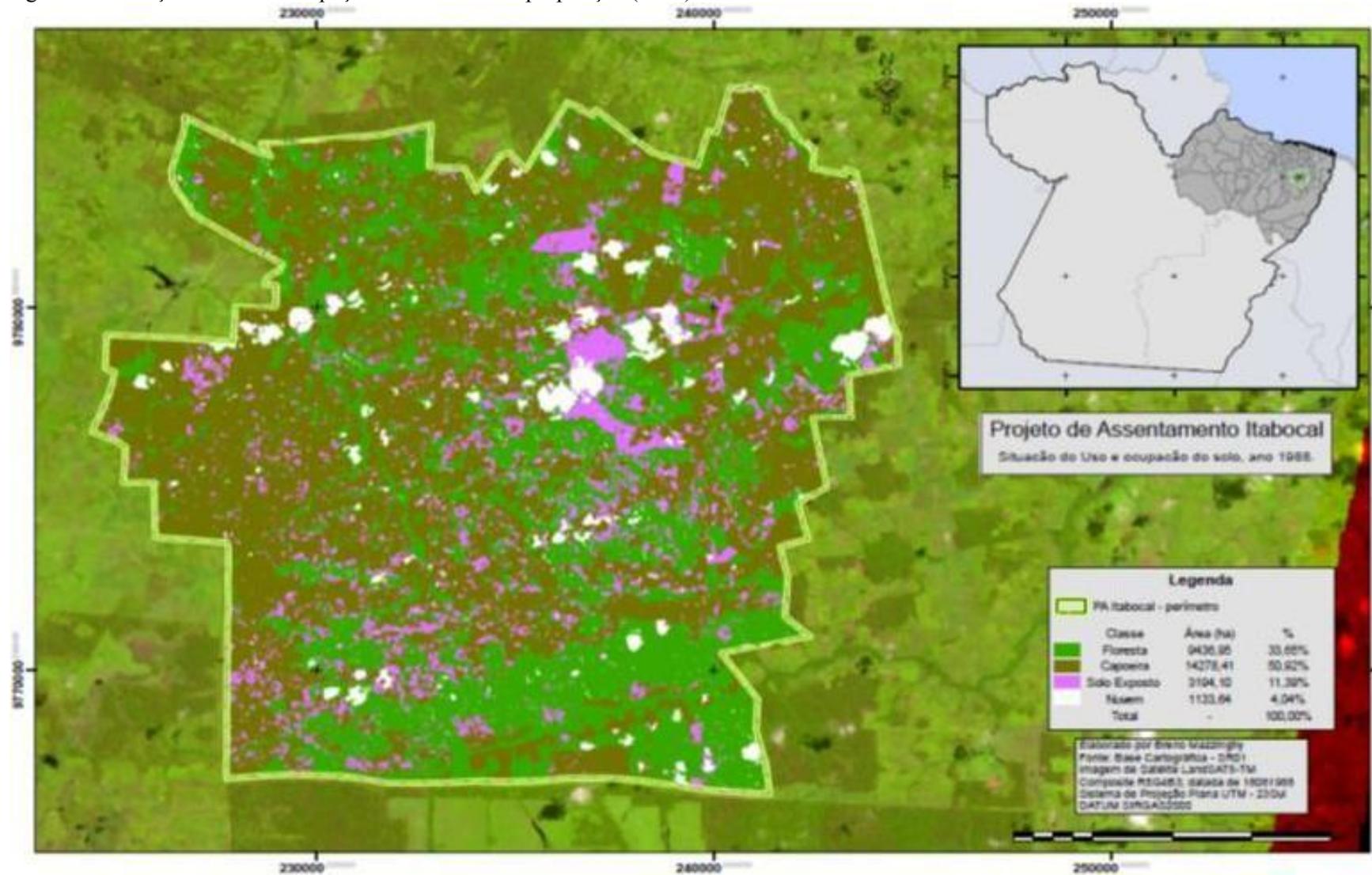
De acordo com Heredia et al (2002, p. 74), “nos assentamentos estudados, verificou-se que 81% das famílias foram atendidas com crédito-fomento”.

4.1.4 Indicadores ambientais

Um aspecto de fundamental importância na execução do Projeto de Assentamento Itabocal foi o componente ambiental, o qual para ser explicado, metodologicamente, elegeu-se quatro fases distintas: desapropriação do imóvel, criação do projeto de assentamento, consolidação do PA, e diagnóstico ambiental atual, referente ao ano de 2015, período da pesquisa de campo. No ano de 1988, período da desapropriação por interesse social da Gleba Itabocal, o imóvel apresentava uma cobertura florestal de 33,65%, uma área de capoeira¹⁵ de 50,92%, solo exposto de 11,39%, e 4,04% não foi possível analisar pelo excesso de nuvem (Figura 2).

¹⁵ Vegetação secundária que nasce após a derrubada das florestas primárias. Termo brasileiro que designa a vegetação que nasce após a derrubada de uma floresta (IBGE, 2004, p. 62).

Figura 2 – Situação do Uso e Ocupação do Solo na desapropriação (1988).

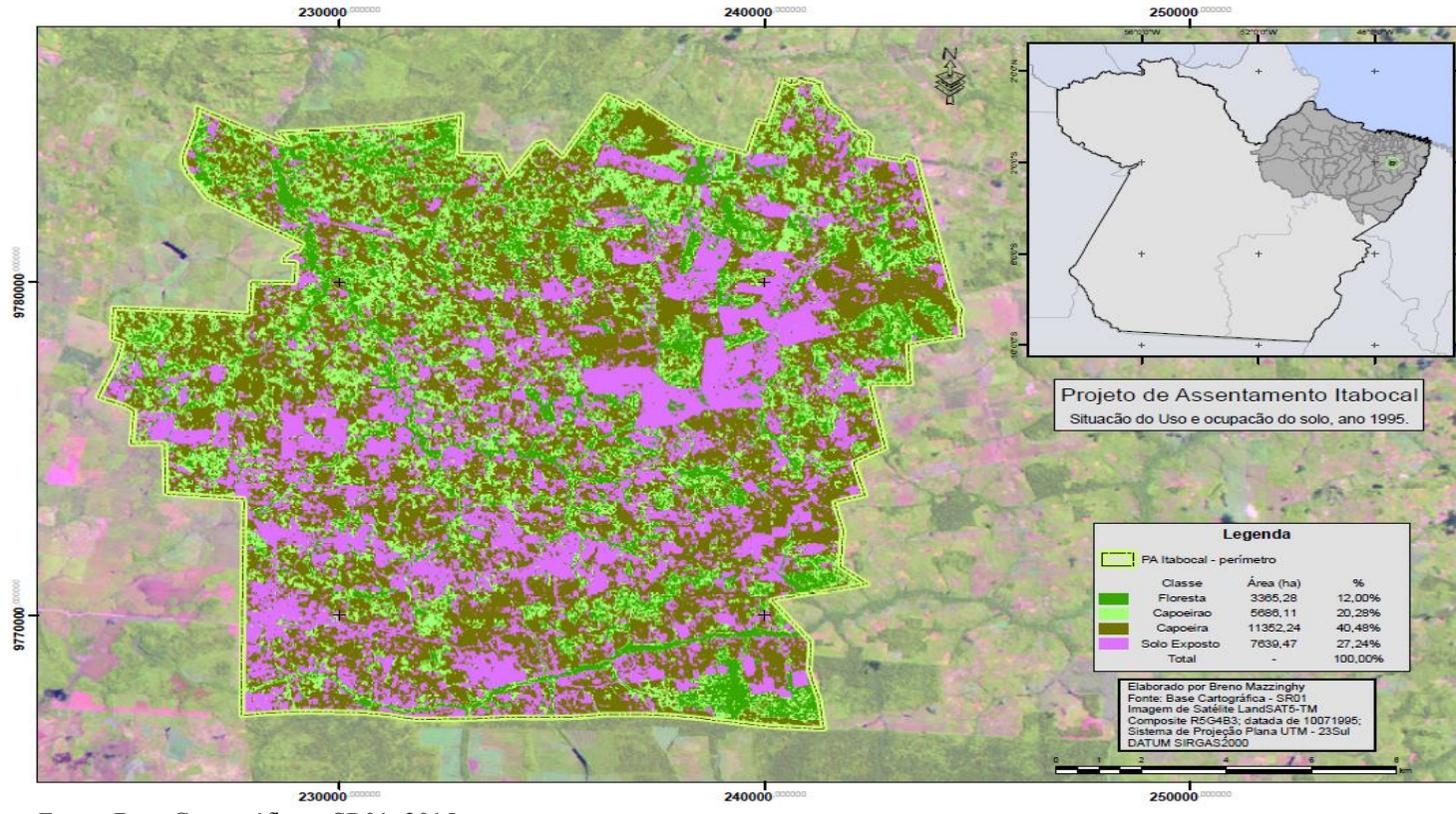


Fonte: Base Cartográfica - SR01, 2015.

Na década seguinte, especificamente na data de criação do PA Itabocal em 1995, a ocupação e uso do solo apresentava-se da seguinte maneira: cobertura florestal de 12%, capoeirão¹⁶ de 20,28%, capoeira de 40,48% e solo exposto de 27,24% (Figura 3).

¹⁶ Estágio mais avançada da capoeira, no processo de sucessão vegetal (IBGE, 2004, p. 62).

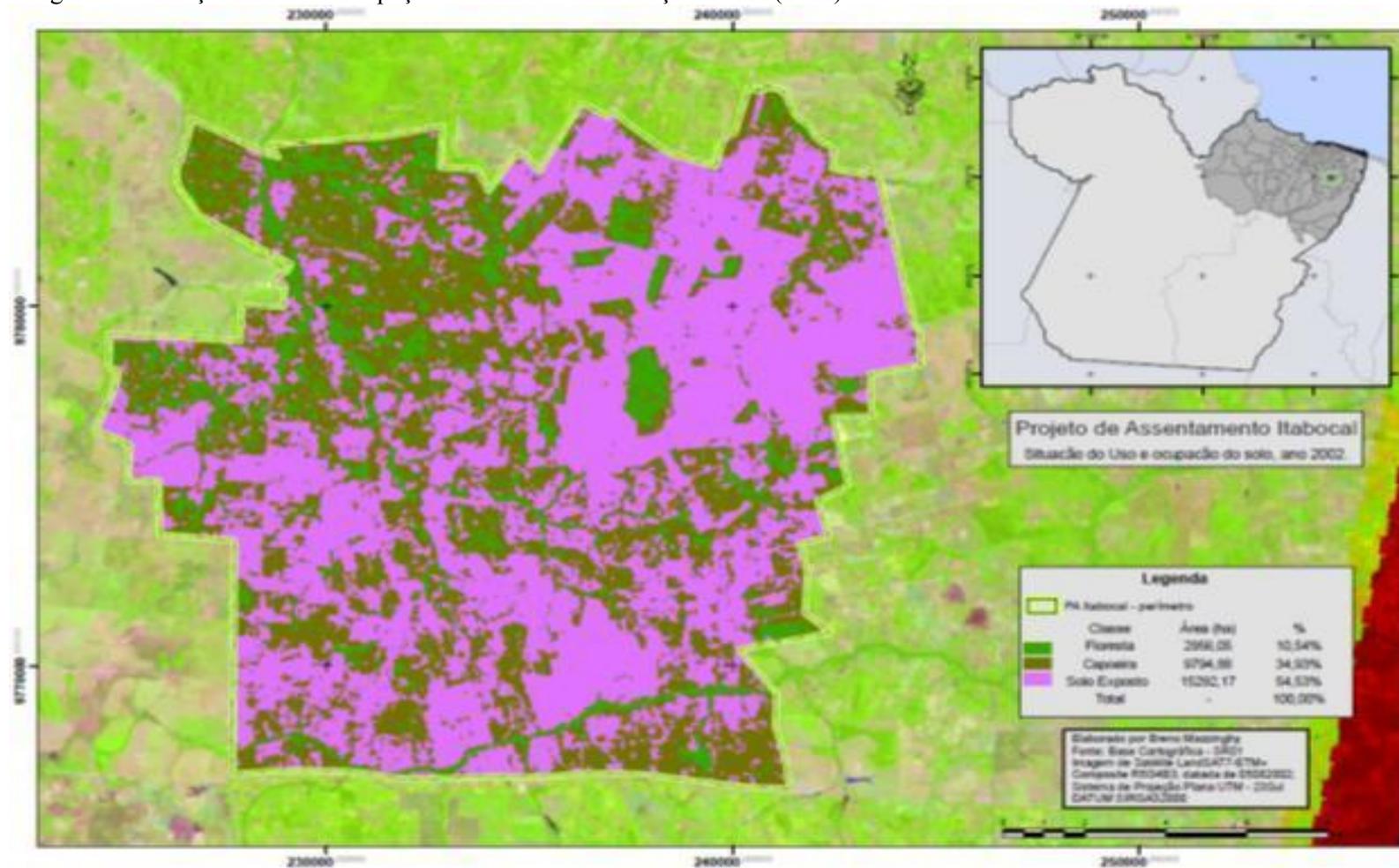
Figura 3 – Situação do Uso e Ocupação do Solo na criação do PA (1995).



Fonte: Base Cartográfica – SR01, 2015.

Oito anos após a criação, houve a consolidação do PA Itabocal, em 2002, ocasião em que o Uso e Ocupação do Solo apresentou a configuração que segue: cobertura florestal de 10,54%, capoeira 34,93%, e solo exposto 54,53% (Figura 4).

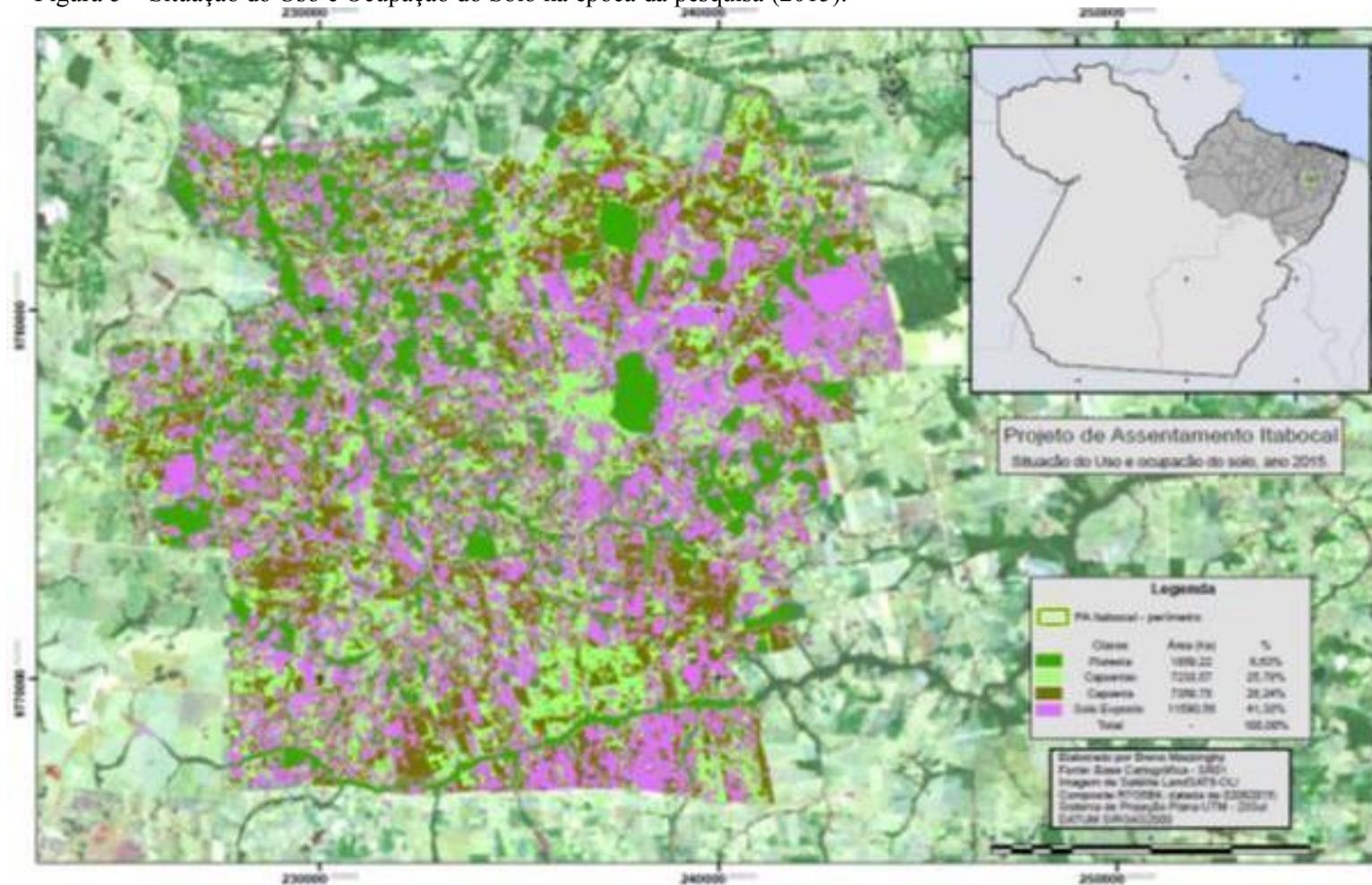
Figura 4 – Situação do Uso e Ocupação do Solo na consolidação do PA (2002).



Fonte: Base Cartográfica – SR01, 2015.

Passados 13 anos da consolidação do PA Itabocal, o Uso e Ocupação do Solo demonstrou a situação seguinte: cobertura florestal 6,63%, capoeirão 25,79%, capoeira 26,24%, e solo exposto 41,33% (Figura 5).

Figura 5 – Situação do Uso e Ocupação do Solo na época da pesquisa (2015).



Fonte: Base Cartográfica – SR01, 2015.

A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, define o seguinte:

Fica criado o Cadastro Ambiental Rural – CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Meio Ambiente – SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades de posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento. [...] § 3º A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de 1 (um) ano contado da sua implantação, prorrogável, uma única vez, por igual período por ato do Chefe do Poder Executivo (BRASIL, 2012a, não paginado).

A Instrução Normativa nº 02 do Ministério do Meio Ambiente, dispõe “sobre procedimentos para a integração, execução e a compatibilização do Sistema de Cadastro Rural – SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural – CAR” (BRASIL, 2014, não paginado). Entretanto, o Artigo 32 da Instrução Normativa antes mencionada define o seguinte: “Os proprietários ou possuidores de imóveis rurais, que dispõem de mais de uma propriedade ou posse em área contínua, deverão efetuar uma única inscrição para esses imóveis”. Imóveis esses que não possuem titulação definitiva, portanto, não foram apartados do patrimônio fundiário da União para o particular, encontrando-se sob domínio do Governo Federal, sendo esse responsável pela inscrição das propriedades no CAR. Alie-se ao fato de que a Medida Provisória número 724, de 4 de maio de 2016, alterou a Lei 12.651/2012 (BRASIL, 2012a) e prorrogou o prazo para inscrição do CAR e adesão ao Plano de Recuperação Ambiental (PRA), até 05 de maio de 2017 (BRASIL, 2016).

Na pesquisa de campo realizada, noventa e três moradores responderam acerca do CAR, e destes mais da metade informou não ter feito o cadastro. Concluiu-se que a ausência de assistência técnica é o motivador dessa omissão (Tabela 25).

Tabela 25 – Inscrição no CAR no PA Itabocal.

Cadastro Ambiental Rural	Quantidade	%
Sim	46	49,46
Não	47	50,54
Total	93	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Existe uma lacuna de acordo com o universo da pesquisa, entre os que declararam inscrição no CAR e as averbações da reserva legal em cartório, ou seja, 49% aderiram ao CAR e somente 19,50% averbaram a RL. Contudo, o Código Florestal de 2012, faz a seguinte definição em referência à questão:

O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis, sendo que, no período entre a data e publicação desta Lei e o registro no CAR, o proprietário ou o possuidor rural que deseja fazer a averbação tem direito à gratuidade deste ato (BRASIL, 2012b, não paginado).

4.1.5 Indicadores técnicos

Da amostra objeto da pesquisa pode-se constatar que somente 1/3 das famílias recebeu o título de domínio, também conhecido como Título Definitivo (TD) (APÊNDICE C). Alie-se a isso, o fato de que 20% dos que receberam, não quitaram o título, ou seja, ficaram inadimplentes com o Governo Federal. Os motivos alegados foram desconhecimento sobre os efeitos legais do documento e a distancia do assentamento até a Unidade Avançada do INCRA em Capitão-Poço, aliado à falta de solução para suas demandas (Tabela 26).

Tabela 26 – Concessão de título de domínio no universo pesquisado.

Recebeu o Título	Quantidade	%
Sim	31	32,63
Não	63	66,32
Subtotal	94	98,95
Sem Informação	1	1,05
Total	95	100

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Com relação à Assistência Técnica, na amostra pesquisada, os moradores em sua maioria declararam não acessar o serviço, num percentual de 81 % (Tabela 27).

Tabela 27 – Acesso à assistência técnica.

Recebe	Quantidade	%
Sim	18	18,95
Não	77	81,05
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

E dos que disseram receber, mais de 70% tinha natureza particular, ficando o restante com a EMATER e Prefeitura de Mãe do Rio (Tabela 28).

Tabela 28 – Prestação de ATER no PA Itabocal.

Assistência Técnica	Quantidade	%
EMATER	3	16,67
Prefeitura	2	11,11
IDAM	12	66,67
COORDESUS	1	5,56
Total	18	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Em relação ao tamanho das propriedades à época da consolidação em 2002, o cenário apresentado na amostra pesquisada foi que os imóveis possuíam área entre 25 a 50 hectares, na sua maioria, num percentual de 65%. Lotes menores que 25 hectares podem indicar desmembramento, no âmbito das famílias assentadas, ou a posse de pequenas áreas em litígio dentro do PA, a exemplo da Fazenda Alterosa (Tabela 29).

Tabela 29 – Tamanho dos lotes na consolidação (2002).

Tamanho da Propriedade (hectare)	Quantidade	%
Menor 25	14	14,74
25 a 50	62	65,26
50 a 75	15	15,79
Acima de 75	4	4,21
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Na composição do uso da terra, foram utilizados na pesquisa dois critérios: o primeiro, com a agricultura e suas subdivisões entre lavoura temporária e lavoura permanente; pecuária, dividida entre pastagem cultivada, degradada e nativa. O segundo envolveu outros usos, divididos entre mata, capoeira fina e capoeira grossa.

No universo pesquisado, 78 moradores declararam usar a terra com um fim econômico, 82% do universo pesquisado, utilizando agricultura, com destaque para a mandioca, e pecuária, como fonte de renda em uma área explorada de 1.309,5800 hectares, o que representa 39% da área total. No restante da área, de 2.006,58 hectares, 61%, verifica-se a área de mata identificada em apenas 12% do total (Tabela 30).

Tabela 30 – Condição do uso da terra.

Condição de uso da terra				Área (ha)	
Uso Econômico	78	Agricultura	75	Lavoura temporária	174,60
			42	Lavoura permanente	128,50
		Pecuária	67	Pastagem cultivada	833,18
			17	Pastagem degradada	105,30
			03	Pastagem nativa	68,00
Outros usos	90	Mata			383,60
		Capoeira Fina			846,80
		Capoeira Grossa			776,82
Total	Um pelo outro – agregado da área				3.316,80

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

No contexto dessa realidade, a qual faz parte o PA Itabocal, vale registrar que:

É baixa a produtividade da agricultura familiar na Amazônia, tanto de culturas anuais e permanentes e da pecuária. Não se justifica a derrubada de um hectare de floresta densa para produzir 1,5 t de arroz com casca, 0,3 t de milho e 16 t de raiz de mandioca e, seguindo da pastagem por 10 ou 12 anos e, depois, a transformação em *juquira*. A maior crítica a essa prática, envolve derrubada e queima, deve-se ao fato de parcelas de floresta densa estarem sendo derrubadas para cultivo por dois ou três anos, visando à subsistência do agricultor. Como resultado dessa atividade, há surgimento de capoeiras (vegetação secundária) substituindo áreas de floresta densa. (HOMMA, 2011, p. 63).

4.1.6 Capital Social

No âmbito da amostra pesquisada, os moradores do PA Itabocal informaram, na sua maioria que não possuem o hábito de trabalhar em mutirão, forma colaborativa que visa o bem comum (Tabela 31).

Tabela 31 – Participação em mutirão.

Trabalho em regime de mutirão	Quantidade	%
Às Vezes	20	21,05
Não	55	57,89
Sim	20	21,05
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Com relação à participação social, a análise da amostra verificou que a participação é baixa, vem somente um $\frac{1}{4}$ dos moradores exercitam esse tipo prática (Tabela 32).

Tabela 32 – Frequência de participação em associação.

Avaliação das Participações dos assentados nas Associações	Quantidade	%
Sempre	24	25,26
Frequentemente	8	8,42
Quase Sempre	13	13,68
Algumas vezes	6	6,32
Baixa	9	9,47
Nenhuma	35	36,84
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A participação dos assentados, dentro da amostra pesquisada, no que concerne a grupo de interesse, a mesma foi considerada irrelevante, vez que 86% declararam não participar de cooperativa, 77% não participar de grupos de assentados e mais de 50% não participar de reunião referente a partido político. O ponto dissonante refere-se à reunião dentro do PA Itabocal, onde os moradores declararam participação em mais de 50% de frequência. Merece destaque no PA Itabocal a Associação de Pequenos e Mini Produtores Rurais, Júlio Marinho, CNPJ 02.013.905/0001-2, a qual vende a produção para a Prefeitura de Mãe do Rio (PA), no PNAE (Fotografia 7).

Fotografia 7 – Reunião da associação Júlio Marinho. Comunidade Nova Jerusalém.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

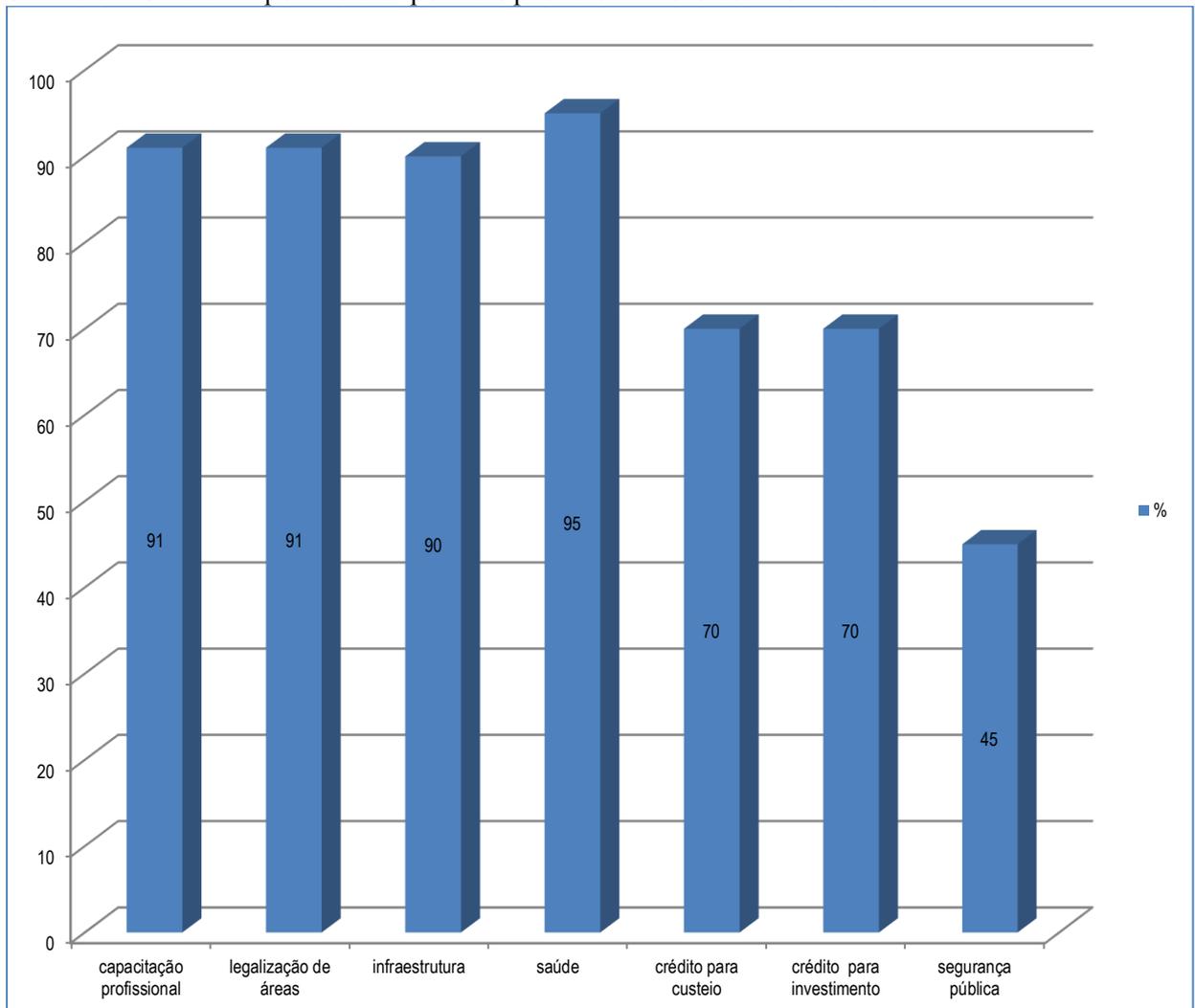
As organizações comunitárias do PA Itabocal, com base na pesquisa, remetem ao Capital Social, de acordo com a afirmação de Putnam (1996, p. 120): “A afiliação sindical é muito mais comum nas mais cívicas”. Neste caso, o agrupamento se forma não de maneira espontânea, mas quando existe um interesse imediato, a exemplo do crédito instalação, que para ser viabilizado é necessário ocorrência de forma organizativa, no caso a associação. Esse ponto diverge das formas organizativas dos assentamentos no Brasil, da seguinte forma:

As associações, presentes em 96% dos assentamentos pesquisados, são a forma predominante de organização representativa dos assentados. Sua existência é praticamente obrigatória, pois, como personalidades jurídicas dos assentamentos, formalizam os contatos com organismos do Estado e outras agências. Com menor frequência, foram identificadas, em alguns assentamentos, organizações representativas e associativas mais amplas, desde sindicatos e associações municipais até entidades regionais, estaduais ou nacionais, como o MST, outros movimentos de luta pela terra e as federações sindicais de trabalhadores rurais. (HEREDIA et al, 2002, p. 92).

Na pesquisa realizada foi perguntado aos moradores qual o grau de importância de algumas políticas públicas, no que concerne à avaliação e seu grau de importância no PA

Itabocal. Chamou atenção o financiamento bancário, com importância média e regular, em torno de 30%, considerado alto, vez que é um indutor fundamental no fomento à produção agropecuária, podendo-se interpretar, e com relato de alguns moradores, que a motivação foi a má concepção de projetos de crédito bancário realizado pela assistência técnica, com anuência do agente financeiro, os quais não lograram êxito e deixaram os agricultores na inadimplência. Um exemplo disso foi a tentativa de integração da produção leiteira do assentamento com a Indústria de Laticínios Manacá, localizada em Mãe do Rio (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Grau de importância de políticas públicas na visão dos moradores.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Em referência a avaliação de oito organizações que fazem parte do cotidiano de um projeto de assentamento, a resposta dos moradores pesquisados no PA Itabocal foi seguinte: INCRA (Tabela 33).

Tabela 33 – Avaliação do INCRA pelos moradores do PA Itabocal.

Avaliação INCRA	Quantidade	%
Importantíssimo	28	29,47
Muito importante	17	17,89
Importância média	26	27,37
Importância regular	17	17,89
Importância baixa	4	4,21
Nenhuma importância	3	3,17
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

De maneira geral, a autarquia responsável pelo projeto de Reforma Agrária PA Itabocal foi bem avaliada, com aproximadamente 50% dos moradores enfatizando sua importância. Contudo, uma importância com viés de baixa acima de 20% não é desprezível, em razão da ausência do órgão desde 2002, no geral, época da consolidação. O Instituto Federal atuou de maneira pontual no período de 13 anos, principalmente em obras de infraestrutura, muito mais por convergência política com os entes governamentais municipais. O reflexo disso pode ser resumido nas palavras de um assentado da Comunidade Santo Antônio, quando lhe foi perguntado se a vida no PA Itabocal havia melhorado: “melhorou, mas não por causa do INCRA”. Prefeitura de Mãe do Rio (Tabela 34).

Tabela 34 – Avaliação da Prefeitura de Mãe do Rio.

Avaliação Prefeitura do Município	Quantidade	%
Importantíssimo	16	16,84
Muito importante	25	26,31
Importância média	30	31,58
Importância regular	10	10,53
Importância baixa	8	8,42
Nenhuma importância	6	6,32
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

O grau de importância da prefeitura para 43% dos moradores é considerado alto, pois foi o ente público que assumiu na prática todas as demandas do PA Itabocal, inclusive ações de responsabilidade de municípios vizinhos, como Irituia e Capitão-Poço. Governo do Estado do Pará (Tabela 35).

Tabela 35 – Avaliação do Governo do Pará pelos moradores do PA Itabocal.

Avaliação Governo do Estado	Quantidade	%
Importantíssimo	8	8,42
Muito importante	7	7,37
Importância média	10	10,53
Importância regular	8	8,42
Importância baixa	12	12,63
Nenhuma importância	50	52,63
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

O Governo do Estado do Pará: de acordo os moradores do PA Itabocal, possui uma importância baixíssima, ultrapassando 60%, sendo considerado importante ou importantíssimo por 16%, apenas. Governo Federal (Tabela 36).

Tabela 36 – Avaliação do Governo Federal pelos moradores do PA Itabocal.

Avaliação Governo Federal	Quantidade	%
Importantíssimo	24	25,26
Muito importante	28	29,47
Importância média	21	22,11
Importância regular	6	6,32
Importância baixa	6	6,32
Nenhuma importância	10	10,53
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A importância do Governo Federal, segundo os moradores pesquisados no PA Itabocal é alta, ultrapassando 50%. Deve-se esse fato aos programas sociais como Bolsa Família, aposentadoria de segurados especiais da Previdência Social e os Programas Mais Médicos e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). EMATER (Tabela 37).

Tabela 37 – Avaliação da EMATER pelos moradores do PA Itabocal.

Avaliação Emater	Quantidade	%
Importantíssimo	13	13,68
Muito importante	6	6,32
Importância média	6	6,32
Importância regular	9	9,47
Importância baixa	12	12,63
Nenhuma importância	49	51,58
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará obteve uma avaliação baixíssima, com 49% dos moradores declarando que o órgão responsável pelo serviço, fundamental para o desenvolvimento agropecuário possui nenhuma importância. Sexto; FETAGRI (Tabela 38).

Tabela 38 – Avaliação da FETAGRI.

Avaliação FETAGRI	Quantidade	%
Importantíssimo	14	14,74
Muito importante	19	20,00
Importância média	9	9,47
Importância regular	20	21,05
Importância baixa	8	8,42
Nenhuma Importância	25	26,32
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará, responsável pela organização social e jurídica dos moradores do PA Itabocal, de acordo com os mesmos, apresenta importância baixa ou nenhuma importância, acima de 33%, denotando

uma forma associativa frágil. Com relação às demais organizações, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), de acordo com a pesquisa de campo, os mesmos tiveram avaliação baixa, acima de 75%. O MST não possui atuação na Região, assim como o SEBRAE.

Do conteúdo da amostra pesquisada constou demanda acerca da qualidade de vida da família desde que chegou ao assentamento. A resposta apresentou aspectos relevantes no que concerne a evidenciar um ganho na satisfação dos moradores do PA com relação aos serviços sociais básicos, inerentes à moradia, transporte, educação e saúde, onde houve incremento acima de 82%, na média. Enfatize-se, também, a evolução na renda das famílias em torno de 82%, segundo informação dos mesmos (Tabela 39).

Tabela 39 – Qualidade de vida dos moradores do PA Itabocal.

Com Relação a sua vida de Quando Chegou ao Assentamento	Piorou		Permaneceu		Melhorou		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Total	Σ%
Moradia	2	2,15	9	9,68	82	88,17	93	100,00
Transporte e deslocamento	2	2,15	13	13,98	78	83,87	93	100,00
Educação	0	0,00	11	11,83	82	88,17	93	100,00
Saúde	7	7,69	21	23,08	63	69,23	91	100,00
Renda	4	4,44	12	13,33	74	82,23	90	100,00
Lazer	1	1,11	20	22,22	69	76,67	90	100,00
Associativismo	5	5,68	22	25,00	61	69,32	88	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A pesquisa demonstrou que aproximadamente 80% dos moradores do PA Itabocal desconheciam o que era o conceito consolidação, e que o empreendimento entrara nessa fase desde 2002 (Tabela 40)

Tabela 40 – Conhecimento dos moradores sobre a consolidação do PA Itabocal.

Projeto de Assentamento	Quantidade	%
Não	75	78,95
Sim	20	21,05
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Com relação à pergunta sobre o futuro da família no Projeto de Assentamento Itabocal, apenas uma respondeu que pretende mudar para a cidade e outras três não souberam responder (Tabela 41).

Tabela 41 – Futuro da família no PA Itabocal.

Futuro da família	Quantidade	%
Permanecerá no Assentamento	91	95,79
Mudará para a cidade	1	1,05
Não sabe	3	3,16
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Uma questão subjetiva foi posta aos moradores pesquisados, no que concerne ao nível de satisfação em habitarem o Projeto de Assentamento Itabocal; apenas 5,26% declararam que não eram felizes no local e 3,16% não souberam responder (Tabela 42)

Tabela 42 – Nível de satisfação em viver no PA Itabocal.

Sente-se Feliz	Quantidade	%
Sim	74	77,89
Intermediariamente	13	13,68
Não	5	5,26
Não sei	3	3,16
Total	95	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

No item relacionado às demandas mais urgentes para melhorar as condições de vida no assentamento, três pontos chamaram atenção: infraestrutura, assistência do governo e legalização da terra, sendo este último, fundamental para o conjunto da pesquisa, pois representou 12% dos anseios dos moradores corroborando a investigação no todo (Tabela 43).

Tabela 43 – Demanda dos moradores para melhoria do PA Itabocal.

Demanda	Quantidade	%
Infraestrutura	22	15,49
Assistência técnica do governo	17	11,97
INCRA (legalização da terra)	17	11,97
Capacitação	15	10,56
Tecnologia	15	10,56
Saúde	14	9,86
Mecanização	9	6,34
Assistência Técnica	5	3,52
Transporte	4	2,82
Educação	4	2,82
Financiamento	3	2,11
Assistência educacional	3	2,11
Outros	3	2,11
Segurança pública	3	2,11
Cooperativa	3	2,11
Assistência Federal	3	2,11
Emprego	1	0,70
Assistência municipal	1	0,70
Total	142	100,00

Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

4.2 Discussão dos resultados

Do resultado da investigação foi possível inferir que o Projeto de Assentamento Itabocal, após 13 anos de consolidado, apresenta problemas de ordem socioeconômica, jurídica, técnica e ambiental, que impedem a inclusão socioprodutiva das famílias moradoras do projeto, no sentido de que a renda do lote, baseada na agricultura e na pecuária, necessita de complementação por intermédio do Governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família, num percentual mensal 26% . É visível que o recurso recebido pelo Município de Mãe do Rio, referente ao Fundo de Participação dos Municípios, possui um valor correspondente, com viés de alta, no que se refere ao Programa Bolsa Família, exceto no quinto ano (Tabela 44).

Tabela 44 – Relação entre FPM e Bolsa Família em Mãe do Rio.

Ano	FPM recebido	Bolsa família recebido	%
2011	9.035.598,00	4.865.161,00	54
2012	9.205.834,28	7.130.170,00	77
2013	9.818.476,07	8.136.068,00	83
2014	10.592.185,67	9.194.534,00	87
2015	10.972.143,87	7.154.534,00	65
Total	49.624.237,89	36.480.467,00	74

Fonte: MDS, [2016].

A constatação demonstra a carência dos habitantes do Município, que não conseguem se viabilizar financeiramente com renda proveniente unicamente da sua força de trabalho e da sua produção. O PA Itabocal é um exemplo dessa condição. Alie-se a esse fato, a complementação da renda das famílias por meio de aposentadorias, em um percentual de 21%, o que é bastante significativo.

Problemas de ordem socioeconômica e jurídica contribuem para impactos de ordem ambiental, vez que após a consolidação¹⁷ o projeto não fez mais parte das programações operacionais do INCRA, no sentido da alocação de recurso orçamentário-financeiro por imposição “legal”, num período de 13 anos, o que levou ao não cumprimento da legislação ambiental, em que pese o Acórdão 2633 de 2008 do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2008b), haver imposto à Autarquia Federal, por intermédio de um termo de ajustamento de conduta, firmado entre as Superintendências do INCRA no Pará e o Ministério Público Federal (MPF), com horizonte temporal de 05 anos, publicado no Diário Oficial da União número 103, Seção 3, Folhas 112, de 02/06/2008, o qual tinha como instrumento basilar a Resolução CONAMA número 387 de 2006 (BRASIL, 2006), em cujo conteúdo determinava que todos os projetos de assentamento criados antes de 2003, teriam de solicitar a Licença de Instalação e Operação (LIO), sob pena de multa por parte do Órgão Ambiental, o que não ocorreu, ficando o projeto à margem da lei, levando à ocorrência de crimes ambientais, por desmatamento e outras práticas (Fotografia 8).

¹⁷ Cumprimento de todas as fases de projeto de assentamento, envolvendo: cadastro e seleção das famílias, inserção na relação de beneficiários do programa de Reforma Agrária, pagamento de crédito instalação, infraestrutura de estradas, abastecimento d’água, eletrificação rural, demarcação topográfica, assistência técnica, acesso ao PRONAF, na modalidade A, e titulação da terra.

Fotografia 8 - Crime ambiental no PA Itabocal.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Após 30 anos de intervenção estatal é visível o nível de degradação ambiental provocado pela ação antrópica no Projeto de Assentamento Itabocal. A floresta passou por um processo de aniquilamento, saindo de 9.436,95 hectares em 1988, o que representava 36,65% da área do imóvel, para 1.859,22, em termos percentuais, tão somente 6,63%, o que acompanhou a área com solo exposto, que cresceu no sentido inverso, saindo de 11,39% em 1988, para 41,33% em 2015. A capoeira, em situação um pouco melhor do que a floresta primária manteve o mesmo grau de redução, saindo de 50,28% em 1995, época em que foi criado o PA, até o nível de 26,24%, em 2015. A supressão da cobertura florestal pode estar associada à presença de grandes posseiros no assentamento, na verdade invasores de terras públicas, criadores de gado bovino, que formaram grandes pastagens, além da utilização da terra para o plantio de roça em uma lógica itinerante, impossibilitando a resiliência da biota.

De acordo com Homma (2011, p. 53) faz-se necessário dar atenção à agricultura, pecuária e reflorestamento, nos seguintes termos:

A Amazônia concentra, em termos nacionais: bovinos (35%), bubalinos (70%), dendê (83%), pimenta-do-reino (85%), soja (33%), arroz (30%), mandioca (36%), algodão (49%), entre outras. Dessa forma é crucial modernizar o *shifting cultivation* baseado no processo neolítico da derrubada e da queima praticado por mais de 600 mil pequenos produtores, que se perpetua desde os primórdios da ocupação, dos assentamentos do Incra, das invasões do posseiros e do MST. É importante intensificar a agricultura, utilizar mais fertilizantes e mecanização agrícola, desenvolver tecnologias apropriadas, melhorar a infraestrutura social das fronteiras abertas e a garantia contra as invasões.

A interrupção da política pública de Reforma Agrária leva ao processo de fazendeirização, haja vista a presença de “grandes posseiros” na área do PA Itabocal, os quais estão fazendo o caminho inverso do objetivo fim de uma área reformada, que é a desconcentração da terra. Deve-se este fato à ausência do Poder Público Federal, pois a área passou a ser a considerada “enclave” Federal dentro dos municípios, não havendo autoridade constituída. Como a gestão do PA ficou acéfala pelo ato da consolidação, os fazendeiros da região iniciaram um processo de compra e expulsão dos moradores de suas áreas, sem que houvesse uma ação do Estado, aliado ao fato de que o documento oficial inconcluso de desafetação do imóvel, ou seja, não foi transferido em sua totalidade, nem para os beneficiários, e muito menos para a municipalidade, incentivou a presença de pessoas estranhas ao assentamento, as quais não se enquadram no perfil de um potencial beneficiário do Programa de Reforma Agrária (Fotografias 9 e 10).

Fotografia 9 – Invasor de terra pública no PA Itabocal. Comunidade São Raimundo do Areia.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

Fotografia 10 – Invasor de terra pública no PA Itabocal. Comunidade Nova Jerusalém.



Fonte: O autor da pesquisa, 2015.

A população do PA Itabocal permaneceu morando na área, não havendo ocorrência de êxodo, podendo-se considerar que a faixa etária predominante, entre 35 a 60 anos, tenha contribuído para a permanência das famílias no meio rural.

O PA Itabocal é servido com 3 postos de saúde, sendo 02, com equipe do Programa Saúde da Família, com 03 médicos, 2 enfermeiras, 02 odontólogos e 02 assistentes, os quais atendem as famílias do assentamento durante a semana com jornada de 40 horas. O índice de analfabetos é baixo, mas o índice de evasão escolar alto, recaindo na população acima de 35 anos. A população jovem é que possui nível escolar mais elevado, incluindo até nível superior. É ofertado ensino fundamental e médio no assentamento e transporte escolar dentro do projeto e para o Município de Mãe do Rio, a fim de atender a demanda que estuda naquela Sede. Os moradores possuem moradia de alvenaria, em um percentual de 81%.

A posse de bens duráveis engloba 83% da população pesquisada, abaixo do Brasil, 97%, e Estado do Pará, 90%, segundo o IBGE (2011). A população pesquisada é possuidora de antena parabólica, o que tem relação direta com a quantidade de televisores e a disponibilidade de energia elétrica num percentual de 78%; motocicletas e telefones celulares

estão na posse de 70% dos moradores pesquisados no PA Itabocal. Caminhões e tratores são bens que estão na posse de pouquíssimos moradores, ou seja, 02 indivíduos, sendo que o dono do trator é oriundo do Nordeste, Estado do Ceará, e é capitalizado, sendo, inclusive, responsável pelo aumento da renda média na agricultura no conjunto do assentamento. A maior renda média proveniente da produção agropecuária identificada variou em torno de 1,2 salário mínimo, R\$ 945,60, e a menor renda média proveio de políticas públicas, caso do Bolsa Família, o que representou R\$ 263,00, 1/3 do salário mínimo de 2015. Identificou-se uma grande insatisfação com a renda do lote, 88%, havendo como motivação a carência e a ausência de mecanização para o preparo de área e tratamentos culturais, em razão da penosidade da atividade agropecuária, ocorrendo, nesse sentido, relato de alguns moradores acerca da utilização de herbicida à base de glifosato, o que de acordo com Hess e Nodari (2016, não paginado): “o agrotóxico mais comercializado no Brasil e no mundo, têm efeitos adversos para a saúde humana e dos animais e para os ecossistemas”.

Foi verificado o atendimento das ações fundamentais (demarcação dos lotes, estradas de acesso e internas, energia elétrica, abastecimento d'água, moradia, e titulação definitiva a pelo menos 50% dos beneficiários) do Projeto de Assentamento Itabocal. Com base na presente análise, buscou-se confrontar os dados bibliográficos e a pesquisa de campo, pré-requisitos para a consolidação, com a legislação da época.

De acordo com o anexo I da NE INCRA/09, de 06/04/2001, no Art. 3º, III:

A Nota Técnica decorrente do Diagnóstico de Evolução dos Projetos – DEP, corresponderá ao somatório percentual das ações realizadas pelo INCRA ou decorrentes de parcerias realizadas com outros órgãos de Governo Federal, Estadual, do Distrito Federal, Municipal ou, ainda, entidades privadas, e servirá de base para classificação de projetos, segundo as diferentes fases: a) Projetos de fase de implantação – 0 a 400 pontos; b) Projetos de fase de consolidação – 401 a 699 pontos; c) e Projetos a serem consolidados – 700 a 800 pontos (INCRA, 2001, não paginado).

Para atender ao critério estabelecido para os projetos em fase de consolidação, necessário seria o alcance de 699 pontos na soma dos percentuais estabelecidos pela execução de seis ações estruturantes. Contudo, algumas famílias ficaram na pendência do acesso ao crédito instalação, nas modalidades apoio e aquisição de material de construção (habitação), eletrificação rural, e uma omissão fundamental, referente à titulação individual, onde somente 27% dos documentos foram emitidos, quando o mínimo seria 50%, no valor absoluto de 296 títulos de domínio, transferindo a propriedade do recurso fundiário, no caso a terra, do público, União, para o particular, assentado (Quadro 7).

Quadro 7 – Índices técnicos para consolidação.

1- CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO								
CÓDIGO		PA	MUNICÍPIO	CRIAÇÃO	ÁREA (ha)	Nº FAMILIA	REGISTRO ÁREA	
PA 0085000		ITABOCAL	Mãe do Rio	10/01/1995	26.192,1303	592	Lv 138, Fls. 183 v. Livro Livro Ficha 2-A1- CRI São Miguel do Guamá.	
2- CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS/% TOTAL FAMILIAS ATENDIDAS								
DEMARCAÇÃO		CRÉDITO INSTALAÇÃO		ABASTECIMENTO	ESTRADAS INTERNAS	ELETRIFICAÇÃO	PARCELAS TITULADAS	NOTA TÉCNICA TOTAL
PERIM 0-100	PARC 0-100	APOIO 0-100	HABITAÇÃO 0-100	ÁGUA 0-100	0-100	RURAL 0-100	0-100	
100	100	55	64	100	100	90	27	636
-	-	45	36	-	-	10	63	154

Fonte: INCRA, 2016.

A Resolução INCRA/SR-01/Nº 04, de 10 de junho de 2002, definiu:

Art. 2º As Divisões e a Procuradoria Regional desta Superintendência, deverão adotar providências, objetivando a conclusão do processo titulatório, ações complementares e a destinação dos bens móveis e imóveis remanescentes num prazo de um ano, contados a partir da publicação da presente Resolução, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa acatada pelo Comitê de Decisão Regional. Art. 3º determinar que os setores técnicos desta Regional adotem as seguintes medidas subsequentes: I – Providenciar relação das famílias do Projeto consolidado e demais atos a serem encaminhados formalmente pela Superintendência Regional, ao Conselho Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, visando inserção das referidas famílias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e integração com os programas de desenvolvimento local, regional e estadual (INCRA, 2002, p. 73).

O prazo de um ano não foi prorrogado, bem como a destinação dos bens imóveis remanescentes não foi cumprido, a exemplo de comunidades, escolas e postos de saúde, cujos terrenos não foram transferidos formalmente ao acervo fundiário dos municípios de Mãe do Rio, Irituia e Capitão-Poço. Ainda em referência à Resolução em evidência, a mesma careceu de pontos essenciais, tais como: inserção das famílias no PRONAF, ou seja, não migraram da condição de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, para a agricultura familiar, mantendo-se os mesmos no sistema do INCRA na condição de assentados.

A investigação demonstrou que o INCRA, em referência ao PA Itabocal: implantou 52% das estradas vicinais programadas, recuperou 97% da malha viária, implantou 85% de eletrificação, atendendo a 90% das comunidades; demarcou 565 lotes, emitiu 163 títulos de domínio, o que representa 29% dos lotes, viabilizou elaboração de plano de desenvolvimento e assistência técnica, o qual tipificou categorias de agricultores, por renda e sistema de produção em sem-terra, descapitalizado, em vias de capitalização e capitalizado; concedeu

crédito para aquisição de implemento agropecuário a 326 famílias, 55% dos lotes; concedeu crédito para construção de moradia a 378 famílias, 64% dos lotes.

A realização de análise das fases de desapropriação, implantação e consolidação do projeto de Assentamento Itabocal, sob a perspectiva ambiental, utilizando goetecnologias, foi cumprida com a inclusão de quatro imagens de satélite, referente aos anos de 1988, 1995, 2002 e 2015, de onde foi possível realizar uma análise histórica da ocupação e uso do solo do projeto em estudo, em referência à época da desapropriação do imóvel, criação do assentamento, consolidação do assentamento e o momento de realização da pesquisa. Foi possível perceber um desflorestamento acentuado, cuja cobertura chegou ao percentual de 6%, o que corrobora o solo exposto de 41%, existindo uma mata secundária na ordem de 50%. Podendo-se inferir que a causa seja formação de pastagem para criação extensiva de gado bovino e agricultura itinerante, vez que, nesse caso, não há alternativa tecnológica disponível para os assentados, no sentido de minimizar esse problema.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÃO PARA POLÍTICAS

5.1 Conclusões

- 1) A composição da renda dos moradores do PA Itabocal depende de complementação do Programa Bolsa Família, e a renda da maioria dos moradores do assentamento situa-se em até dois salários mínimos, e que a terça parte deles, no universo pesquisado, vive com até um salário mínimo.
- 2) Políticas públicas compensatórias, a exemplo do Programa de Transferência de Renda Bolsa família, minimizam pobreza, mas não socializam riqueza.
- 3) Mais de dois terços dos moradores do PA Itabocal são possuidores de bens de consumo duráveis, a exemplo de fogão, geladeira, televisor, telefone celular e motocicleta.
- 4) A ausência de mecanização agrícola leva a uma baixa produtividade da cultura da mandioca, e induz, em alguns casos, ao uso de herbicida à base de glifosato no preparo de área.
- 5) A pecuária de gado bovino existente no assentamento, praticada de maneira extensiva, é voltada para a cria e engorda.
- 6) O processo de consolidação de maneira inacabada levou à reconcentração de lotes familiares dentro do assentamento Itabocal, viabilizando a fazendeirização.
- 7) A titulação dos lotes individuais não atingiu a metade dos beneficiários, e os títulos de domínio expedidos não foram quitados, não havendo averbação em cartório de registro de imóveis.
- 8) As áreas comunais não foram transferidas para a légua patrimonial dos municípios.
- 9) Viabilização de estradas vicinais, acesso e internas, demarcação topográfica, crédito instalação, moradia, eletrificação rural e abastecimento d'água aos moradores do assentamento Itabocal.
- 10) Inobservância da legislação ambiental, na concepção, implantação e consolidação do PA Itabocal.
- 11) Existência de um capital social baixo no PA Itabocal.
- 12) A Prefeitura de Mãe do Rio é o agente polarizador das ações do assentamento, sendo responsável pela viabilização de políticas públicas ao seu encargo, tais

como: saúde, educação e transporte, e a convenente principal do Governo Federal para recuperação e manutenção de infraestrutura básica.

5.2 Sugestões para políticas

- a) Recriar uma política pública de consolidação de projetos de Reforma Agrária, com prioridade para as ações que ficaram inconclusas, principalmente titulação individual e transferência do acervo fundiário da União para os municípios, além de recuperação ambiental dos lotes e retirada de não beneficiários do programa.
- b) Melhorar a produção do lote com a introdução de produtos mais eficientes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. 4. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf**. Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1>. Acesso em: 23 out. 2016.

BODANZKY, Jorge; SALEM, Helena. **A igreja dos oprimidos**. Direção: Murilo Moreira Júnior, Maurice Konrad e Anne-Marie Muskus. Produção: Helena Salem e Jorge Bodanzky. Rio de Janeiro: L. C. Barreto, 1986. Documentário/Longa-metragem (79 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gaK8z0V61Xs>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BOFF, Leonardo. Papa Francisco e a teologia da libertação. **LeonardoBoff.com**, Santa Catarina, 26 abr. 2013. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2013/04/26/papa-francisco-e-a-teologia-da-libertacao/>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

BRAGA, Tânia Moreira. **Desenvolvimento local endógeno**: entre a competitividade e a cidadania. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, n. 5, p. 23-37, 2001. Disponível em: <<http://unuhoospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/63/47>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 maio 2016.

_____. Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 10 jul. 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Decreto n.º 59.428, de 27 de outubro de 1966. Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 - 82 - 83 - 91 - 109 - 111 - 114 - 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 - 10 - 11 - 12 - 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 1 nov. 1966a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59428.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Decreto nº 59.456, de 4 de novembro de 1966. Aprova os planos Nacional e Regionais de Reforma agrária e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 8 nov. 1966b. Seção 1. p. 12864.

_____. Decreto n.º 97.609, de 04 de abril de 1989. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Gleba Itabocal, constituído pelos Lotes "O", "P", "Q", "S", "T", "U", "X", "Y" e parte dos Lotes "R" e "V", do Loteamento Mineiro, classificado como latifúndio por exploração, situado nos Municípios de Irituia e Capitão Poço, no Estado do Pará, compreendido na zona prioritária, fixada pelo Decreto n.º 92.623, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 abr. 1989. Seção 1. p. 5106.

_____. Emenda Constitucional n.º 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 jun. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Coleção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 out. 1850. fl. 57. Livro 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 24 ago. 2016.

_____. Lei n.º 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071impressao.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 30 nov, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em 14 jul. 2015.

_____. Lei n.º 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 15 dez. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm>. Acesso em: 5 abr. 2016.

_____. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 28 maio 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996 [...]. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 18 out. 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12727.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Medida Provisória nº 724, de 4 de maio de 2016. Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão dos prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 maio 2016. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=812E067730677CDE16975EA83D24A440.proposicoesWeb2?co_dteor=1455503&filename=MPV+724/201>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 2/MMA, de 06 de maio de 2014. Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental RuralCAR. Brasília, DF, 6 maio 2014. Disponível em: <http://www.car.gov.br/leis/IN_CAR.pdf>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 753/2008**. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc%5CRELAC%5C20080516%5CUA-Relacao-18.doc>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

_____. Tribunal de Contas da União. 1ª Câmara. Acórdão TCU 2633/2008. Representação. Contratação direta sem a devida fundamentação. Embargos de declaração. Ausência de obscuridade, Omissão ou contradição. Rejeição. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 103, 2 jun. 2008b. Seção 1. p. 112.

CONAMA. Resolução nº 387, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 249, 29 dez. 2006. Seção 1. p. 665-668. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=525>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

_____. Resolução nº 458, de 16 de julho de 2013. Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União, Brasília**, DF, nº 137, 17 jul. 2013, Seção 1. p. 73.

COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias tecnológicas e mercado e produção de terras na Amazônia. In: DINIZ, Marcelo Bentes (Org.). **Desafios e potencialidades para a Amazônia do século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011. p. 265-301.

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. Direção: Eduardo Coutinho. Produção de Zelito Viana e Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro; São Paulo: Centro Popular de Cultura da UNE, 1984. Documentário/Longa-metragem (119 min.), son., color., 35 mm.

DELGADO, Guilherme. Questão agrária hoje. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, ano 35, v. 1, n. 2, p. 27-40, maio/out. 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/14933505-Questao-agraria-e-desigualdades-no-brasil-revista-da-associacao-brasileira-de-reforma-agraria-abra.html>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. New Jersey: Prentice Hall, 1965

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 47. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico. Brasília, DF: INCRA/FAO, 1995. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/guia_metodologic_o.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2016.

HARDIN, Garrett. The tragedy of commons. **Science**, Washington, v. 162, n. 3859, p. 1246-1248, 13 Dec 1968. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full.pdf+html>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

HENKEL, Karl; HENKEL, Jimnah de Almeida. **Levantamento sócio-econômico em assentamentos rurais do INCRA na região Nordeste Paraense**. Belém: UFPA, 2001.

HEREDIA, Beatriz et al. (Coord.). **Os impactos dos assentamentos da reforma agrária**: um estudo sobre áreas selecionadas: um resumo executivo. Rio de Janeiro, 2002.

HESS, Sonia Corina; NODARI, Rubens Onofre. Glifosato não é água. **Revista Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, n. 332, 18 jan. 2016. Disponível em: <http://www.cienciahoje.org.br/revista/materia/id/993/n/glifosato_nao_e_agua>. Acesso em: 17 maio 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Transformando a segunda natureza degradada para uma terceira natureza mais sustentável. In: DINIZ, Marcelo Bentes (Org.). **Desafios e potencialidades para a Amazônia do Século XXI**. Belém: Paka-Tatu, 2011. p. 41-70.

IBGE. Mãe do Rio. **Cidades@**, Rio de Janeiro, [2016]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=150405&search=|mae-do-rio>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: 2011. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. **Síntese de Indicadores 2008**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. **Vamos conhecer o Brasil**: nosso povo, educação. **7A12**, Brasília, DF, [2010]. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/educacao.html>>. Acesso em: 3 maio 2016.

_____. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

INCRA. Comitê de Decisão Regional. Resolução/CDR/SR/01/PA/nº 4, de 10 junho de 2002. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 138, 19 jul. 2002. Seção 1. p. 73-74.

_____. **Estrutura organizacional**. Brasília, DF, 2000.

_____. Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 93, 17 maio 2004. Seção 1. p. 92.

_____. Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 50, 14 mar. 2007. Seção 1. p. 57. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/in38_130307.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

_____. Norma de Execução INCRA/nº 9, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em áreas de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 11 abr. 2001.

_____. Superintendência Regional no Pará. Portaria nº 4, de 10 de janeiro de 1995. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, n. 9, 12 jan. 1995. Seção 1. p. 641. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/01/1995&jornal=1&pagina=17&totalArquivos=40>>. Acesso em: 5 set. 2016.

_____. **Titulação**. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/titulacao>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://seer.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222/227>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

JUNGE, Daniel. **Eles mataram Irmã Dorothy**. Direção: Daniel Junge. Produção de Henry Ansbacher e Nigel Noble. EUA: Annie Eastman, 2008. Documentário (94 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vj5sQI0mz9s>>. Acesso em: 26 maio 2016.

LASWEL, H. D. **Politics: who gets what, when, how**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. Belém: Cejup, 1997. (Coleção amazoniana; 5).

LYNN, L. E. **Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis**. Santa Monica: Goodyear. 1980.

LOWI, Theodore J. **Distribuição, regulação, redistribuição**: as funções do governo. Tradução de André Villalobos. New York: Northon and Company, 1966.

MEAD, L. M. “Public Policy: Vision, Potential, Limits”. **Policy Currents**, Fevereiro: 1-4. 1995.

MDS. **Programa Bolsa Família**: perguntas frequentes. Brasília, DF, [2016]. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficio/beneficio-de-superacao-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 12 maio 2016.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964)**: uma arena de lutas de classe e intraclasse. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1725.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

OLIVEIRA, Kenny Delmonte; ALMEIDA, Keylla Lopes de; BARBOSA, Thiago Leite. **Amostragens probabilística e não probabilística**: técnicas e aplicações na determinação de amostras. 2012. 28 f. Monografia (Especialização em Ciências Florestais) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, 2012.

OSTROVITIANOV, K. V. et al. **Manual de economia política**. Tradução de Jacob Gorender e Josué de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. (Coleção Biblioteca de Cultura Política Social e Econômica). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm>>. Acesso em: 5 set. 2016.

RIBEIRO, Vera Masagão. Analfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para pesquisa. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 60, p. 144-158, dez. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v18n60/v18n60a8.pdf>> Acesso em: 3 maio 2016.

PARÁ. Lei n.º 5887, de 09 de maio de 1995. Dispõe sobre a política estadual do meio ambiente e dá outras providências. **SEMAS**, Belém, 1995. Disponível em: <<https://www.sem.as.pa.gov.br/1995/05/09/9741/>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **REN – Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PONT VIDAL, Josep. **Continuidade e mudança na gestão pública do estado do Pará**: uma introdução. Jundiaí: Paco, 2011.

PORTAL BRASIL. **IBGE diz que número de pessoas que moram no mesmo domicílio caiu**. Brasília, DF, 27 set. 2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/ibge-diz-que-numero-de-pessoas-que-moram-no-mesmo-domicilio-caiu>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

PETERS, B. G. **American public policy**. New Jersey: Chatham House, 1986.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SANTOS, Myrna Gouveira dos. **Legislação ambiental e política agrária**: reserva legal e áreas de preservação permanente no projeto de assentamento Itabocal-PA. Belém: Paka-Tatu, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Elielson Pereira da. **Agroestratégias e monocultivos de dendê**: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. 2015. 242 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <http://www.pppedam.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015_Dissertacao_ElielEli.Pereira.da.Silva.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SILVA, Jose Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos; 18).

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 23 set. 2016.

SPAVOREK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/AQualidadedosAssentamAQualidadedosAssentamentosdaRef%20.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

WEBER, Eliseu José; HASENACK, Heinrich. O uso do geoprocessamento no suporte a projetos de assentamentos rurais: uma proposta Metodológica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS, 10., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRS, 1999.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. Indicadores. **Desafios do desenvolvimento**, Brasília, DF, v. 1, n. 4, p. 80-81, nov. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios004_completa.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

- 1) Nome: _____
- 2) Relação com o lote?
(1) assentado (a) (2) cônjuge (3) filho (a) (4) agregado (5) ocupante
- 3) Quantas pessoas moram em sua residência? _____
- 4) Sexo: (1) Masculino (2) Feminino.
- 5) Data nascimento:

Local:
- 6) Estado Civil:
(1) Casado (2) Solteiro (3) Viúvo (4) Outro, qual?

- 7) Sua religião?
(1) Católica (2) Protestante (3) Outra, qual? _____
- 8) Quando alguém adoecer o primeiro atendimento médico normalmente ocorre em:
(1) Assentamento (2) Mãe do Rio (3) Belém (4) Outros, qual ?

- 9) Escolaridade:
(1) Não estudou (2) Assina o nome (3) Fundamental incompleto
(4) Fundamental completo (5) Médio incompleto (6) Médio completo
(7) Superior incompleto (8) Superior completo (9) Pós-graduado.
- 10) Há quanto tempo está no Itabocal? _____ () anos _____ () meses
- 11) Já recebeu o título definitivo da terra? (1) Sim (2) Não.

12) Pessoas que moram no seu domicílio.

Parentesco	Escolaridade (último ano completo)	Estuda 1-Sim 2-Não	Sexo 1- Masc. 2-Fem.	Idade	Ocupação Principal	Trabalha no lote 1 – Sim 2 - Não

13) A maioria dos membros da sua família estudam onde? (se pertinente)

(1) No assentamento (2) Cidade, qual? _____

14) No assentamento a escola vai até que série?

(1) Não há escola (2) Fundamental (3) Médio

15) A prefeitura fornece transporte regular para as crianças irem para a escola?

(1) Sim (2) Não

16) O senhor (a) possui no seu lote:

Itens	Sim	Não
Casa de alvenaria	(1)	(2)
Sanitário com sistema de água e fossa	(1)	(2)
Água encanada casa	(1)	(2)
Bomba d'água elétrica	(1)	(2)
Energia elétrica	(1)	(2)
Gerador	(1)	(2)
Geladeira	(1)	(2)
Televisor	(1)	(2)
Antena parabólica	(1)	(2)
Fogão a gás	(1)	(2)

Telefone celular	(1)	(2)
Computador	(1)	(2)
Motocicleta	(1)	(2)
Bicicleta	(1)	(2)
Automóvel	(1)	(2)
Internet	(1)	(2)
Trator	(1)	(2)
Caminhão	(1)	(2)

17) Qual a renda mensal familiar em Reais (R\$)? _____

18) Qual a origem da renda mensal familiar?

Atividades	%	R\$
Agricultura		
Pecuária		
Salários e diárias		
Bolsa família		
Aposentadoria		
Ajuda de parentes		
Aluguel		
Total	100	

19) Quais os cinco principais produtos agrícolas que o senhor(a) vende?

Principais produtos	Área (tarefas)		Quant. Produzida e Unidade	Local de comercialização
	Plantada	Colhida		

20) Quais os principais animais de criação?

Principais Criações	Quantidade de cabeças atuais	Compradas no ano passado	Vendidas no ano passado	Local de comercialização
Touro				
Boi				
Vaca				
Garrote/Novilha				
Bezerro				
Galinha/frango				
Cavalo				
Burro/mula				
Porco				
Total				

21) Vende leite? (1) Sim (2) Não. Se sim, quantos litros em média _____

22) O preço pago pelo leite é em R\$ _____ por litro.

23) Principais dificuldades para comercialização. Considere 0 (zero) para nenhuma dificuldade; 1 para baixa dificuldade, 2 para dificuldade regular, 3 para média dificuldade; 4 para alta dificuldade e 5 para difícilimo (maior dificuldade possível).

Item	Importância					
	0	1	2	3	4	5
Saber o que produzir (identificar oportunidades de mercado)	0	1	2	3	4	5
Ter como transportar minha produção (estradas, frete, veículos, etc)	0	1	2	3	4	5
Ter recursos para pagar os custos a produção (ferramentas adubos, etc)	0	1	2	3	4	5
Negociar com os compradores	0	1	2	3	4	5
Produzir o suficiente para vender e ganhar (quantidade)	0	1	2	3	4	5
Conseguir mão de obra para trabalhar	0	1	2	3	4	5

Ter um produto de qualidade	0	1	2	3	4	5
Ter assistência técnica	0	1	2	3	4	5
Ter regularidade de produção	0	1	2	3	4	5
Armazenar a produção	0	1	2	3	4	5
Enfrentar a concorrência	0	1	2	3	4	5
Outra	0	1	2	3	4	5

Se outra, qual? _____ (Citar)

24) O senhor(a) está satisfeito com a produção de seu lote atualmente? (1) Sim (2) Não.

Se não, por que? _____

25) O senhor (a) recebe assistência técnica? (1) Sim (2) Não.

Se sim, de quem? (1) EMATER (2) Prefeitura (3) IDAM (4) COORDESUS (5)

Outros

Se outros, quem? _____

26) Lembra de ter recebido entre 2002 e 2015? (1) Sim (2) Não.

Se sim, de quem? (1) EMATER (2) Prefeitura (3) IDAM (4) COORDESUS (5)

Outros

Se outros, quem? _____

27) Costuma trabalhar em regime de mutirão? (1) Sim (2) Não (3) As vezes

28) Quanto a sua participação social? Considere 0 (zero) para nenhuma; 1 para baixa; 2 para algumas vezes; 3 para frequentemente; 4 para quase sempre e 5 para sempre.

Item	Intensidade de Participação					
	0	1	2	3	4	5
Associações	0	1	2	3	4	5
Cooperativas	0	1	2	3	4	5
Sindicatos	0	1	2	3	4	5
Grupos (mulheres, agricultores, etc)	0	1	2	3	4	5
Partido político	0	1	2	3	4	5
Trabalho em mutirão	0	1	2	3	4	5
Reuniões do assentamento	0	1	2	3	4	5

29) Qual o tamanho da sua propriedade em 2002?

(1) Menor que 25 ha (2) de 25 a 50 ha (3) de 50 a 75 ha (4) maior que 76 ha

30) Qual o tamanho atual da sua propriedade? _____ hectares

31) Composição do uso da terra:

Condição de uso da terra		Área (ha)
Uso Econômico	Agricultura	Lavoura temporária
		Lavoura permanente
	Pecuária	Pastagem cultivada
		Pastagem degradada
		Pastagem nativa
Outros usos	Mata	
	Capoeira fina	
	Capoeira Grossa	
Total	Um pelo outro – agregado da área	

32) No seu lote tem reserva legal definida e averbada em cartório? (1) Sim (2) Não

33) O senhor (a) já fez Cadastro Ambiental Rural? (1) Sim (2) Não

Se não, sabe o que é? (1) Sim (2) Não.

34) O Senhor fez financiamento pelo PRONAF? (1) Sim (2) Não

Se sim, qual é a situação do financiamento?

(1) Quitado (2) Pagando em dia (3) Pagando com atrasado (4) Inadimplente
Qual foi o ano? _____

35) O crédito instalação na modalidade apoio (aquisição de implementos agropecuário) ajudou na sua atividade produtiva?

(1) Não ajudou (2) Ajudou pouco (3) Ajudou regularmente (4) Ajudou muito

36) Quais **políticas públicas** poderiam contribuir para melhorar sua vida no assentamento? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 0 é sem importância, 1 é baixa importância, 2 é importância regular, 3 é média importância, 4 é importante e 5 é importantíssimo.

Ações de Política	Grau de importância					
Capacitação profissional e treinamento técnico	0	1	2	3	4	5
Apoio à legalização de áreas (car, licenciamentos, etc)	0	1	2	3	4	5

Melhoria de infraestrutura (estradas, transportes, comunicação)	0	1	2	3	4	5
Melhorias na saúde (postos, agentes de saúde, médicos)	0	1	2	3	4	5
Maior oferta de linhas de crédito e financiamento para custeio	0	1	2	3	4	5
Maior oferta de linhas de crédito para investimento	0	1	2	3	4	5
Melhorar a assistência técnica	0	1	2	3	4	5
Melhorar a segurança no assentamento	0	1	2	3	4	5
Outras (especifique):	0	1	2	3	4	5

37) Qual sua avaliação para as instituições abaixo na implantação e assistência ao assentamento? Favor indicar o grau de importância utilizando a escala, onde 0 nenhuma participação, 1 é baixa participação, 2 é participação regular, 3 é média participação, 4 é muita participação e 5 é participação máxima.

Instituições	Grau de importância					
	0	1	2	3	4	5
INCRA	0	1	2	3	4	5
Prefeitura do município	0	1	2	3	4	5
Governo do estado	0	1	2	3	4	5
Governo Federal	0	1	2	3	4	5
Emater	0	1	2	3	4	5
FETAGRI	0	1	2	3	4	5
Movimento dos Sem Terra	0	1	2	3	4	5
Sebrae	0	1	2	3	4	5
Outras (especifique):	0	1	2	3	4	5

27. Com relação a vida de sua família desde que chegou no assentamento?

	Piorou	Permaneceu	Melhorou	Não sei
Moradia				
Transporte e deslocamento				
Educação				
Saúde				
Renda				
Lazer				
Associativismo				

38) O Senhor(a) sabe o que é consolidação do projeto de assentamento e que o governo federal deixou de atuar no PA Itabocal desde 2002, passando as atribuições da Reforma Agrária para o município? (1) Sim (2) Não

39) Com relação ao futuro sua família pretende:
(1) Permanecerá no assentamento (2) Mudará para a cidade (3) Não sabe

40) Em sua vida no assentamento o senhor (a) se sente feliz?
(1) Não (2) intermediariamente (3) Sim (4) Não sei

41) Na sua opinião o que é mais urgente para melhorar as condições de vida no assentamento?

Obrigado!

Fonte: autoria própria.

APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS COMPLEMENTARES

* Estrada de acesso ao PA Itabocal. Convênio INCRA/Prefeitura de Mãe do Rio.



*Moradia antiga de assentado, comunidade Nova Jerusalém. PA Itabocal.

ANEXO B – PLANO PRELIMINAR DO PA ITABOCAL

I – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PROJETO		
<p>O Plano Preliminar – (PP), visa apresentar o elenco de ações emergenciais que deverão ser desenvolvidas na Gleba Itabocal, situada nos municípios de Irituia (50%), Mãe do Rio (35%) e Capitão-Poço (15%), região nordeste do Estado.</p> <p>O quadro das necessidades imediatas que deverão ser atendidas pelas ações propostas, visa incorporar ao processo produtivo regional, as terras desapropriadas da Gleba Itabocal.</p> <p>Tendo em vista que a desapropriação foi feita sem qualquer levantamento ou estudo da potencialidade da área, por se tratar de processo irreversível de posses incidentes no imóvel, procuramos meios de torná-lo viável, baseado em sua vocação agropecuária.</p> <p>As perspectivas de sucesso são boas, desde que condições seja efetivamente dada aos posseiros.</p>		
II – IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL E DO PROJETO		
Nome do imóvel: Gleba Itabocal		
Nome do projeto: Projeto de assentamento Itabocal		
Decreto de desapropriação: 67.609, de 04 de abril de 1989.	Data da imissão de posse: 24/03/1994	
Registro nº: 0769, Livro 2-D, Folhas 74, 1º do CRI da Comarca de Capitão-Poço	Pendências jurídicas:	
III - LOCALIZAÇÃO		
Distâncias (km)		Via de acesso principal
Capital: 180	Sede do Município: 20	BR-010-Rodovia Bernardo Saião/Belém-Brasília
<p>Cartografia básica (tipo fls. escala. Discriminar em anexo) Projeto RADAM Brasil – Amazônia Legal – Escala 1: 2.500.000 e Mosaico semi controlado de imagem de radar – mapa de solo da Microrregião 22 Guajarina – Escala 1: 1.000.000</p>		
IV – CARACTERÍSTICAS FÍSICAS		
Área total do imóvel (ha) 39.680,2528		Área total da área desapropriada (ha) 39.680,2528
Área aproveitável (ha) 38.000,0000	Área de reserva (ha) 19.840,1264	Área inaproveitável (ha) 1.680,2528
Fração mínima de parcelamento (ha): 30		Capacidade de assentamento (fam): 1.000
Indicar e quantificar em percentagem: solos, classes de capacidade de uso e relevo		
Solos		Classe de capacidade de uso
Latossolo Amarelo textura média 80%		Classe II 80%
Latossolo Amarelo Concrecionário 10%		Classe III 10%
Areais quartzosas distróficas 05%		Classe IV 10%
Hidromórficos indiscriminados 05%		
Relevo		Observação: o detalhamento das

Plano 95% Suave ondulado 05%	características físico-químicas serão descritas posteriormente, caso seja efetivado algum levantamento específico.				
V – ASPECTOS AGROECONÔMICOS					
(Uso atual: estimar a área explorada e uso potencial)					
USO ATUAL: culturas permanentes, subsistência e pastagens 35%					
USO POTENCIAL: culturas permanentes como: coco, laranja, cupuaçu, açaí; culturas de subsistência em geral e pecuária de pequeno e grande porte, implementando sempre técnicas e práticas agrícolas para melhor manuseio e exploração do solo.					
VI – INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES					
(Informar sobre estradas de acesso e internas, construções, instalações e outras edificações)					
A principal via de acesso ao imóvel pela parte oeste é a Rodovia Federal BR-010 (Belém-Brasília) nos km's 40 e 47 sentido São Miguel do Guamá/Mãe do Rio, pela parte leste a estrada conhecida como Alacid Nunes de leite empicarrado sentido Irituia/Arauaí.					
Quanto às vias internas existem aproximadamente 110 km de ramais madeireiros, sendo que 30% estão em boas condições e 70% estão em precárias condições, feitos sem qualquer planejamento.					
Na área do imóvel foram construídas e instaladas 09 (nove) escolas, sendo 06 com 02 salas de aula pelo poder público municipal de Mãe do Rio e 03 com uma sala pelo poder público municipal de Irituia.					
VII – SERVIÇOS DE APOIO À PRODUÇÃO					
(informar a existência de serviços de assistência técnica, crédito, comercialização, pesquisa, fomento e outros)					
Na área do imóvel o serviço de assistência técnica prestado pela EMATER de Mãe do Rio, assim como a prefeitura municipal fomenta com a distribuição de mudas de laranja para os agricultores interessados.					
Por outro lado, não existe nenhuma forma de apoio creditício aos posseiros e o serviço de pesquisa inexistente no imóvel.					
A comercialização ainda é incipiente, o excedente da produção geralmente é vendido aos atravessadores ou aos comerciantes dos centros urbanos mais próximos, com os quais os agricultores mantêm créditos para lhes serem fornecidas as mercadorias de que necessitam para o pagamento com a safra agrícola.					
Este fato gera uma dependência negativa para os agricultores, tendo em vista a falta de habilidade dos mesmos com o trato da comercialização de seus produtos.					
VIII – ASPECTOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA					
Número de famílias cadastradas e selecionadas: xxxxxx Número de excedentes: xxxxx			Número de pessoas (estimar): 5.000		
(situação atual da população-número de famílias)					
acampados	posseiros	arrendatários	assalariados	agregados	outros
xx	1.000	xx	xx	xx	xx
(informar a existência de serviços relacionados com a educação, saúde, previdência e outros, indicando os responsáveis, formas de atendimento e instalações)					
Educação: existem 30 escolas no imóvel, sendo que 9 são construídas em alvenaria, (destas 06 são com 02 salas de aula e 03 com 01 sala de aula) e 21 são construções rústicas, cobertas de palha e chão de terra batida. Nestas as instalações e funcionamento					

Estradas de acesso e internas	Km	91	1.479.251						
Elaboração do PAI			977						
Escola (padrão A 78,23 m ²)	U	10	178.365						
Posto de saúde (Padrão A 54,40 m ²)	U	2	31.008						
Crédito PROCERA	Fam	400	1.276.608						
Assistência técnica	Fam	400	64.968						
TOTAL			3.830.737						
<p>Observação: na ação administração estão incluídas também os valores de fiscalização de construção inicial das infraestruturas e da demarcação topográfica. ** os valores estão expressos em real R\$ mês base Jul/94.</p>									
Belém (PA), 07.07.94					 ass. do responsável <p>EDUARDO S. A. DE CAMPOS Eng' Agr' CREA 4.371-D.PA/AP Superintendência Estadual INCRA - Belém - Pará</p>				